



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CFCH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA EICOS - PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E
ECOLOGIA SOCIAL

O OLHAR DOS ATORES INSTITUCIONAIS PARA A GESTÃO DE PARQUES
NACIONAIS NA FRONTEIRA AMAZONICA

OS PARNAS MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE E CABO ORANGE-AP

Claudia Horta de Almeida

Rio de Janeiro

2007

Claudia Horta de Almeida

**O OLHAR DOS ATORES INSTITUCIONAIS PARA A GESTÃO DE PARQUES
NACIONAIS NA FRONTEIRA AMAZONICA**

OS PARNAS MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE E CABO ORANGE - AP

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Dra. Marta de Azevedo Irving

Rio de Janeiro

Abril de 2007

CLAUDIA HORTA

**O OLHAR DOS ATORES INSTITUCIONAIS PARA A GESTÃO DE PARQUES
NACIONAIS NA FRONTEIRA AMAZONICA
OS PARNAS MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE E CABO ORANGE - AP**

RIO DE JANEIRO, 18 DE ABRIL DE 2007.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Aprovada por:

Orientadora: Dra. Marta de Azevedo Irving.
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dr. Antonio Carlos Sant'Ana Diegues
Universidade de São Paulo

Dr. Gian Mário Giuliani
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dr. Philippe Marie Lená
Institut de Recherche pour le Développement

Horta, Claudia.

O Olhar dos Atores Institucionais para a Gestão de Parques Nacionais na Fronteira Amazônica: Os Parnas Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange - AP./ Claudia Horta. Rio de Janeiro, 2007.

179 f. il: 31 cm

Orientadora: Marta de Azevedo Irving

Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – UFRJ, IP, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS). 2007.

Referencias bibliográfica: f.149-154

1.Gestão de Parques Nacionais 2. Fronteira Amazônica 3. Ator Institucional. - Teses

I. IRVING, Marta de Azevedo (Orient.)

II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

III. O Olhar dos Atores Institucionais para a Gestão de Parques Nacionais na Fronteira Amazônica: Os Parnas Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange – AP

RESUMO

A gestão de parques nacionais de fronteira requer o conhecimento da dinâmica institucional o que representa um ponto fundamental em políticas públicas de conservação da biodiversidade. Como as instituições envolvidas no processo de gestão interpretam e internalizam a importância do patrimônio natural e de que maneira entendem o seu papel na gestão parece, portanto, um ponto de partida para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e dos princípios e diretrizes do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)

O presente trabalho tem o objetivo de contribuir para a interpretação dos atores institucionais sobre a gestão dos parques nacionais de fronteira, tendo como foco os Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange. Para isso, a pesquisa busca entender e interpretar como as instituições que compõem os Conselhos Gestores destes parques, percebem o patrimônio natural e seu papel para a gestão. A abordagem metodológica utilizada teve como base a análise qualitativa.

O principal significado atribuído aos parques é a conservação da biodiversidade, considerando-se no processo, a fauna e flora, a diversidade cultural, e as relações sociais vinculadas às populações locais no processo. Esta representação se associa à visão de patrimônio natural como um “espaço da natureza para as gerações futuras”. A maioria dos atores entrevistados reconhece não atuar diretamente na gestão do parque, embora participe do Conselho Gestor. As informações obtidas na pesquisa reafirmam a importância da interpretação da dinâmica institucional para a gestão da biodiversidade regional e para a formulação de diretrizes para políticas públicas, que incidam sobre parques nacionais de fronteira na Amazônia, uma vez que permitem a captação de subjetividades ainda pouco discutidas e internalizadas na avaliação de estratégias para a proteção da natureza.

Palavras-chave: Gestão de Parques Nacionais, Fronteira Amazônica, Ator Institucional.

ABSTRACT

The administration of the national border parks requests knowledge of the institutional dynamics that represents a fundamental point in public politics related to conservation of biodiversity. The way the institutions involved in the administration process interpret the importance of the natural patrimony and understand its role in the administration shows to be a good starting point for the National System of Units of Conservation (SNUC) consolidation and for the National Plan of Protected Areas (PNAP) principles and guidelines.

The present work has the objective of contributing for the institutional actors' interpretation on the administration of the national border parks, having as its main focus, the Parks National Mountains of Tumucumaque and Cabo Orange. For that, this research looks into understanding and interpreting as the institutions that compose Management Councils of these parks, they notice the natural patrimony and its role for the administration. The used methodology had as base the qualitative analysis.

The main meaning attributed to the parks is the conservation of the biodiversity, being considered in the process, the fauna and flora, the cultural diversity, and the social relationships amongst the local populations. This meaning associated to the vision of natural patrimony as a "space of the nature for the future generations". Most of the interviewed actors recognizes not to act directly in the administration of the park, even though they participate in the Management Councils. The information obtained in this research reaffirms the importance of the interpretation and understanding of the institutional dynamics for the regional administration biodiversity and for the formulation of guidelines for public politics, that are enforced on the national border parks in the Amazon, once they allow the reception of subjectivities still little discussed and considered in the evaluation of strategies for the protection of the nature.

Word-key: Administration of National Parks, Amazonian Border, Institutional Actor.

A minha irmã Maria Lucia Horta de Almeida,
que sempre possibilitou meus estudos.

Agradecimentos

A muitos tenho que agradecer. Difícil escolher por quem começar. Entretanto há uma responsável pelo lugar que ocupo. Se hoje sou uma Ecóloga Social, devo a Marta de Azevedo Irving, por ter começado esta jornada como minha orientadora e a concluído como uma amiga. Não posso querer muito mais. Meu reconhecimento sincero e carinhoso.

Não posso deixar de agradecer às instituições que apoiaram minha formação até aqui. O CNPq em primeiro lugar. Fui bolsista de iniciação científica, e de aperfeiçoamento desta instituição. Sem seu suporte a jornada teria sido muito mais difícil. Ao L'Institut de Recherche pour le Developpement (IRD) devo o apoio a minha pesquisa de campo.

Agradeço aos vários interlocutores que cultivei ao longo de minha trajetória. Corro o risco de esquecer de muitos, mas ao enunciar alguns, estarei pensando em todos.

A todos atores institucionais entrevistados no Amapá (Macapá e Oiapoque) que constituíram a base desta pesquisa – peço desculpas e que sejam condescendentes com meus erros de interpretação, mas tenham certeza que minha intenção é positiva. E, além de tudo, cercada de afeto e amizade.

Em especial a Christopher Jaster e Marcos Cunha, chefes dos Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange, agradeço a possibilidade de interlocução e participação em um processo institucional sob suas responsabilidade e pelo apoio logístico em Macapá e Oiapoque. A Edivan Barros de Andrade, Superintendente do IBAMA-AP, por ter me recebido apesar de seu curto tempo, para trocas de informações preciosas para meu trabalho. E ao Sr. Luis Takiiyma do Instituto Estadual de Pesquisas do Amapá (IEPA) por me oferecer o alojamento da Instituição, no qual passei ótimos momentos em contato com a Floresta Amazônica.

A Uaci de Moraes Caldas e sua linda família, meu muito obrigado por tudo e por me apresentar à cidade de Macapá e tudo que esta terra tem de bom. E, Italorran: “Continue fazendo pressão para que seus pais venham ao Rio de Janeiro para lhe mostrar as belezas da Cidade Maravilhosa”.

A Marcela Marins pela acolhida tão valiosa em Macapá que me permitiu a realização das entrevistas com os atores institucionais.

A Carol e Chico (e agora Flora Maria) pela maravilhosa e divertida acolhida em Oiapoque, juntamente com Kelly e Clayton, pois não poderei esquecer nunca dos bons

momentos que passamos juntos: o “buraco do batalha”, a caranguejada e os pratos maravilhoso feitos pelos homens da casa. “Pois é, em Oiapoque é assim”.

Por fim, não posso deixar de agradecer a todos os amigos da turma de mestrado em especial ao Gustavo, companheiro de todas as horas e de muitos trabalhos, pelas inúmeras conversas e discussões enriquecedoras (e a Clarisse pela paciência nos inúmeros telefonemas, principalmente na reta final deste trabalho).

Ao Altair, Ô P C Vê, também cheguei ao final.

A Maria Fernanda que com sua Alegria, serenidade e experiência de vida sempre foi uma amiga ponderada (Quem? Eu? Aonde?).

A Sultane pela sua inestimável ajuda em vários momentos e pelos agradáveis dias na “roça” em Sapucaia. Ah! Lógico e por me mostrar que alguém pode falar mais do que eu.

Esses são os amigos que seguirão comigo para o resto da vida.

As mulheres do Igarapé

O tempo leva tudo.

O tempo leva a vida.

Lá fora as Margaridas fazem cor.

Eu lembro a alegria,

boiar naquelas águas

e ver as lavadeiras lavando a dor.

E lavavam a minha esperança perdida

E lavavam o medo que eu tinha da vida

e agora o meu medo vier.

A minha nave é um tronco,

navega nas estrelas

entre as palafitas e as lavadeiras

Nas minhas aventuras poraque é pirarara, piranha, peixe-boi, boto e igara.

E lavavam a minha paixão corrompida

as mulheres do Igarapé.

As Joanas, Marias e todas as Margaridas lavarão o que ainda vier.

Osmar Júnior (Cantor popular do Amapá)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
ORIGEM, IMPORTANCIA E CONTEXTO DOS PARQUES NACIONAIS DE FRONTEIRA NA AMAZONIA.....	21
CAPÍTULO 2	
O OLHAR INSTITUCIONAL E A INTERPRETAÇÃO DE PATRIMÔNIO NATURAL PARA A GESTÃO.....	30
CAPITULO 3	
METODOLOGIA DA PESQUISA	36
3.1 ETAPAS DA PESQUISA.....	36
3.1.1 Pesquisa Bibliográfica e Documental	36
3.1.2 Contatos Institucionais e Perfil das Instituições selecionadas para a pesquisa.....	37
3.1.3 Elaboração de Instrumento de Pesquisa	41
3.1.4 Pesquisa de Campo	41
3.1.5 Sistematização de Dados	42
3.1.6 Análise dos Dados e Informações	42
CAPÍTULO 4	
ESTUDO DE CASO: PARQUES NACIONAIS MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE E CABO ORANGE.....	44
4.1 CONTEXTO REGIONAL.....	47
4.2 PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE.....	51
4.2.1 Contexto e Histórico de Criação.....	53
4.2.2 Caracterização	55
4.2.3 Interpretação Institucional sobre a gestão.....	57
• Significado do parque.....	57
• O Processo de Criação do parque.....	69
• Função do parque.....	77
• Papel reconhecido em relação à gestão do Parque.....	79

4.3 PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE	103
4.3.1 Contexto e Histórico de Criação.....	105
4.3.2 Caracterização	105
4.3.3 Interpretação Institucional sobre a gestão.....	108
• Significado do parque.....	109
• O Processo de Criação do parque.....	118
• Função do parque.....	122
• Papel reconhecido em relação à gestão do Parqu.....	123

CAPÍTULO 5.

CONCLUSOES E RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS.....	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	149
APÊNDICES.....	158
ANEXOS.....	183

LISTA DE ABREVIACÕES

AC - Análise de Conteúdo

ACT – Brasil - Amazônia Conservation Team

ADAP - Agencia de Desenvolvimento do Estado do Amapá

AGM – Associação Indígena Galibi-Marworno

AM – Amazonas

AP – Macapá

APINA - Conselho das Aldeias Wajapi

APIO - Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque

APITU – Associação dos povos Indígenas do Tumucumaque

ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia

BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

C.I – Brasil - Conservation International

C/T&I - Ciência e Tecnologia

CDB - Convenção sobre a Diversidade Biológica

CEFF - Comissão Especial da Faixa de Fronteira

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente

DAP - Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente

DFSP - Departamento Federal de Segurança Pública

DNPM - Departamento Nacional de Pesquisas Minerais

EICOS - Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Amapá

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GEF - Global Facility Environment /Fundo Mundial de Meio Ambiente

GTZ - Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH / Cooperação Brasil-Alemanha

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI - Empresa Industria e Comércio de Minérios
ICOMOS - International Council for Monuments and Sites
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IEPA – Instituto de Estudos e Pesquisas do Estado do Amapá
IESA - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRD - L'Institut de Recherche pour le Developpement
IUCN - União Internacional de Conservação da Natureza
MA - Ministério da Agricultura
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEDS - Ministério da Ecologia e Desenvolvimento Sustentável da Guiana Francesa
MMA - Ministério do Meio Ambiente
NEI - Nova Economia Institucional
ONG – Organização Não-Governamental
PA - Pará
PARNA – Parque Nacional
PCN - Programa Calha Norte
PIN - Plano de Integração Nacional
PNAP - Plano Nacional de Áreas Protegidas
PNCO – Parque Nacional do Cabo Orange
PNMT – Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPTAL - Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
PROBIO - Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
PRODEPEF - Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal
PRONABIO - Programa Nacional da Diversidade Biológica
RADAM – Projeto radar na Amazônia
RAMSAR – Programa Mundial de Conservação de Áreas Úmidas.

RURAP - Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá
SEAF - Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca, Florestas e Abastecimento
SEAP - Secretaria de Aqüicultura e Pesca
SEDE - Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico
SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Oiapoque
SETEC - Secretaria de Estado de Tecnologia e Ciência
SETUR - Secretaria de Estado de Turismo
SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPI - Serviço de Proteção aos Índios
TCA – Tratado de Cooperação Amazônica
UC – Unidade de Conservação
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UNIFAP - Universidade Federal do Amapá
WWF – Brasil - Fundação Mundial para Vida Selvagem

LISTA DE ILUSTRAÇÕES – FIGURAS E QUADROS

Figuras:

Figura 1. Localização do Corredor da Biodiversidade do Amapá

Figura 2 – Localização do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

Figura 3 – Localização do Parque Nacional do Cabo Orange

Quadros:

Quadro 1 – Perfil das Instituições envolvidas na gestão dos Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange.

Quadro 2 – Áreas Protegidas que compõem o Corredor de Biodiversidade do Amapá

Quadro 3 – Área cedida ao Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

Quadro 4 – Papel reconhecido e as atividades desenvolvidas em relação à gestão do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque por cada ator institucional.

Quadro 5 – Instituições parceiras e responsabilidade atribuída para a gestão do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

Quadro 6 – Papel reconhecido e atividades desenvolvidas em relação ao Parque Nacional do Cabo Orange pelos atores institucionais da pesquisa.

Quadro 7 – Instituições parceiras e responsabilidade atribuída para a gestão do Parque Nacional do Cabo Orange.

“... é na gestão que reside o maior desafio da proteção da biodiversidade. Gestão do patrimônio natural, associando desenvolvimento e conservação...” Becker (2006, pg.379)

APRESENTAÇÃO

A preocupação com a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade tem levado a maioria dos países a desenvolver um olhar estratégico em relação ao patrimônio natural, e também à criação de medidas legais para proteger ou regular o seu uso. Essas medidas incluem a criação de áreas protegidas, entre os quais, os parques nacionais, que têm como objetivo central, a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica (BRASIL, 2000). Além do desafio que representa a criação de áreas protegidas para conservação do patrimônio natural, uma questão central em políticas públicas se dirige também à sua gestão.

O Brasil é em termos mundiais um dos principais países em megadiversidade, tanto em diversidade de espécies quanto em níveis de endemismo. Neste contexto, a região amazônica brasileira é particularmente importante, por seu valor na proteção da biodiversidade global e, no cenário econômico e estratégico, para o desenvolvimento do país, uma vez que representa a maior extensão de floresta tropical úmida contínua em uma nação.

Na Amazônia Legal¹ ocorrem 21 parques nacionais (IBAMA, 2007)², sendo 5 destes, na região de fronteira: Parque Nacional da Serra do Divisor, Parque Nacional do Pico da Neblina, Parque Nacional Monte Roraima, Parque do Cabo Orange e Parque Montanhas do Tumucumaque, sendo os dois últimos, focos deste trabalho, na fronteira com a Guiana Francesa.

Segundo Irving (2006), os Parques Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange estão inseridos em uma região de grande impacto no imaginário coletivo, representando um atrativo patrimonial e simbólico. Por serem parques de fronteira, as ações do Governo

¹ A Amazônia Legal está localizada ao norte da América do Sul, ocupando uma área total de mais de 6,5 milhões de quilômetros quadrados. Em termos administrativos brasileiros, a região chamada Amazônia Legal é composta dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, além de parte dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Dados disponíveis em <http://www.sivam.gov.br> (24/03/2007)

² Disponível em <http://www.Ibama.gov.br/> (Acesso em 24/03/2007)

Federal implicam também numa perspectiva de cooperação para a gestão da biodiversidade e desenvolvimento regional, com os países vizinhos.

No contexto geopolítico e estratégico de cooperação entre Brasil e França, a autora ressalta a importância do momento político atual para importantes avanços com este objetivo, no âmbito da cooperação bilateral:

“Não menos significativo é o momento político-institucional atual, em que França e Brasil se mobilizam para operacionalizar as suas políticas de biodiversidade e suas estratégias globais para a gestão dos espaços protegidos, sendo que ambas as políticas se sustentam na lógica da gestão da biodiversidade com o enfoque de desenvolvimento regional e uso sustentável dos recursos renováveis”. (Irving, 2004, pg 48)

Assim, o olhar institucional para a gestão a partir da interpretação do patrimônio natural e seu papel no processo em parques da fronteira amazônica, é de extrema importância para a pesquisa e para a reflexão e formulação de políticas públicas de proteção da natureza.

O presente trabalho tem o objetivo de contribuir para a interpretação de atores institucionais sobre a gestão dos parques nacionais de fronteira, tendo como foco os Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque (PNMT) e Cabo Orange (PNCO).

Para isso, a pesquisa busca entender e interpretar como as instituições que compõem os Conselhos Gestores destes parques percebem o patrimônio natural representado pelos parques e seu papel para a gestão.

A partir deste trabalho, espera-se contribuir para a interpretação da dinâmica institucional para a gestão da biodiversidade regional e para a formulação de diretrizes para políticas públicas, que incidam sobre parques nacionais de fronteira na Amazônia.

A escolha desses parques nacionais se deve a várias razões. Em primeiro lugar, o fato de os mesmos, fazerem parte de um mosaico de áreas protegidas (incluindo Unidades Federais, Estaduais e Terras Indígenas), conhecido como “Corredor de Biodiversidade do Amapá”.³

³ O corredor de Biodiversidade do Amapá representa uma unidade complexa para a gestão da biodiversidade regional, de modo a assegurar a reposição genética e a conectividade entre as diferentes áreas protegidas, através de fluxo genético. Localiza-se entre o Escudo das Guianas e o estuário do Rio Amazonas e abrange uma área de cerca de 11 milhões de hectares, o equivalente a mais da metade do Estado do Amapá. O Corredor do Amapá foi criado para promover a ligação entre as diversas áreas preservadas, aumentando a chance de manutenção da

A segunda razão para a escolha dos dois parques como objeto de estudo, se deve ao fato dos dois parques estarem localizados na fronteira amazônica. Por serem parques nacionais de fronteira, estas áreas protegidas tem importância geopolítica e estratégica.

O olhar sobre a gestão envolve, direta ou indiretamente, questões referentes à soberania nacional e políticas de desenvolvimento que transcendem o olhar e exigem, portanto, novos mecanismos para a gestão em cooperação com os países vizinhos (Irving, 2004).

Finalmente, a escolha dos Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange justifica-se também pela necessidade da compreensão da dinâmica da gestão da biodiversidade nesses espaços protegidos de fronteira, no contexto atual de implementação do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)⁴, em sintonia com os compromissos assumidos pelo Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)⁵, que prevê o estabelecimento e o fortalecimento de redes de colaboração, através das fronteiras nacionais, entre unidades de conservação e demais áreas protegidas contíguas ou próximas.

Desta forma, a interpretação dos desafios para a gestão pelo olhar dos atores institucionais a partir da leitura de patrimônio natural e de seu papel na gestão, é de fundamental importância para que se possa compreender e delinear melhor a dinâmica local e as estratégias possíveis para a proteção da biodiversidade regional.

Finalmente, o trabalho aqui proposto insere-se no Projeto de Pesquisa “Planejamento, Implementação e Avaliação de Projetos Ambientais” vinculado ao Grupo de Pesquisa “Áreas Protegidas e Inclusão Social” (CNPq/Lattes), vinculados ao Programa de Pós-Graduação de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

É importante também mencionar que, em paralelo a esta pesquisa, encontra-se também em desenvolvimento um estudo com o objetivo de interpretação da gestão da

biodiversidade, com a livre circulação das espécies. (<http://www.biodiversidadebrasil.com.br> – Acesso em 11/03/2006).

⁴ Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) é um instrumento de planejamento e gestão, dinâmico e flexível, de uma política para conservação da biodiversidade em áreas naturais protegidas.

⁵ O Tratado de Cooperação Amazônica é um instrumento jurídico assinado em 1978 por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela com o objetivo de promover o desenvolvimento integrado e sustentável da Região Amazônica mediante atividades multilaterais ou conjuntas entre os países envolvidos. Esse documento firmado em Brasília em 3 de julho de 1978, foi internalizado através do Decreto Legislativo nº 69, de 18 de outubro de 1978 e promulgado pelo Decreto nº 85.050, de 18 de agosto de 1980 (Apud Irving, 2004).

biodiversidade regional, a partir do olhar dos atores sociais locais (comunidades que habitam o interior destas áreas).

O presente Projeto de Pesquisa é realizado também em intercâmbio com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com apoio da Diretoria de Áreas Protegidas (DAP), e o Ministério de Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da França, desde 2004, a partir de um Memorando de Entendimento assinado com o objetivo de apoiar a cooperação internacional entre os dois países, com ênfase na região de fronteira entre o Brasil e a França.

Esta pesquisa está também vinculada aos objetivos do Projeto ARCUS⁶ com o apoio logístico do IBAMA.

A estrutura desse trabalho está dividida em capítulos, apresentados a seguir:

O primeiro capítulo dedica-se a apresentar a origem de Parques Nacionais no Brasil e sua importância para a biodiversidade regional, no caso da fronteira Amazônica.

O segundo capítulo pretende discutir as bases conceituais que orientam a noção de patrimônio natural e contextualizar as áreas protegidas como um dos principais instrumentos para a conservação e o manejo da biodiversidade. Neste capítulo são também abordados o conceito de gestão e a importância do olhar institucional para se entender a complexidade de valores, significados e símbolos em relação ao patrimônio natural e aos papéis assumidos por atores institucionais ligados à gestão de parque de fronteira na Amazônia.

O terceiro capítulo descreve a abordagem metodológica da pesquisa.

O quarto capítulo, descreve os Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange, que compõem o Estudo de Caso na presente investigação e são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa.

Por fim, no quinto capítulo são apresentadas as conclusões e as recomendações para políticas públicas.

⁶ Projeto ARCUS é Projeto ARCUS que é um programa de cooperação, financiado pela região Ile de France e pelo Ministério das relações Internacionais da França e articulado com Instituições de Pesquisa do Brasil e do Chile.

CAPÍTULO 1

ORIGEM, IMPORTANCIA E CONTEXTO DOS PARQUES NACIONAIS DE FRONTEIRA NA AMAZONIA.

Parques Nacionais constituem estratégias de grande importância no âmbito dos compromissos globais para a conservação da biodiversidade (Oliveira 2005).

A discussão da temática ambiental, que posteriormente inspirou acordos sobre proteção da biodiversidade, vem sendo fortalecida, principalmente a partir de 1972, quando a "Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano" (Conferência de Estocolmo, 1972), resultou na "Declaração sobre o Meio Ambiente Humano", contendo uma série de princípios de comportamento e responsabilidade, e no "Plano de Ação", convocando os atores internacionais (governos, iniciativa privada e organizações não governamentais) a cooperarem na busca de soluções para uma série de problemas ambientais (SMA, 1996).

No entanto, o marco internacional para a discussão do tema de proteção da biodiversidade foi a Rio 92 (realizada no Rio de Janeiro em 1992), que representou um desdobramento das discussões que já vinham sendo mantidas pelos órgãos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)⁷ e a União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN).⁸

Nessa cronologia, ganham hierarquia também as áreas protegidas e toda a sua simbologia como estratégia possível para a proteção da natureza.

Barreto Filho (2001) argumenta que: “as iniciativas mantidas pela IUCN podem ser relacionadas às articulações institucionais, sociológicas e ideológicas em torno das áreas

⁷ O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA foi resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano realizada em 1972, em Estocolmo. Esta foi a primeira vez que representantes dos países industrializados e em desenvolvimento se reuniram para discutir, exclusiva e sistematicamente, a questão do meio ambiente global e o desenvolvimento do planeta.

⁸ União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), é uma organização internacional dedicada à conservação dos recursos naturais. Fundada em 1948 sua missão é influenciar, encorajar e assistir sociedades em todo o mundo na conservação da integridade e biodiversidade da natureza, e assegurar que todo e qualquer uso dos recursos naturais seja equitativo e ecologicamente sustentável. Em 1960, a IUCN estabeleceu uma Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas para a promoção, o monitoramento e a orientação para o manejo de tais áreas.

protegidas como instrumentos de proteção da natureza, globalmente”. A IUCN elaborou, pela primeira vez, e tem mantido atualizada a listagem mundial dos parques nacionais⁹.

Em 1992, o Brasil, país de megadiversidade assinou a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)¹⁰ com o objetivo global de proteção de biodiversidade.

Em 2003, o Encontro no V Congresso Mundial de Parques (IUCN, 2003), resultou no Acordo de Durban. Esta iniciativa reconhece a importância das áreas protegidas, entre as quais aquelas dirigidas à proteção integral de patrimônio natural, mas reforça enfaticamente o compromisso de inclusão social, de desenvolvimento de estratégias adaptativas, de colaboração para a gestão entre a administração pública e a sociedade.

Nesse sentido, o cenário internacional influenciou e vem influenciando o país na construção de suas políticas de proteção da natureza, conforme discutido por Medeiros *et al.* (2006). É este contexto internacional que influenciou o processo de criação de parques nacionais e as políticas públicas de proteção de natureza globalmente e que culminou com a criação do Parque de Yellowstone¹¹.

No Brasil, a primeira proposta para a criação de parques nacionais, ocorreu em 1876, como sugestão do engenheiro André Rebouças. Esta proposta visou a criação de dois parques nacionais: um em Sete Quedas e outro na Ilha do Bananal (Pádua, 1983). A proposta original de criação de dois parques nacionais no Brasil, defendida por Rebouças, deveria trazer benefícios para as sociedades locais e para a promoção regional.

No entanto, somente em 1934, o Art. 9º do Código Florestal definiu parques nacionais como *“monumentos públicos naturais, que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país, que, por circunstâncias peculiares, o merecem”* (Quintão, 1983). Assim, a primeira categoria de manejo federal oficialmente estabelecida no Brasil foi a de parque nacional.

Em 1937, a Constituição apoiou este artigo do Código Florestal de 1934, afirmando: “Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais

⁹ A primeira edição foi publicada em 1962, sendo que a partir de 1982 passou a ser conhecida como United Nations List of National Parks and Protected Areas. Ela foi preparada à pedido da Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução de dezembro de 1962, sobre “Desenvolvimento Econômico e Conservação da Natureza”, que endossou uma Resolução anterior (nº 713, da 27ª Sessão do ECOSOC, de 1959) e reconheceu os parques nacionais e reservas equivalentes como importante fator no uso racional (sábio) dos recursos naturais.

¹⁰ Documento assinado pelo governo brasileiro durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD (Rio 92), no Rio de Janeiro. Ratificado em 1994: A CDB estabelece normas e princípios que devem reger o uso e a proteção da diversidade biológica em cada país signatário.

¹¹ O parque de Yellowstone, criado em finais do século XIX, situa-se nas Montanhas Rochosas, Oeste dos Estados Unidos, ocupando uma área de 890 mil hectares.

particularmente dotados pela natureza gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional” (Pádua, 1983). Neste mesmo ano, foi criado o Parque Nacional de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de se resguardar amostras de ecossistemas naturais da região.

Segundo Medeiros *et. al.* (2006): “com a incorporação, na Constituição de 1934, de um ideário que outorgava à natureza um novo valor, ela passa a ser considerada como Patrimônio Nacional a ser preservado, e sua proteção ganha um novo status na política nacional”. Através do Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, instituiu-se a proteção legal ao patrimônio histórico e artístico nacional, e os tombamentos dos Monumentos Naturais, bem como os sítios e paisagens que impliquem em compromisso de conservação¹².

Em 1939 foram criados os Parques Nacionais de Iguaçu (PR) e Serra dos Órgãos (RJ) e, somente em 1959, os Parques Nacionais Ubajara (CE), Aparados da Serra (RS) e Araguaia (TO), foram criados. Segundo Pádua (*op. cit.*), “*neste período o Brasil passava por uma crise institucional e não havia prioridade para as questões ambientais*”.

O desenvolvimento, na época, era pensado estrategicamente em termos nacionais, sendo conduzido preferencialmente pelos governos centrais, que não estavam sujeitos aos interesses particulares de grupos políticos regionais ou locais (Camargo, 2004). Durante este período foram criados 11 parques nacionais por todo território nacional.

Somente em 1981, através da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, foi desenvolvida uma legislação ambiental que concebeu um sistema descentralizado de políticas públicas: o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Após o estabelecimento desta base legal, nas décadas de 80 e 90 foram criados 20 parques nacionais, a maioria na região da Amazônia.

Medeiros *et. al.* (*op. cit.*) afirmam que um sistema mais integrado para a criação e o gerenciamento das áreas protegidas, só se efetivou aproximadamente 20 anos mais tarde, em 2000, com a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) instituído pela Lei No 9985, de 18 de julho de 2000.

¹² Dados obtido em <http://www.senado.gov.br> (Acesso em 12/02/2007)

O SNUC normatiza a criação, implantação e gestão das unidades de conservação¹³ em território nacional. (BRASIL, 2000). Segundo o SNUC, as unidades de conservação no Brasil, dividem-se em dois grupos: Unidades de Uso Sustentável¹⁴ e Unidades de Proteção Integral¹⁵, nas quais se inserem os parques nacionais.

Os parques nacionais, no caso brasileiro, foram inicialmente estabelecidos pela Lei no 4.771, de 15/09/1965 (Código Florestal) Seus objetivos básicos, segundo o SNUC, são:

“a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”

No caso específico da Amazônia, o primeiro parque nacional criado foi o Parque Nacional de Araguaia, em 1959, e, somente em 1974, o Parque Nacional da Amazônia (Tapajós) foi criado como parte do Plano de Desenvolvimento do chamado “Polígono de Altamira” , entre os rios Xingu e Tapajós. O Polígono de Altamira foi estabelecido, em 1971, e entregue ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como resultado do Plano de Integração Nacional (PIN)¹⁶, que incluiu também resoluções determinando a construção das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica. Até 1974, a bacia central do rio Amazonas constituía uma das maiores lacunas na cobertura de parques e reservas do continente sul americano, segundo (Watterberg, *et. al.* 1981; Watterberg *et. al.* 1976).

A criação do Parque Nacional da Amazônia (1974) representou, portanto, um marco, a partir do qual se intensificou a criação de UC's na região.

Segundo Watterberg *et. al.* (*op. cit.*), “A chamada década de progresso para os parques nacionais sul americanos (1974 – 1984), coincide com o período em que mais se criou UC's de proteção integral no Brasil e, na região Amazônica, em particular”.

¹³ Unidades de Conservação são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção pela Lei 9985/2000 (BRASIL, 2000).

¹⁴ O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

¹⁵ O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. (BRASIL, 2000).

¹⁶ Em 1970, no governo do general Emílio Garrastazu Médici, foi lançado o Plano de Integração Nacional (PIN) com o objetivo de ocupar e povoar os imensos espaços vazios da região que recebeu, num primeiro momento, retirantes nordestinos fugindo da seca e da miséria crônicas do Nordeste em busca das riquezas da floresta, que representava uma espécie de "Eldorado amazônico".

Dados obtidos a partir da WWF/Central Independent Television (1991), demonstram que este período se relaciona, por um lado, com o período de expansão das fronteiras econômicas internas do país para a Amazônia e a implementação das políticas de desenvolvimento e de integração nacionais, nos anos 70; e, por outro, com a chamada “década da destruição” (anos 80), na história da floresta tropical úmida da Amazônia.

Neste contexto, a crise do planejamento excludente, centralizado, pretensamente racional e de feição hegemonicamente econômica expressa o quadro mais amplo da crise do “padrão de gestão” das UC’s de proteção integral na Amazônia, segundo Brito (1995).

Uma concepção de políticas públicas de proteção da natureza dirigidas à Amazônia se configura apenas a partir de 1976, quando uma análise de prioridades em conservação da natureza na Amazônia foi realizada através do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPEF), para o estabelecimento de unidades de conservação de uso indireto (Wetterberg *et al.*, 1976; MA-IBDF/FBCN 1979, 1982). Este projeto gerou um documento que propôs a criação de UC’s em 30 áreas prioritárias na Amazônia, identificadas a partir de uma análise de locais propostos como refúgios pleistocênicos para certos grupos taxonômicos de borboletas, lagartos, aves e plantas. Esses chamados “refúgios” foram identificados por seu alto grau de endemismo nos grupos estudados. Porém, foi fundamental, para a escolha dessas áreas, a consideração de tipos de vegetação na Amazônia (Pires, 1974) e as regiões fitogeográficas identificadas por Ducke & Black (1953) e Prance (1973, 1977). Mas neste momento não se discutia ainda os aspectos associados aos grupos humanos residentes nessas áreas.

Com o foco na importância ecológica, as áreas prioritárias identificadas por Wetterberg *et al.* (*op. cit.*) incluíram 23 refúgios, reconhecidos para mais do que um grupo taxonômico (primeira prioridade), e sete áreas (segunda prioridade), reconhecidas para somente um grupo taxonômico. Estes autores também listaram áreas sugeridas por outras agências governamentais (especialmente pelo Projeto RADAM)¹⁷, e outras organizações. Todo este processo resultou na proposta da criação de 48 unidades de conservação na Amazônia.

¹⁷ O projeto RADAM (Radar na Amazônia), criado em 1970, foi inicialmente concebido para realizar o levantamento integrado dos recursos naturais de uma área de 1.500.000 km² localizada na faixa de influência da rodovia Transamazônica, utilizando como sensor o Radar de Visada Lateral (SLAR=Side Looking Airbone Radar). Com o sucesso obtido nesta etapa, sua abrangência foi gradativamente aumentada para toda a Amazônia Legal, até atingir, em 1975, a totalidade do território nacional, quando passou a se denominar projeto RADAMBRASIL

Os seguintes Parques Nacionais foram criados como resultado desse processo: Parque Nacional Pico da Neblina (1979), Parque Nacional Picaás Novos (1979), Parque Nacional do Cabo Orange (1980), foco deste trabalho, Parque Nacional Jaú (1980), e Parque Nacional Serra do Divisor (1989).

O Parque Nacional Monte Roraima não resultou desse processo e foi decretado em 1989 para proteger parte da Serra Pacaraima e Monte Roraima, em função de seu valor elevado em termos biológicos e geológicos¹⁸.

Em 1994, visando à implementação da CDB, o Governo Brasileiro criou o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), por meio do Decreto Nº-1.354, de 29 de dezembro de 1994, e iniciou negociações com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)¹⁹ para execução do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO)²⁰.

Os Parques Nacionais Serra da Mocidade e Viruá, foram criados em 1998, por influencia dos compromissos assumidos pelo país na Convenção da Biodiversidade (CDB), que prevê a proteção de 10% dos ecossistemas existentes sob a forma de Unidades de Conservação²¹.

Na lógica da proteção de 10% dos ecossistemas brasileiros, em 1999, foi realizado um Seminário em Macapá (AP), para identificar áreas prioritárias para a conservação da Floresta Amazônica Brasileira. Na ocasião, um grupo de cientistas considerou a região onde atualmente se encontra o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, como área de alto significado para a conservação da diversidade biológica regional²².

¹⁸ Dado obtido em <http://www.ibama.gov.br> (Acesso em 10/03/2006)

¹⁹ O Governo Brasileiro e o BIRD assinaram um Acordo de Doação para o Fundo Mundial de Meio Ambiente (GEF) e com recursos do tesouro nacional iniciaram a execução do PROBIO em 1996.

²⁰ O objetivo do PROBIO tem sido identificar ações prioritárias, estimulando subprojetos que promovam parcerias entre os setores públicos e privados, gerando e divulgando informações e conhecimentos na área de biodiversidade, como por exemplo, o Corredor de Biodiversidade do Amapá. Dados obtido em <http://www.mma.gov.br> (Acesso em 10/03/2006).

²¹ O Programa tem por finalidade expandir e consolidar a totalidade de áreas protegidas no bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa. O Programa foi criado para proteger 500 mil km² (ou 50 milhões de hectares) representativos das 23 ecoregiões do bioma Amazônia, incluindo os vários tipos de paisagens e recursos genéticos, bem como a diversidade das comunidades locais (Bensusan, 2006).

²² Dados obtidos em <http://www.conservation.org.br/onde/amazonia>. (Acesso em 11/03/2006)

Em continuidade à meta de proteção da Floresta Amazônica, em 2001, a ONG WWF-Brasil doou US\$ 11,5 milhões para apoiar o governo brasileiro na implantação do Programa ARPA - Áreas Protegidas da Amazônia.²³

O primeiro parque nacional criado oficialmente vinculado aos compromissos do Programa ARPA foi o Parque Nacional Serra da Cutia (RO), em 2001²⁴.

Em maio de 2002, também como resultado do Programa ARPA, foi realizado um Seminário em Paramaribo, no Suriname, com o objetivo de selecionar áreas prioritárias para a conservação em toda a região do Platô das Guianas. Na ocasião, um grupo de cientistas de diferentes países apresentou estudos sobre a biodiversidade da região, e reafirmou a área do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque como uma das mais importantes do Escudo das Guianas²⁵ para a conservação permanente da biodiversidade.²⁶

Desta forma, a proposta de criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque foi elaborada pelo Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e discutida em três audiências públicas, realizadas em junho, nos municípios amapaenses envolvidos. Em agosto de 2002, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque foi criado através de Decreto sem número, publicado no Diário Oficial, do dia 23 de agosto de 2002, com 3.877.393 ha.²⁷

Neste mesmo ano, durante a RIO+10 em Johannesburgo²⁸, o Presidente Fernando Henrique Cardoso lançou oficialmente o Programa ARPA e anunciou a criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

Os Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange, foco deste trabalho, estão situados na faixa de fronteira do Amapá, que é designada pela Lei Nº 6.634, de 02/05/79 e regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26/08/80.

²³ O Programa tem por finalidade, expandir e consolidar a totalidade de áreas protegidas no bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa. O Programa foi criado para proteger 500 mil km² (ou 50 milhões de hectares) representativos das 23 ecoregiões do bioma Amazônia, incluindo os vários tipos de paisagens e recursos genéticos, bem como a diversidade das comunidades locais (Bensusan, 2006).

²⁴ Dados obtidos em <http://www.ambientebrasil.com.br/noticias>. (Acesso em 11/03/2006)

²⁵ Escudos antigos ou maciços cristalinos: São blocos imensos de rochas antigas. Estes escudos são constituídos por rochas cristalinas (magmático-plutônicas), formadas em eras pré-cambrianas, ou por rochas metamórficas (material sedimentar) do Paleozóico, são resistentes, estáveis, porém bastante desgastadas. Correspondem a 36% da área territorial e dividem-se em duas grandes porções: o Escudo das Guianas (norte da Planície Amazônica) e o Escudo Brasileiro (porção centro oriental brasileira). (www.ambientebrasil.com.br, 2006)

²⁶ Dados obtido em <http://www.conservation.org.br/onde/amazonia>. (Acesso em 11/03/2006)

²⁷ Dados obtido em www.mma.gov.br (Acesso em 10/03/2006)

²⁸ Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+10, realizada de 26 de agosto a 4 de setembro de 2002, em Johannesburgo, na África do Sul.

A faixa de fronteira da região amazônica, se caracteriza por uma dinâmica socioeconômica complexa, resultante da existência de grupos humanos e culturas distintas. Esta dinâmica envolve tensões e conflitos relacionados à existência de povos indígenas, grupos religiosos de diversas origens, historicamente presentes na região, militares situados em destacamentos de fronteira (em pontos considerados estratégicos para a segurança nacional), grupos de apoio social ou de cunho ambientalista e instituições governamentais (FUNAI, IBAMA, INCRA, FUNASA, entre outras) e núcleos de garimpeiros. Estas tensões na área de fronteira têm sido sistematicamente relatadas por organizações ambientalistas (Coelho, 1992). Este contexto se associa evidentemente a uma complexidade regional, que não pode ser ignorada nos processos de gestão de áreas protegidas.

Segundo Coelho (*op. cit.*), a história na faixa de fronteira Amazônica data de 1955, quando a Lei 2597/55 abriu um precedente para a criação de colônias militares, uma política, aliás, bastante antiga e incidente em várias regiões do Brasil, desde o século XIX. Em seu artigo 5º, a Lei 2597 estabelecia caber: "*(...) ao Poder Executivo a criação de colônias agrícolas e núcleos rurais de recuperação do elemento humano nacional onde se tornar necessário bem como estabelecer, por proposta e nos locais indicados pelo Conselho de Segurança Nacional, colônias militares com o mesmo objetivo*".

Quatro anos após esta lei, o regulamento das colônias militares de fronteira na Amazônia foi aprovado. Estas colônias deveriam ser implantadas junto à fronteira, e demandariam algumas modificações estruturais para se transformarem em centros de produção e subsistência para a população local, sem, no entanto, perderem sua missão de prover "segurança"²⁹. No artigo 2º do regulamento das colônias militares, que trata das finalidades das mesmas, fica clara a preocupação com os países vizinhos e com as vias de acesso ao território nacional: "criar e fixar núcleos de população nacional nos trechos das fronteiras, situadas nas zonas ou localidades prósperas do país vizinho, bem como nos daqueles onde haja vias ou facilidades de comunicações (rios navegáveis, estradas ou campos) que dêem franco acesso ao território nacional". A estratégia de implantação das colônias militares também transparece no artigo 3º da mesma lei, que estabelece que, a

²⁹ Com este enfoque, foram então criadas, pelo menos no plano teórico, dois tipos de colônias militares: tipo A, se instalada na própria linha de fronteira ou nas suas proximidades imediatas; tipo B, se localizada dentro da faixa de fronteira, mas não sobre a linha de fronteira ou suas proximidades (art. 9º).

estas teriam que ser atribuídos meios e condições para assegurar a permanência e sobrevivência dos militares na fronteira. (Coelho, *op. cit.*).

Pela legislação atual (Lei nº 6634), a faixa de fronteira corresponde a três zonas distintas: a) a "faixa de fronteira", com 150 Km de largura, entre as cidades de Tabatinga (AM) e Oiapoque (AP); b) a "orla ribeirinha" dos rios Solimões e Amazonas e seus principais afluentes; c) a "hinterlândia"³⁰, constituída dos espaços interiores limitados pelos dois primeiros.

A dimensão histórica da fronteira amazônica é extremamente complexa e afeta, até os dias atuais, a dinâmica do território e a paisagem cultural de fronteira (Irving, 2006). Tendo em vista a complexidade do processo de gestão de biodiversidade em áreas protegidas de fronteira, a interpretação da gestão pelos atores institucionais envolvidos, nela considerada a visão de patrimônio natural (material e simbólica), é de extrema importância para a conservação da biodiversidade regional. Investigar como os atores sociais que vivem em um contexto sócio-histórico e geográfico analisam o próprio contexto, representa, portanto, um importante tema de pesquisa acadêmica. (Soares, 1995).

Os dois parques nacionais, objeto dessa dissertação, estão situados nesta faixa, sujeitos, portanto a definições legais específicas e a diferentes tensões sociais. É neste panorama que se configura a inspiração para esta pesquisa.

³⁰ Território contíguo à costa marinha ou a um rio; interior. / Região servida por um porto ou via navegável. Disponível em <http://www.kinghost.com.br/dicionario/hinterlandia.html> (Acesso em 03/05/2007)

CAPÍTULO 2

ENTENDENDO A LÓGICA INSTITUCIONAL PARA A GESTÃO DE PARQUES NACIONAIS.

Para a gestão de parques nacionais de fronteira, o conhecimento da dinâmica institucional representa um ponto fundamental em políticas públicas de conservação da biodiversidade. Como as instituições envolvidas no processo de gestão interpretam e internalizam a importância do patrimônio natural, e de que maneira entendem o seu papel na gestão, parece ser um ponto de partida para a consolidação do SNUC e dos princípios e diretrizes do PNAP.

Nesse sentido, a análise do olhar institucional para a gestão requer minimamente um foco sobre dois temas: a interpretação de patrimônio natural e a perspectiva do papel institucional formalmente estabelecido e subjetivamente internalizado.

O termo patrimônio tem vários significados, como discute Barreto (2001). Segundo a autora, o significado mais comum é “conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possuem”. Esta autora classifica patrimônio em:

- a) cultural ou imaterial - transmitido de geração em geração e, constantemente, recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana;
- b) natural ou material - composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; artes aplicadas³¹. Estes bens naturais estão divididos em bens imóveis, como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e, móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Sobre este mesmo assunto Rodrigues in Funari & Pinsky (2001) afirmam que:

“o patrimônio paisagístico ou natural, pode ser interpretado sob dois pontos de vista: pelo Poderes Públicos, que buscam a valorização dos bens como mercadorias culturais e, pela sociedade, que o compreende como fator de qualidade de vida”.

³¹ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br> (Acesso em 04/05/2006).

Segundo Pellegrini Filho (2000), no final da década de 60, as sociedades contemporâneas começaram a tomar consciência da maneira pela qual se utilizavam deste patrimônio natural, a fim de possibilitar o crescimento econômico. Mas historicamente os recursos naturais sempre foram utilizados para a sobrevivência humana, com base na concepção de sua inesgotabilidade.

Este mesmo autor afirma que, “os excessos na utilização do patrimônio natural e o aumento populacional ocorrido nos séculos XIX e XX transformaram a maneira de visualizar a utilização dos recursos provenientes da natureza”.

Em 1972, a Unesco adotou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural³², para apoiar a conservação e a proteção do patrimônio universal³³. Este foi um marco nas discussões sobre a proteção do patrimônio e, segundo Azevedo (1998), a UNESCO admitiu, a partir de então, a expressão “paisagem cultural”, que integra as percepções de sociedade e natureza.

Segundo este autor, os bens patrimoniais naturais são consumidos muito mais rapidamente do que são repostos, e o seu uso inadequado compromete a sua proteção. Choay (2001) ressalta que, “cabe a toda a coletividade internacional colaborar com a preservação do patrimônio natural. É através da consciência coletiva que se alcança um sucesso para a proteção deste patrimônio. Cabe ao Poder Público grande parcela da responsabilidade na sua proteção, e o mesmo procura alcançar esse objetivo através de legislação específica dirigida à preservação e a conservação³⁴ de todo e qualquer tipo de patrimônio”.

No Brasil, o olhar central dirigido à proteção e conservação da natureza, em se pensando patrimônio natural, “*se congrega essencialmente em torno do referencial de área protegida*” (Medeiros et al, 2006).

³² A Convenção concernente à proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural foi adotada em 1972 pela Conferência Geral da UNESCO, em consonância com a ICOMOS - International Council for Monuments and Sites, com o objetivo de preservar os testemunhos irremovíveis de civilizações passadas e as paisagens naturais.

³³ Disponível em <http://www.ambientebrasil.com.br> (Acesso em 12/03/2006)

³⁴ Quando a autora cita preservação e conservação, ressalta que há uma diferença conceitual, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): “Preservação é um conjunto de métodos procedimentos e políticas que visam a proteção a logo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos [...] prevenindo a simplificação dos sistemas naturais”. E conservação é o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para produzir o maior benefício, em bases sustentáveis as atuais gerações, mantendo o seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras”

As áreas protegidas são os principais instrumentos para a conservação e o manejo da biodiversidade e representam uma das estratégias de proteção do patrimônio natural. Neste, a fauna e a flora são, em tese, conservadas, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, o que tende a garantir a manutenção do estoque da biodiversidade (Ibama, 2006).³⁵ No caso de algumas categorias de áreas protegidas, estas também representam uma oportunidade ao desenvolvimento de modelos de utilização sustentável dos recursos naturais.

A partir da criação do SNUC, em 2000, os objetivos das diversas categorias de manejo de unidades de conservação passaram a ser diferenciados em Uso Sustentável e Proteção Integral, embora todas contribuam para que os objetivos nacionais de conservação de recursos naturais renováveis sejam atingidos.

No entanto, uma das dificuldades para a proteção do ambiente natural está na existência de diferenças nas percepções³⁶ e interpretações dos valores, e da importância de patrimônio, entre indivíduos de culturas diferentes ou de grupos sócio-econômicos que desempenham funções distintas, no plano social (Okamoto, 1996). Desta forma, a percepção que o indivíduo ou os grupos humanos (institucionalizados ou não) tem de patrimônio natural está diretamente relacionada aos esforços que estes dirigem à proteção deste patrimônio.

Faggionato (2006)³⁷, neste sentido, interpreta a percepção ambiental “*como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo*”.

Através da interpretação de patrimônio natural, são estabelecidas as relações de afetividade do indivíduo para com o ambiente. A partir da formação de laços afetivos positivos, pode acontecer a modificação dos valores atribuídos para cada lugar em seu entorno, conforme discute Lima (2003).

Alirol (2001) reforça esta idéia ao dizer que:

“diferentes atores não vêem os problemas ambientais e de desenvolvimento da mesma maneira (...). O sentimento de responsabilidade, ou a idéia que dele se faz,

³⁵ Dados obtido em <http://www.Ibama.br>. (Acesso em 12/04/2006).

³⁶ Não é objetivo deste trabalho discutir os referenciais teóricos sobre o tema, mas a pesquisa parte do recorte de Tuan (1980), Lima (2003) e Faggionato (2006).

³⁷ Disponível em <http://educar.sc.usp.br>. (Acesso em 11/03/2006).

varia enormemente, conforme a categoria social ou profissional à qual se pertence”.

Addison (2003) verifica em seus estudos que um aspecto importante para o desenvolvimento de uma relação positiva com o ambiente, está no que ele denomina de “senso de lugar caracterizado”. O olhar individual predomina na concepção do espaço e senso de lugar, uma vez que permeia a consciência individual em sua inter-relação com o ambiente no qual está inserido. Este lugar pode aparecer como um espaço virtual que não é concebido geograficamente, mas na realidade o é, pois é concebido por aspectos subjetivos de classificação da percepção.

Segundo Tuan (1980), “a percepção é a resposta dos sentidos aos estímulos ambientais (percepção sensorial) e a atividade mental resultante da relação com o ambiente (percepção cognitiva). Esta traz, ao indivíduo, novos dados para compreensão de seu entorno ao estabelecer relações com o ambiente no qual está inserido”.

De acordo com Tuan (*op. cit.*) as relações entre o homem e o ambiente constituem o que ele define como primariamente “**postura cultural, uma postura que se toma em relação ao mundo**” (grifo nosso).

Pensando sob esta ótica e considerando o momento atual e o contexto de políticas públicas para a cooperação Brasil-França, dirigida à gestão da biodiversidade e desenvolvimento sustentável na área de fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa (Memorando de Entendimento)³⁸, a leitura de patrimônio natural e o reconhecimento do papel institucional para a gestão, constituem elementos-chave para o desenho de estratégias regionais para a proteção de biodiversidade amazônica.

No entanto, como afirma Conceição (2002), definir o que são instituições é tarefa complexa, uma vez que, tal interpretação envolve várias escolas de pensamento, que, na essência, vêm pesquisando este tema³⁹. O tema encobre uma grande variedade de significados que incluem desde normas, leis, comportamentos até organizações, firmas e o próprio mercado. Para a presente pesquisa, entende-se instituição como a “complexidade de valores, normas, crenças, significados, símbolos, costumes e padrões socialmente

³⁸ Memorando de Entendimento assinado entre o Ministério de Meio Ambiente do Brasil e o Ministério de Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da França em outubro de 2004 (MMA, 2004)

³⁹ Não é objetivo deste trabalho discutir os referenciais teóricos sobre o tema, mas a pesquisa parte do recorte de Nelson, (1995).

aprendidos e compartilhados, que delineiam o elenco de comportamento esperado e aceito em um contexto particular” (Nelson, 1995, p. 80).

Desta forma, entender a complexidade de valores, significados e símbolos envolvidos na interpretação de patrimônio natural e os papéis institucionais reconhecidos na gestão de parques nacionais de fronteira na Amazônia requer entender a especificidade de cada uma das instituições envolvidas em suas missões formais e em suas subjetividades cotidianas.

No recorte dessa pesquisa, se considera como atores institucionais ligados à gestão de parques nacionais, os membros dos Conselhos Gestores⁴⁰ dos parques nacionais, uma vez que estes são os principais espaços de participação social estabelecidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, abertos à sociedade e intermediados pelos gestores públicos.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, para Costa & Cunha (2004) o papel dos gestores públicos, na promoção do processo participativo é essencial em países como o Brasil, em que muitos anos de ausência da participação da sociedade acabaram por concentrar, em parcelas restritas da população, as informações e os conhecimentos necessários à preparação de projetos coletivos. Assim, os Conselhos representam espaços potenciais de diálogo, negociação e pactos, entre a gestão pública e as diversas representações da sociedade (Costa & Cunha, *op. cit.*).

Os mesmos autores ressaltam que os atores institucionais ligados à gestão de parques nacionais precisam estar em constante diálogo com a sociedade, no sentido de uma melhor administração do patrimônio natural. E dos governantes e gestores exige-se, cada vez mais, habilidades para negociar conflitos e incentivar a construção de acordos consensuais, pensar estrategicamente, circular com desenvoltura em diferentes espaços de sociabilidade e criar e gerenciar equipes de trabalho (Costa & Cunha, *op. cit.*).

Além disso, vários trabalhos têm demonstrado que a gestão ganha velocidade e consistência quando os diferentes setores da administração pública colaboram entre si nas questões ambientais e nos planos econômicos e sociais (Camargo, 2004). Desta forma, os Conselhos são instâncias de diálogo também entre os atores governamentais.

⁴⁰ Os Conselhos Gestores apresentam caráter interinstitucional, tem papel de instrumento mediador na relação sociedade/Estado e estão inscritos na Constituição de 1988, e em outras leis do país, na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população (Gohn, 2003).

Assim, a interpretação do olhar institucional para a gestão de parques nacionais, de fronteira na Amazônia, tendo como base um espaço formal de participação social (o Conselho Gestor), e a leitura de patrimônio e papel reconhecido, constitui um ponto de partida para a cartografia dos pactos sociais, tensões e subjetividades envolvidas no processo.

CAPITULO 3

METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa teve caráter exploratório, e foi baseada em abordagem qualitativa, tendo em vista suas principais características: ter no social a principal fonte de dados e, o pesquisador como instrumento-chave na proposta. A pesquisa possui caráter descritivo, e tem como foco principal da abordagem o processo e não o resultado ou produto.

Quanto à natureza, o trabalho teve enfoque de pesquisa aplicada, tendo em vista a produção de conhecimento, que visa contribuir para políticas públicas relacionadas à implantação, gestão e gerenciamento de parques nacionais na Amazônia.

A justificativa da escolha da modalidade “Estudo de Caso” baseou-se em Bruyne *et al.* (1977), que afirma que esta permite aprofundar casos particulares, a partir de informações detalhadas, buscando delimitar sua compreensão e extensão, em sua complexidade.

3.1 ETAPAS DA PESQUISA

3.1.1 Pesquisa Bibliográfica e Documental

A primeira etapa do trabalho consistiu no levantamento e na leitura e sistematização de todo o material bibliográfico, assim como documentos oficiais e relatórios de importância para o tema pesquisado.

Esta etapa considerou o acervo disponível em bibliotecas, Internet, bancos de pesquisa, além de teses e dissertações, inclusive no Estado do Amapá, durante o trabalho de campo, em julho de 2006.

Através da pesquisa bibliográfica e documental, realizada de março de 2005 a julho de 2006, foi possível gerar e sistematizar um conjunto de informações capazes de:

- reunir e interpretar referências das diferentes áreas do conhecimento com base no diálogo entre teóricos que se dedicam ao tema;
- reunir e interpretar informações a respeito dos programas de governo voltados à questão dos parques nacionais no Brasil (e na Amazônia em particular);

- sistematizar informações sobre o Estudo de Caso, tendo em vista o contexto global da gestão dos parques nacionais na região amazônica.

3.1.2 Contatos Institucionais e Perfil das Instituições selecionadas para a pesquisa

Nesta etapa foram realizados contatos com os órgãos governamentais como o IBAMA para obtenção de Licença para Pesquisa (Anexo 1), a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá, entidades de pesquisa e fundações de atuação na área, e especialmente com as chefias dos Parques Nacionais, objetos do estudo, para discussão e organização e apoio logístico para a pesquisa de campo.

Os atores institucionais, sujeitos da pesquisa, foram selecionados considerando-se sua relevância para a gestão da biodiversidade local, tendo como base os membros que compõem o Conselho Gestor dos Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange (Apêndice A).

Cinco grupos de atores institucionais foram considerados na pesquisa (Apêndice B): Atores institucionais federais, com atribuição direta na gestão dos parques – Chefe do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Chefe do Parque Nacional do Cabo Orange, Superintendência do IBAMA – AMAPÁ.

Atores institucionais federais, estaduais e municipais com atribuição indireta na gestão dos parques – Ministério da Defesa/Exército (Comando de Fronteira do Oiapoque e de Macapá), Polícia Federal de Oiapoque, Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), FUNAI, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), Secretaria de Aquicultura e Pesca (SEAP), Secretaria de Estado de Tecnologia e Ciência (SETEC), Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico (SEDE), Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca, Florestas e Abastecimento (SEAF), Agência de Desenvolvimento do Estado do Amapá (ADAP), Instituto de Estudos e Pesquisas do Estado do Amapá (IEPA), Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Oiapoque (SEMMA), Prefeitura de Serra do Navio e Prefeitura de Laranjal do Jarí.

Atores institucionais representados pela Sociedade Civil Local Organizada, com atribuição indireta na gestão dos parques - Conselho das Aldeias Wajapi (APINA),

Associação dos povos Indígenas do Tumucumaque (APITU), Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO), Associação Indígena Galibi-Marworno (AGM), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Amapá (FETAGRI), Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA).

Atores institucionais representados por Órgãos de Alcance Internacional - Amazônia Conservation Team (ACT), Conservation International (CI-Brasil) e Fundação Mundial para Vida Selvagem (WWF-Brasil).

Atores Institucionais representados por interlocutores formais de Cooperações Internacionais - Ministério da Ecologia e Desenvolvimento Sustentável da Guiana Francesa (MEDS) e Cooperação Brasil-Alemanha (Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH (GTZ).

O perfil resumido das instituições consideradas na pesquisa, por parque nacional, está apresentado abaixo no Quadro (1). O perfil detalhado das instituições está caracterizado no Apêndice C.

Quadro 1 – Perfil das Instituições envolvidas na gestão dos Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange.

INSTITUIÇÃO	CRIAÇÃO	MISSÃO
Governamentais		
Ibama/Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	2002	Consolidar o SNUC, para uma melhor administração do Parque Nacional.
Ibama/Parque Nacional do Cabo Orange	1980	Consolidar o SNUC, para uma melhor administração do Parque Nacional.
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-AP	1989	Executar o controle e a fiscalização ambiental nos âmbitos regional e nacional.
Ministério da Defesa - Comando de Fronteira do Macapá	1999	Defender o território brasileiro na região de fronteira internacional.
Ministério da Defesa-Comando de Fronteira do Oiapoque	1999	Patrulhar as fronteiras brasileiras, proporcionar atendimento médico e dentário aos índios, ensinando-lhes noções básicas de higiene
Ministério da Justiça - Polícia Federal de Oiapoque	1967	Apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas.
Departamento Nacional de Pesquisas Minerais	1934	Assegurar as condições e ambientes favoráveis à inserção e exercício do direito de cidadania integral na dimensão econômica mineral de uma democracia ecológico-social.
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	1970	Realizar a Reforma Agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.
Fundação Nacional do Índio	1967	Estabelecer as diretrizes da política indigenista e garantir o seu cumprimento.
Universidade Federal do Amapá	1987	Proporcionar ensino, pesquisa e extensão, regendo-se pelo seu Estatuto nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Regimento Geral e demais legislação em vigor.
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá	1997	Promover as condições de sustentabilidade alimentar, social, econômica e ambiental das comunidades rurais do Estado, através de um consolidado processo de associativismo, onde os atores possam tomar consciência do valor da produção por meio da agroindustrialização, como oportunidade viável ao desenvolvimento rural.
Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca	2003	Normatizar e estabelecer medidas que permitam o aproveitamento sustentável dos recursos pesqueiros altamente migratórios e dos que estejam subexplorados ou inexplorados.
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	1999	Formular e implantar a Política Estadual de Ciência e Tecnologia de forma a utilizar a pesquisa científica e tecnológica como instrumento de desenvolvimento sócio-econômico e para melhoria da qualidade de vida da população amapaense.
Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Não informado	Acompanhar e avaliar a política ambiental, no que se refere à preservação, conservação, recuperação e defesa do meio ambiente, passando pelo estabelecimento de normas e padrões ambientais.
Secretaria de Estado de Turismo	2004	Formular, Planejar, Executar e Coordenar a Política de Turismo do Estado, bem como criar oportunidades de investimentos setoriais e incrementar a expansão do Turismo no Amapá.
Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico	Não informado	Não informado
Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca, Floresta e Abastecimento	Não informado	

Agencia de Desenvolvimento do Estado do Amapá	Não informado	
Instituto de Estudos e Pesquisa do Estado do Amapá	1997	Gerar, promover e divulgar conhecimentos científicos e tecnológicos para a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento dos recursos naturais em benefício da população amapaense.
Prefeitura de Oiapoque - Secretaria Municipal de Meio Ambiente	1945	Não informado
Prefeitura de Serra do Navio	1992	Administração do Município
Prefeitura de Laranjal do Jari	1987	Administração do Município
Sociedade Civil Local Organizada		
Conselho das Aldeias Wajapi	1994	Representar os grupos indígenas Wajapis que vivem em ambos os lados da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa
Associação dos povos Indígenas do Tumucumaque	1996	Representar os grupos indígenas que habitam o Parque Indígena do Tumucumaque e a Terra Indígena Rio Paru D'Este.
Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque	1992	Representar as diversas etnias (Galibi, PaliKur, Karipuna e Galibi-Marworno) do Vale do Uaçá.
Associação Indígena Galibi-Marworno	2002	Atua em conjunto com a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO) nas questões que envolvem os interesses de todos os povos indígenas do Oiapoque bem como na defesa de seus direitos.
Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Amapá	2003	Defesa, representação e coordenação dos interesses profissionais, individuais e coletivos dos trabalhadores rurais do Estado, bem como promover e realizar pesquisa, ensino, treinamento e qualificação profissional e colaboração com o desenvolvimento institucional.
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais	1995	Consolidar um processo de interação e interlocução entre as políticas públicas e a sociedade civil organizada.
Órgãos de Alcance Internacional		
Amazônia Conservation Team	2002	Fortalecimento das comunidades tradicionais e conservação do meio ambiente.
Conservation International	1987	Preservar a biodiversidade global e demonstrar que as sociedades humanas podem viver em harmonia com a natureza.
Fundação Mundial para Vida Selvagem	1996	Contribuir para que a sociedade brasileira conserve a natureza, harmonizando a atividade humana com a conservação da biodiversidade e com o uso racional dos recursos naturais, para o benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações.
Cooperação Internacional		
Ministério da Ecologia e Desenvolvimento Sustentável da Guiana Francesa	1993	Pesquisar e elaborar um desenho de criação do Parque Amazônico da Guiana
Cooperação Brasil-Alemanha (GTZ)	1974	Atuar junto às instituições e pessoas, visando expandir sua capacidade de ação no contexto das metas de desenvolvimento acordadas entre os Governos do Brasil e da Alemanha.

Fonte: Sites institucionais

3.1.3 Elaboração de Instrumento de Pesquisa

Para a orientar o trabalho de campo foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturada (Apêndice D), com o objetivo de obtenção de informações a respeito da interpretação⁴¹ sobre a gestão de parques nacionais, considerando dois temas principais: interpretação de patrimônio natural e papel atribuído para a gestão.

Segundo Boni & Quaresma (2005), as entrevistas semi estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, através das quais o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Um ponto positivo neste tipo de instrumento de pesquisa é que as entrevistas têm um índice positivo de respostas, ao contrário dos questionários enviados por correio que têm índice de devolução muito baixo (Selltiz, 1987).

O roteiro subdividiu-se em 3 partes: a) Caracterização e Identificação dos Sujeitos da Pesquisa, com o objetivo de realizar a caracterização dos atores institucionais envolvidos na gestão dos parques Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange; b) Interpretação de Patrimônio Natural (tendo como base os parques nacionais); c) Papel reconhecido pelos atores institucionais, para a gestão destas áreas protegidas.

3.1.4 Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo foi realizada no período de 13 a 28, do mês de julho de 2006 e envolveu a ida da pesquisadora aos municípios de Macapá e Oiapoque.

Durante a pesquisa de campo, foi realizada observação participante e, a elaboração de um diário de campo. Para obtenção de dados da pesquisa foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas, realizadas nos dias 13 e 14 de julho, durante a reunião do Conselho Gestor do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (Macapá) e, nos dias 18 e 19 de julho, durante a reunião do Conselho Gestor do Parque Nacional do Cabo Orange (Oiapoque).

Os sujeitos de pesquisa que não estavam presentes nas reuniões, dos conselhos foram contatados em dias subsequentes às reuniões, para a realização das entrevistas, na sede das próprias Instituições. O perfil dos interlocutores institucionais entrevistados está descrito no Apêndice E.

⁴¹ A interpretação de um texto precisa ser considerada a partir de seus próprios elementos internos. A dificuldade está centrada, portanto, em um ponto básico: conseguir perceber, dentro de um senso comum o que o texto está sugerindo. Informação obtida em <http://www.brazilianportugues.com> (Acesso em 03/05/2007)

Durante as reuniões, as entrevistas foram gravadas. Foram registradas também demais observações de campo para posterior análise e complementação de informações obtidas.

3.1.5 Sistematização de Dados

Esta etapa consistiu na transcrição das fitas contendo as entrevistas e a organização de todo o material das entrevistas para uma leitura do conjunto. Esta etapa segundo Minayo (1998), consiste no contato exaustivo com o material obtido através da impregnação de seu conteúdo.

A transcrição das entrevistas considerou os depoimentos em sua versão literal, desta forma, sendo fiel às falas. Não foram corrigidos eventuais erros de português ou de gramática.

A sistematização das informações se fez pela "edição" das entrevistas transcritas e, após a leitura, as perguntas foram organizadas por temas, de acordo com os objetivos propostos na pesquisa.

Os temas foram divididos em sub-temas e as questões pesquisadas foram agregadas da seguinte forma:

Tema A-Interpretação de Patrimônio Natural para a gestão.

Neste tema foram considerados o significado do parque, o processo de criação e a função do parque.

Tema B – Papel reconhecido em relação à gestão do parque.

As análises das entrevistas foram feitas por parque, separadamente, pelo fato destes se constituírem em realidades diferentes.

3.1.6 Análise dos Dados e Informações

Para a análise das informações obtidas foi utilizada como ferramenta a adaptação da Análise de Conteúdo (AC), que tem como objetivo a interpretação de mensagens

(conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (Bardin, 1994).

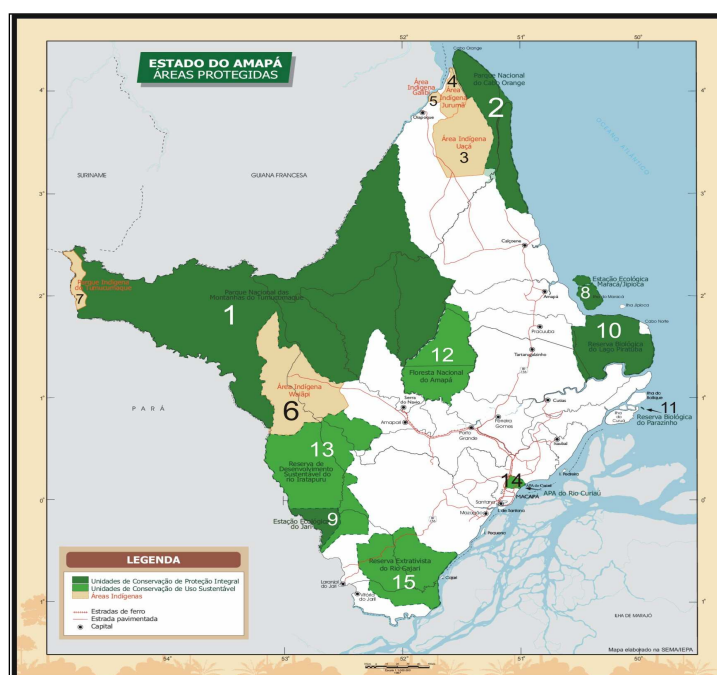
Segundo este autor, utilizar a análise de conteúdo faz parte do processo de busca e reconhecimento do conteúdo das mensagens presentes nas entrevistas. Desta forma, se busca interpretar as informações de pesquisa, normalmente através de textos e orações, levando-se em conta o que o sujeito da entrevista quis dizer. Neste sentido, a base metodológica de interpretação é a corrente dialética, que quer perceber a dinâmica contextual e histórica dos fatos e não apenas a sua caracterização e sistematização lógica, ou então sua "simples denúncia".

Nesse trabalho, foi utilizada a técnica de análise temática, tendo sido considerados os temas anteriormente mencionados como unidades base para interpretação.

CAPÍTULO 4.

ESTUDO DE CASO: PARQUES NACIONAIS MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE E CABO ORANGE

A escolha dos parques nacionais de fronteira, para análise na presente pesquisa, se deve a vários fatores, conforme mencionado anteriormente, inclusive por estes fazerem parte de um mosaico de áreas protegidas e formarem o Corredor da Biodiversidade do Amapá⁴² (Figura 1), de extrema importância na região amazônica.



Fonte: Atlas do Estado do Amapá

Figura 1: Localização do Corredor da Biodiversidade do Amapá

Legenda	
1 - Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	9 - Estação Ecológica do Jarí
2 - Parque Nacional do Cabo Orange	10 - Reserva Biológica do Lago Piratuba
3 - Terra Indígena do Uaçá	11 - Reserva Biológica do Parazinho
4 - Terra Indígena do Jurumã	12 - Floresta Nacional do Amapá
5 - Terra Indígena do Galibi	13 - RDS do Iratapuru
6 - Terra Indígena do Waiãpi	14 - APA do Rio Curiaú
7 - Parque Indígena do Tumucumaque	15 - Resex do Rio Cajari
8 - Estação Ecológica Maracá/Jipioca	

Obs: Compõe ainda o mosaico de áreas protegidas do Estado do Amapá a Reserva Biológica da Fazendinha, que não está delimitada neste mapa.

⁴² Conceito sem regulamentação, empregado “particularmente” no Brasil pela Conservation International (C.I.), que tem a função de estabelecer um mosaico de usos da terra que compatibilize desenvolvimento e conservação. Informação pessoal cedida por Iara Vasco (MMA).

O Corredor da Biodiversidade do Amapá, é composto por um conjunto de áreas protegidas que representam 54,8% da extensão total do Estado⁴³. Este corredor envolve 16 áreas protegidas (Quadro 2), entre as quais o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange, áreas focais do presente trabalho.

⁴³ Dados obtido em <http://www.conservation.org.br/onde/amazonia>. (Acesso em 11/03/2006)

Quadro 2 – Áreas Protegidas que compõem o Corredor de Biodiversidade do Amapá

Categoria	Tipo de uso	Nome da UC	Área total das UCs (ha) aproximadamente
Estação Ecológica	Proteção Integral	Estação Ecológica Maracá-Jipioca*	72.000,00
		Estação Ecológica Jarí*	82.000,00
Parque Nacional	Proteção Integral	PN do Cabo Orange*	619.000,00
		PN Montanhas do Tumucumaque*	3.867.000
Reserva Biológica	Proteção Integral	Reservas Biológicas do Lago Piratuba*	357.000,00
		Reserva Biológica Parazinho*	111,32
		Reserva Biológica Fazendinha*	193,53
Floresta Nacional	Uso Sustentável	Flona do Amapá*	412.000,00
Reserva Extrativista	Uso Sustentável	ResEx Rio Cajari*	481.650,00
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Uso Sustentável	RDS do Rio Iratapuru*	806.184,00
Área de Proteção Ambiental	Uso Sustentável	APA do Curiaú*	21.676,00
Parque Indígena		Parque Indígena do Tumucumaque●	3.071.067
Terras Indígenas		Wajapi ●	607.017
		Uaçá, ●	470.164
		Galibi-Marworno●	6.889
		Juminá●	41.601
Total		16	Fonte: Levantamento Socioeconômico do PNMT* Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará – Iepé (2003) ●

4.1 CONTEXTO REGIONAL

A proposta de criação do Corredor da Biodiversidade do Amapá foi lançada durante o Congresso Mundial de Parques, realizado em Durban, na África do Sul, em 2003. A partir de parcerias institucionais entre a GTZ (Cooperação Alemã), prefeituras locais, ONG's (Conservação Internacional), Assembléia Legislativa do Estado, IBGE, EMBRAPA, Ministério Público, INCRA, Universidade Federal do Amapá e Fundação Nacional do Índio, a proposta do Corredor de Biodiversidade do Amapá teve como base de inspiração uma política de desenvolvimento integrado, sustentável, que garantisse a associação entre a conservação da biodiversidade e a sobrevivência das populações locais (Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, 2005).

O objetivo da proposta foi promover, no Amapá, o desenvolvimento territorial com base conservacionista (Corredor da Biodiversidade) e não preservacionista (Corredor Ecológico)⁴⁴, a partir da consolidação de um Sistema Integrado das Unidades de Conservação, envolvendo também Terras Indígenas.

O objetivo dos Corredores da Biodiversidade é facilitar o planejamento regional através da conservação e do desenvolvimento, potencializando os recursos econômicos. Quanto à estrutura, o Corredor da Biodiversidade opera por meio de rede de áreas protegidas, enquanto os Corredores Ecológicos são porções de ecossistemas nativos.

Com relação à gestão, no Corredor da Biodiversidade a gestão é multiinstitucional, enquanto a gestão dos Corredores Ecológicos envolve órgãos ambientais como IBAMA ou Secretaria Estadual de Meio Ambiente, dependendo se o Corredor Ecológico é federal ou estadual.

Segundo Waldez (2005), a estratégia de ação para o Corredor da Biodiversidade do Amapá, foi dividida em três ações: a primeira se relaciona à gestão integrada de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e zonas de entorno. A segunda ação foi voltada para o desenvolvimento econômico, em consonância com o Zoneamento Ecológico-Econômico e com o gerenciamento costeiro do Amapá. A terceira considerou também os serviços ambientais, como a

⁴⁴ Existe uma diferença entre Corredor da Biodiversidade e Corredor Ecológico, especialmente porque os Corredores Ecológicos são previstos na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), enquanto o Corredor de Biodiversidade é uma proposta inovadora da ONG Conservation International (C.I – Brasil) sobre a qual não há base legal. A abordagem para a biodiversidade é a estratégia de conservação, enquanto a abordagem para os Corredores Ecológicos é a estratégia de preservação. Os Corredores Ecológicos, por sua vez, tem o objetivo de atenuar os efeitos negativos da fragmentação, pressupondo a restrição quanto ao uso econômico dos Recursos Naturais Renováveis.

comercialização de recursos cênicos e o ecoturismo, já que o Amapá definiu sua prioridade em turismo voltada, principalmente, ao turismo ecológico.

A área de estudo se insere no Estado do Amapá, no bioma da Amazônia. Mas o Estado engloba também o bioma cerrado e a zona costeira e marinha. O Estado do Amapá tem 97% da cobertura vegetal original, sendo 65% em Unidade de Conservação, 12% de zona de amortecimento dessas UC's, 13% de reservas indígenas e 0,4% de assentamentos agroextrativistas. Isso perfaz, dos 14 milhões que o Estado têm de área territorial, 9 milhões 310 mil hectares, como áreas protegidas (Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, 2005).

Segundo Antonio Waldez (2005) um dos importantes desafios para a consolidação das estratégias de conservação da biodiversidade no Estado se refere à necessidade de programas de capacitação em Ciência e Tecnologia para o fortalecimento da capacidade local *“existe uma rede de cooperação em âmbito local, regional, nacional e internacional como base de governança construída em compromissos formais e articulação social. Todos os passos dados até agora consideram as Prefeituras, as organizações não-governamentais atuantes nesse território, as Câmaras de Vereadores, as Assembléias Legislativas, o Governo Federal e as organizações internacionais, ou seja envolve todos os atores inseridos no processo”*.

A importância do Corredor do Amapá para a gestão regional de biodiversidade tem um significado ainda maior, na atualidade, em função de um processo de cooperação entre Brasil e França, em curso, por intermédio de um Memorando de Entendimento assinado entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério de Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da França, em 2004.

Os Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange ocupam uma região na qual, por quase dois séculos, a Coroa Portuguesa (e, em seguida a República do Brasil), disputou com a França o domínio sobre o território até que, em 1900, esta pendência foi resolvida por uma Comissão de Arbitragem, que estabeleceu o rio Oiapoque como fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa.⁴⁵

Neste sentido Irving (2004) afirma que *“a dimensão histórica é extremamente complexa e afeta, até os dias, atuais a dinâmica do território e a paisagem cultural de fronteira...”*.

⁴⁵ Dados obtido em <http://www.amapa.net/informacoes> (Acesso em 12/03/2006)

Há que se considerar, no entanto, que cidadãos brasileiros e franceses da fronteira, embora próximos geograficamente, encontram-se distanciados por legislações nacionais, histórias e modelos de desenvolvimento baseados em premissas e valores diferenciados. Assim, esta “linha imaginária” – a linha de fronteira – adquire uma dinâmica sociocultural complexa, em decorrência do que Cardoso de Oliveira denominou de "nacionalidades em conjunção".

É assim que em ambos os lados da fronteira podem-se constatar a existência de contingentes populacionais não necessariamente homogêneos, mas diferenciados pela presença de indivíduos ou grupos pertencentes a diferentes etnias, sejam elas autóctones ou indígenas, sejam provenientes de outros países pelo processo de imigração. Ora, isso confere à população inserida no contexto de fronteira um grau de diversificação étnica que, somado à nacionalidade natural ou conquistada do conjunto populacional de um e de outro lado da fronteira, cria uma situação sociocultural extremamente complexa. (OLIVEIRA, 1997, p. 14)

Em outubro de 2004, o Memorando de Entendimento assinado entre o Ministério do Meio Ambiente, e o Ministério da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da França, teve como objetivo estreitar a cooperação entre os dois países, definindo pontos de cooperação técnica para as áreas protegidas na região transfronteiriça entre Amapá e Guiana Francesa e o fortalecimento de ações de cooperação regional (Irving, 2006, pg 16)

Segundo a autora (pg 16) “como desdobramentos deste Memorando de Entendimento foram realizadas reuniões oficiais entre os dois países em Brasília (abril de 2005), Macapá (Novembro de 2005) e Caiena (dezembro de 2005), que geraram como resultado as bases de construção para um Plano de Ação, em quatro temas prioritários: Articulação político-institucional, fiscalização, pesquisa e desenvolvimento local”.

Em janeiro de 2006, realizou-se, no município de Oiapoque (AP), uma reunião técnica promovida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) com representantes do Parc Naturel Régionaux de Guyane, com o objetivo de apresentação e discussão de cooperação transfronteiriça envolvendo a região entre Amapá e Guiana⁴⁶.

⁴⁶ Dados obtidos em <http://www.amapa.net/informacoes> (Acesso em 12/03/2006)

Para a gestão da biodiversidade regional, o processo de cooperação certamente deverá incidir prioritariamente sobre os Parques Nacionais do Cabo Orange e Montanhas do Tumucumaque e, em território francês, sobre o Parc Naturel Régionaux de Guyane, e Parc Amazonien de Guyane (Anexo 2), criado em 28 de fevereiro de 2007, contíguo ao Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque⁴⁷.

Neste sentido Irving (2006), afirma:

“Os parques nacionais de fronteira na Amazônia brasileira constituem em tema essencial para a reflexão acadêmica e para as políticas ambientais, de desenvolvimento e de segurança do país e podem representar espaços privilegiados para a construção de novos modelos de cooperação transfronteiriça, capazes de potencializar a discussão ética para o delineamento de mecanismos inovadores de gestão da biodiversidade, segundo a lógica de conservação da biodiversidade e inclusão social, no âmbito regional”.

⁴⁷ Dados obtidos em <http://www.amapa.net/informacoes> (Acesso em 12/03/2006)

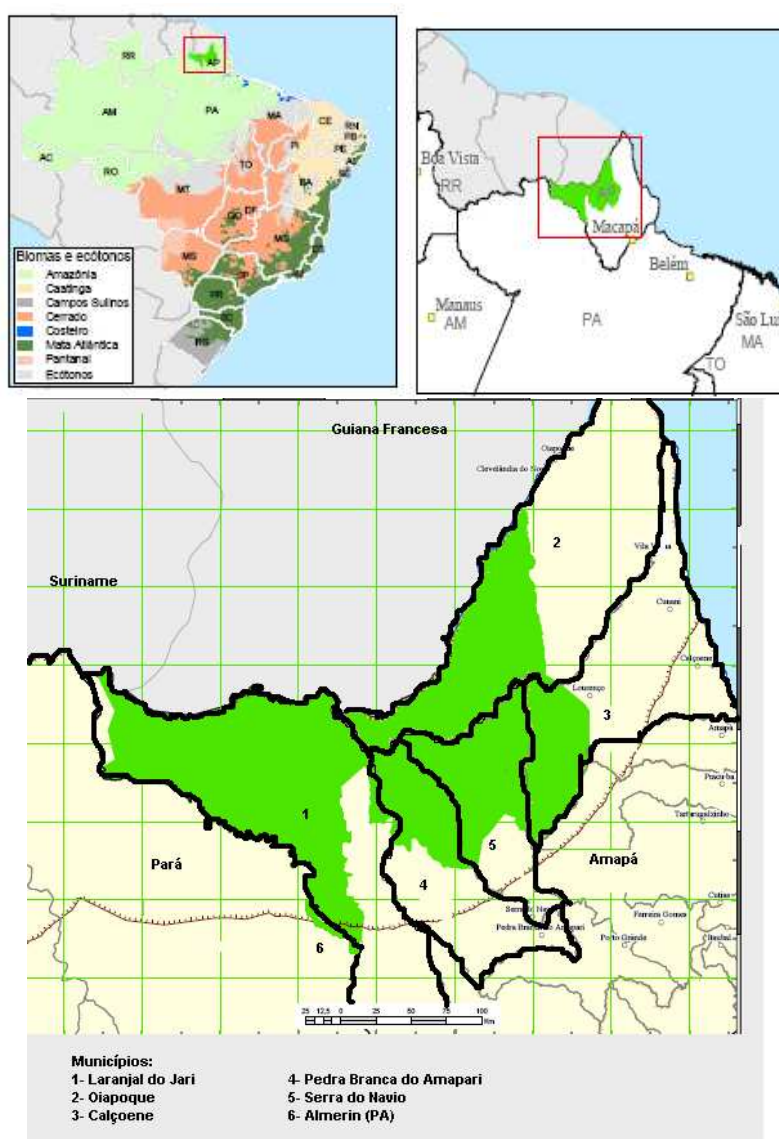
4.2 PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE

O Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque localiza-se na região noroeste do Estado do Amapá ao longo da fronteira internacional do Brasil com a Guiana Francesa e o Suriname. Abrange os territórios dos Estados do Amapá e Pará (Figura 2). As terras componentes do parque são públicas federais, já discriminadas e arrecadadas pelo INCRA.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
FEDERAIS DO BRASIL

- Localização no Brasil -

Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque



Fonte (IBAMA, 2006).

Figura 2 – Localização do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

No Estado do Amapá, o parque abrange terras dos Municípios de Pedra Branca do Amapari, Oiapoque, Serra do Navio, Laranjal do Jarí e Calçoene, além do Município Almeirim, no Estado do Pará.⁴⁸ (Figura 3)

O PN Montanhas do Tumucumaque abrange uma área significativa dos municípios mencionados conforme ilustrado pelo Quadro 3.

Quadro 3 – Área cedida ao Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

Municípios	Área Total (Km ²)	Área cedida Ao PNMT	%
Laranjal do Jarí	31.170	16.520	53
Pedra Branca do Amapari	9.537	3.338	35
Serra do Navio	7.791	5.609	72
Calçoene	14.333	4.156	29
Oiapoque	22.725	8.863	39

Fonte: Chagas, Marco (2003)

O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque está localizado em região identificada como de importância biológica alta a extrema, de acordo com os resultados do workshop para a "Avaliação e identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira", promovido no âmbito do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - PROBIO da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente.⁴⁹

O parque possui quase 100% de sua cobertura vegetal preservada, é o maior Parque Nacional e detém, ainda, os títulos de maior Parque Nacional da América do Sul, e de maior parque nacional do mundo em área de floresta tropical.

⁴⁸ Dados obtido em <http://www.amapa.net/informacoes> (Acesso em 12/03/2006)

⁴⁹ Dados obtido em <http://www.amazonia.com.br> (Acesso em 11/11/2006)

4.2.1 Contexto e Histórico de Criação:⁵⁰

O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque foi criado através de Decreto sem número publicado no Diário Oficial no dia 22 de agosto de 2002, com 3.867.000 ha.⁵¹ (Anexo 3)

O processo de criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque envolveu uma história de conflitos regionais. Como signatário da Convenção da Biodiversidade, que prevê obrigações em relação à preservação e conservação da diversidade biológica, em 1998, o Governo brasileiro efetivou seu apoio político a essa proposta comprometendo-se a expandir, inicialmente as áreas de estrita proteção na Amazônia para pelo menos, 10% (37 milhões de hectares) do bioma, nele considerados os 12 milhões já sob regime de Unidades de Conservação - UCs, embora grande parte ainda não estabelecida de fato.

A partir daí, uma série de negociações envolvendo o Ministério do Meio Ambiente - MMA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o Fundo Mundial para a Natureza – WWF e outros, desencadearam a busca de financiamento para apoiar o compromisso brasileiro, culminando com a preparação do projeto “Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)⁵²”.

A proposta de criação do Parque Nacional do Tumucumaque, no Estado do Amapá, integrou a estratégia de implementação da primeira fase do Projeto ARPA. O maior parque em área de floresta tropical criado no Amapá, com 3,8 milhões de hectares, corresponde a cerca de 26% da área total do Estado. A área do parque localiza-se na porção noroeste do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa.

Os estudos científicos para a avaliação do potencial de biodiversidade da área são raros ou mesmo inexistentes. No entanto, a área aparece nos mapas de prioridades para conservação da biodiversidade, na Amazônia, consolidando-se como de alta prioridade no Workshop de Macapá, realizado em setembro de 1999 para tratar da primeira revisão parcial do Workshop de Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia, promovido pelo Ministério do Meio

⁵⁰ Dados obtido em www.mma.gov.br (Acesso em 10/03/2006)

⁵¹ Dados obtido em www.mma.gov.br (Acesso em 10/03/2006)

⁵² Aprovado pelo Global Facility Environment - GEF em março de 2000, o Projeto ARPA em sua primeira fase, prevista para quatro anos, projetou a criação de 18 milhões de hectares em novas Unidades de Conservação na Amazônia Legal, sendo metade em categorias de Proteção Integral e metade de Uso Sustentável. Previu ainda, a criação de um Fundo de Financiamento para o custeio de UCs de proteção Integral e para o pagamento de serviços de vigilância em UCs de Uso Sustentável.

Ambiente (MMA). Esta faixa de território Amazônico tende a receber ainda maior importância global nas estratégias de conservação da biodiversidade amazônica, através da recente criação do Parque Nacional Amazônico da Guiana.

Entretanto, os conflitos pelo uso do território tem sido historicamente evidentes na área do parque. De um lado, o setor mineral, apoiado em indicações técnicas do grande potencial mineralógico da área, e uma relação conflituosa entre a Empresa Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI)⁵³ e os conservacionistas. De outro, o interesse dos conservacionistas, que reconhecem a importância do mosaico do Amapá, a qual engloba várias áreas protegidas (âmbito federal e estadual), como a Reserva Extrativista do Rio Cajari (481.650,00 ha), Estação Ecológica do Jari (82.000,00 ha), Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (806.184,00 ha) e Terra Indígena Waiãpi (607.017 ha), além do Parque Indígena do Tumucumaque (3.071.067ha)⁵⁴.

A partir de Documento Oficial Memória das Reuniões de Grupo de Trabalho de Criação do PN Montanhas do Tumucumaque, foi possível resumir o processo de criação do Parque. A proposta de criação do parque foi desenhada pelo IBAMA, no início de 2002, e chegou ao conhecimento da sociedade amapaense pelos meios de comunicação. Uma consulta oficial foi realizada pelo Ministério do Meio Ambiente junto ao Governo do Amapá, que se manifestou favoravelmente à proposta. No dia 09 de agosto de 2002, realizou-se a Primeira Reunião do Grupo de Trabalho do Tumucumaque, criado pela Portaria Ministerial Nº 341, de 08 de julho de 2002.

Na primeira reunião do Grupo de Trabalho, o Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA) solicitou informações complementares à Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, dando início a um interessante debate sobre o processo de criação do Parque. O principal ponto de questionamento se relacionou ao artigo 22, da lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O artigo recomenda a consulta pública para a criação de Unidades de Conservação. Em se tratando de matéria não regulamentada, o órgão proponente publicou edital, para Consulta Pública, via Internet, por um período de 15 dias, solicitando manifestações com relação à proposta de criação do parque, nos municípios abrangidos pelo projeto, notadamente Laranjal do Jari, Serra do Navio e Oiapoque.

⁵³ Primeiro empreendimento mineral de grande porte na Amazônia, nos anos 50, para extração da maior jazida de minério de manganês na região de Serra do Navio.

⁵⁴ Dado disponível Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará – Iepé (2003)

O Grupo de Trabalho do Tumucumaque realizou mais 3 reuniões no decorrer do ano de 2002 para discutir a participação da Sociedade Civil na criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

4.2.2 Caracterização

As informações apresentadas a seguir foram levantadas, principalmente, nos sites do Ministério de Meio Ambiente⁵⁵ e do IBAMA⁵⁶ e encontram-se sistematizados em Irving (2004).

A região do parque abriga as nascentes de todos os principais rios do Amapá, com destaque para o Oiapoque, o Jari e o Araguari. O Oiapoque faz a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa⁵⁷. O Rio Jari constitui a divisa entre os Estados do Pará e do Amapá. Dois divisores de águas se destacam na área do parque: a Serra do Tumucumaque, localmente denominada Serra Uassipein e Serra Lombarda. Morros residuais do tipo Pão-de-açúcar (inselbergs) se destacam na paisagem da região oeste do parque. Os solos predominantes são de baixa fertilidade⁵⁸ (ver também Irving, 2004).

O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque encontra-se em região de clima quente e úmido, dominada por floresta tropical densa. Na porção centro-norte do Parque, a floresta é de alto porte e cobertura uniforme, com núcleos esparsos de árvores emergentes⁵⁹. Na região da Serra Lombarda, porção leste deste Parque, a floresta é exuberante e rica nas áreas de relevo residual, com porte alto e espécies emergentes⁶⁰. No bloco oeste da área do Parque, a floresta densa, com árvores emergentes, domina as porções da Serra do Tumucumaque⁶¹. Nas áreas de relevo dissecado, a floresta densa, é formada por árvores emergentes e de alto porte⁶². Em trechos de solo mais pobres ou rasos, ocorre uma floresta de baixo porte.

⁵⁵ Dados obtidos em <http://www.mma.gov.br> (Acesso em 12/03/2006)

⁵⁶ Dados obtidos em <http://www.ibama.gov.br/> (Acesso em 12/03/2006)

⁵⁷ considerando um traçado retilíneo encaixado em extensa fratura tectônica.

⁵⁸ Dados obtido em <http://www.amapa.net/informacoes> (Acesso em 12/03/2006)

⁵⁹ As espécies que mais se destacam são castanheira, maçaranduba, maparajuba, cupiúba, jarana, mandioqueira, louros, acapu, acariquara, matamatás, faveiras, abioranas, tauari e tachi.

⁶⁰ São características desta área os matamatás, breus, abioranas, cupiúbas, jaranas, acariquaras e maçarandubas. Algumas espécies constituem grupos gregários nesta região, como acapu, apazeiro, cedrorana, pracachi, piquiá, tauari e outras.

⁶¹ Com predominância de angelim-pedra, maçaranduba e sorva - e floresta de baixo porte - com bastante faveiras, quarubas e matamatás.

⁶² Caracterizada pela maçaranduba, maparajuba, tauari, faveira e algum angelim. Nos vales, dominam o açáí, o anani e a ucuuba

Nas proximidades do Rio Jari, ocorrem manchas de florestas do tipo aluvial (com presença de ingá e faveira ocupando os terraços), em meio às florestas dos terrenos ondulados. Também se observam afloramentos rochosos, com vegetação de arbustos e gramíneas (carrasco). Nos morros do tipo "Pão-de-açúcar", a vegetação é esparsa e com predominância também de espécies de bromeliáceas e cactáceas.

Nos municípios Almerim (PA), Pedra Branca do Amapari (AP) e Serra do Navio (AP), encontram-se jazidas de Ouro, Manganês, Ferro, Cobre, Cromo, Estanho, Titanita e Tantaló .

O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque abriga espécies espetaculares de mamíferos, primatas raros cujas populações estão bastante reduzidas em outras regiões, aves, e grandes pássaros frutívoros que vivem na copa da floresta⁶³.

Frente à riqueza da região, o conhecimento da biodiversidade do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque é de extrema relevância para a elaboração do Plano de Manejo do parque e, a formulação de diretrizes para políticas públicas que incidam sobre parques nacionais de fronteira na Amazônia.

Com relação aos aspectos socioeconômicos, são ainda poucos os dados disponíveis sobre a região. As informações apresentadas, a seguir, foram levantadas, principalmente, no site amapá.net e encontram-se sistematizados em Morais (2000) e Irving (2004).

Sob a ótica de ocupação, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque está localizado em uma região praticamente despovoada, sem estradas e isolado de qualquer grande concentração urbana, o parque está praticamente intocado, a não ser por alguns focos isolados de garimpo.

No interior dos limites do parque, o único grupo populacional existente é denominado Vila Brasil, um povoado com cerca de 164 habitantes⁶⁴. Nesta área só existe o comércio, e a economia gira em torno de negócios com os índios franceses, que ficam do outro lado da fronteira, na Guiana Francesa.⁶⁵

Os principais aspectos socioeconômicos e culturais regionais estão descritos no Apêndice F, de forma sucinta por município que o parque abrange⁶⁶.

⁶³ Espécies tais como os grandes carnívoros (a onça, *Panthera onca*, e a sussuarana, *Puma concolor*), (cuxiu, *Chiropotes satanas*), como araras (*Ara chloroptera* e *Ara macao*), marianinhas (*Pionites melanocephala*), jacus (*Penelope marail*), beija-flores multicoloridos, como a beija-flor-brilho-de-fogo (*Topaza pella*), , tais como o Anambé-militar (*Haematoderus militaris*), o pássaro-boi (*Perissocephalus tricolor*) e o Gainambé (*Procnias alba*).

⁶⁴ Comunicação pessoal de Gustavo Mendes de Melo.

⁶⁵ Dados obtidos em <http://www.biodiversidadebrasil.com.br> (Acesso em 13/03/2006)

⁶⁶ Dados obtidos em <http://www.amapanet> (Acesso em 13/03/2006)

4.2.3 Interpretação Institucional para a gestão

Com relação à gestão do Parque Montanhas do Tumucumaque, o IBAMA inaugurou um escritório em Serra do Navio (município adotado como porta de entrada do Tumucumaque) e trabalha com as comunidades locais na reorganização do Conselho Gestor, que orientará a administração do parque. O Conselho original foi estabelecido em 31 de dezembro de 2002 por Portaria/IBAMA Nº 182 – N (Anexo 4). Segundo funcionários da unidade: *“foi formado a toque de caixa, ninguém sabia quem eram seus componentes e tinha como integrantes organizações que não tinham nenhuma relação com o parque”*. (Horta et al, 2005).

Um novo Conselho Gestor foi estabelecido em 28 de abril de 2005 por Portaria Nº 30 (Anexo 4). Neste processo foram priorizados o envolvimento e a sensibilização dos atores relacionados com a UC⁶⁷. O novo Conselho Gestor conta com 31 representantes envolvendo 16 instituições governamentais e 15 instituições não-governamentais.

Com o novo Conselho Gestor empossado, o Plano de Manejo está em fase de elaboração, com a realização de levantamentos de dados secundários (pré-diagnóstico) e diagnóstico participativo nos municípios abrangidos pela UC e sua zona de amortecimento. A abertura do parque para visitação pública está prevista a partir de 2007.⁶⁸

Para interpretar o processo de gestão do PN Montanhas do Tumucumaque sob a ótica institucional, a seguir são discutidos os resultados da pesquisa com relação aos dois principais temas investigados: Interpretação de patrimônio natural e papel atribuído para a gestão.

- **Significado do parque**

O significado atribuído pela maioria dos atores institucionais ao Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque se relaciona com a preservação da biodiversidade, considerando flora, fauna e seres humanos. É interessante observar

⁶⁷ Informação obtida no relatório Final Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque -Termo de Referência Nº 008/2005 - Acordo de Cooperação Técnica Nº 07/2004 (IBAMA/UNIFAP)

⁶⁸ Informação obtida em conversa por telefone com a analista ambiental Flávia R.Q. Batista em agosto de 2005.

que os atores institucionais, muitas vezes, utilizam o termo “conservação” como sinônimo de “preservação”.

“Resgate da possibilidade de **preservação** do estado.... a questão da gestão na área de entorno.”(INCRA)

“Apenas **conservação**, por ser uma região intocável”(ADAP/SEAF)

“A Amazônia é uma jóia que agente protege. O parque se encaixa nesse contexto, **preservação** de uma área muito grande. Uma área complexa, que tem vários ecossistemas, está bastante **conservado**”. (Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

A idéia de conservação da biodiversidade é reafirmada no depoimento de alguns atores institucionais, e a noção de biodiversidade é interpretada considerando não apenas a riqueza de fauna e flora, mas também a diversidade cultural e as relações sociais.

“Nós sabemos que as unidades de conservação são uma importante ferramenta, para a conservação das paisagens naturais, tanto o meio físico tanto o biológico, e em muitos casos também históricos culturais e ate o meio social”(IBAMA/PNMT)

“A conservação da biodiversidade, da fauna, flora e relações sociais do entorno do parque”.(WWF- Brasil)

“Região rica em biodiversidade, maior nascedouro de todos os rios da região, fauna, flora e **entorno**”(SETUR)

Alguns outros significados foram atribuídos ao parque, de forma menos evidente como, por exemplo, a resistência ao mesmo como resultado do processo de criação. A palavra resistência está associada à percepção simbólica de como o parque foi criado.

“olha para nós que estamos desde o começo, era uma resistência muito grande. A população e um todo. **Não contra a criação do Parque, mas era a forma como estava sendo feito**, encaminhado”(Prefeitura de Serra do Navio).

“Uma grande UC **criada por decisão política** de forma prematura”(IESA)

Outro significado atribuído ao parque, é a idéia de privação com relação ao uso dos recursos naturais e à impossibilidade das populações locais realizarem atividades tradicionalmente desenvolvidas por diversas gerações na área do parque

“Nós, especialmente que moramos na região do em torno do Parque, **a gente acaba produzindo serviços ambientais para o resto da humanidade e muitas das vezes a gente fica privado de sequer a agricultura da subsistência**” (FETAGRI)

A idéia de produção de “serviços ambientais” para o mundo e a impossibilidade de realização de atividades desenvolvidas tradicionalmente por diversas gerações na região representa uma controvérsia, pois como afirma Adomilli (2004): esta contradição remete à questão da defesa dos direitos humanos em relação ao uso dos espaços públicos, considerando a problemática socioambiental como um problema de exclusão social e repensando a gestão de políticas públicas de acordo com a proposta de uma etnobioidiversidade, baseada na dialogicidade e mediação/junção de saberes e perspectivas”⁶⁹.

Além do significado do parque relacionado à preservação da biodiversidade, os atores institucionais mencionam também o sentimento de “orgulho” por ser esta a maior Unidade de Conservação do mundo.

“Mas nós especificamente (Serra do Navio) somos considerados e **nós orgulhamos muito disso**, o portal de entrada do **maior Parque do mundo**”.(Prefeitura de Serra do Navio)

As principais palavras-chave mencionadas em associação ao parque são: Biodiversidade, Preservação e Extensão.

Estas palavras parecem reafirmar a compreensão institucional sobre o significado do valor do parque para a preservação da biodiversidade e a escala deste desafio.

“**Conservação, diversidade, enormidade**”(UNIFAP)

⁶⁹ Sobre o conceito de etnobioidiversidade, ver Rocha, 2000.

“**Preservação**, grandeza e exuberância” (SEMA)

“Magnitude pela exuberância da natureza que o compõe e pelo espaço físico que ele representa, pela **dimensão geográfica**”(IBAMA/PNMT)

“Tamanho, potencial e desafio” (CI – Brasil)

Neste sentido, os atores que estão vinculados diretamente à gestão do parque,(a Chefia do parque e a Superintendência do IBAMA–AP), reafirmam o desafio da gestão de um parque desta magnitude.

“**Desafio**, estaria mais relacionado à questão da gestão da unidade de conservação, para que ela possa cumprir seus objetivos, ou seja, **seria um desafio da equipe gestora** ou então do IBAMA como um todo”
(IBAMA/PNMT)

“Olha, pro IBAMA eu acho que **representa um desafio** por que se trata da maior unidade de conservação, em floresta tropical, do mundo” (IBAMA-AP)

A extensão do parque e o valor global deste patrimônio natural parecem se associar a um sentimento de orgulho (como citado pela Prefeitura de Serra do Navio) e por outro, como um peso e uma responsabilidade na gestão da biodiversidade pelo IBAMA.

Em relação à importância do parque para a conservação da biodiversidade, são destacados nos depoimentos da pesquisa alguns pontos interessantes.

Como o parque é composto por ecossistemas em bom estado de preservação, é reconhecida a sua importância com relação a pesquisa, principalmente por este estar inserido em um mosaico de proteção, e também pela criação do Parque Nacional Amazônico da Guiana (do lado francês), em continuidade ao Tumucumaque, favorecendo a Cooperação Internacional.

“Por que se nós temos um potencial imenso na área de biodiversidade, você imagina numa região que pouco foi visitada.... e com certeza temos espécies novas, entende,espécies endêmicas, enfim, é uma riqueza que estava lá totalmente desconhecida pelo ser humano e que vai dar uma contribuição muito grande, com certeza a ciência, e a pesquisa científica de modo geral” (SEMA)

“o simples estado de preservação já justifica a existência desse Parque Nacional, porque ele pode servir de laboratório a céu aberto para pesquisas” então acho que o Tumucumaque é uma boa alternativa para essa questão e ele estando inserido num mosaico de unidade de conservação, porque existem vários outros no estado do Amapá. Agora temos a perspectiva da criação do Parque da Guiana que vai fazer limite com Tumucumaque. Então no final de contas, nós temos uma área bastante extensa de áreas e terras protegidas e unidades de conservação” (IBAMA/PNMT)

“considero extremamente importante, principalmente em se tratando da localização do Parque numa região de fronteira internacional, né, e a perspectiva da criação do Parque Nacional da Guiana, né, isso consolidado nós teríamos uma área contígua entre duas unidades de conservação que sem dúvida configurarão uma das maiores áreas protegidas do mundo e portanto, de proteção da biodiversidade... aí a cooperação com a França que vem sendo desenhada, acho que ela assume um status fundamental pra esse processo” (IBAMA-AP)

“é uma área muito grande que, bem intacta ainda, né, então eu acho que ali ainda tem muita coisa a ser extraída, muita pesquisa a ser feita que pode trazer benefícios pra nós, como pro Estado e pra humanidade” (GTZ)

“o Parque do Tumucumaque vai ser eu acho que durante muitos e muitos centenas de anos um grande laboratório a ser estudado e pesquisado” (SEMA)

O desafio da conservação da biodiversidade também parece amenizar a resistência inicial ao processo de criação do parque, e reafirma o sentimento de orgulho em função do reconhecimento de grandiosidade e diversidade biológica do parque:

“ai tem toda viu, ai tem toda esse orgulho que a gente tem né, e também é com esse argumento que a gente mais usa para convencer aqueles que eram contra, tem uma resistência contra o Parque” (Prefeitura de Serra do Navio)

“capacidade de armazenamento das biodiversidades muito grande. Então ele representa mesmo assim, uma verdadeira Arca de Noé”(Prefeitura de Laranjal do Jarí)

“o Parque do Tumucumaque ele tá numa região estratégica de transição entre ecossistemas..... então, quanto maior a área conservada, intacta, pra que esses processos e os fluxos gênicos eles interajam e evoluam é melhor” (WWF- Brasil)

Da mesma forma, os representantes das populações indígenas no Conselho Gestor reconhecem a grande importância do parque para a preservação da biodiversidade, pois afirmam que sem esta área protegida, a sua própria existência estaria comprometida. Isto faz com que estes se reconheçam, potencialmente, como os maiores colaboradores no processo.

“Que na verdade, nós como povos indígenas, né, a gente não quer acabar com o meio, né, principalmente, nosso... por que é nosso, né, o meio ambiente a gente vive daquilo, se a gente não fosse depender daquilo, a gente não seria nada, né, então, quer dizer, o que tem ali dentro do Parque, né, não deve ser acabada e nem ser destruída” (APITU)

“a partir do momento que por lei é criado um Parque, é criado uma Unidade de Conservação, é garantindo a homologação de uma reserva limitando a sua exploração, a gente tem uma garantia por um tempo maior da biodiversidade” (FUNAI)

“algumas populações indígenas que são constituídos da Tribo Wajpi que vivem no Parque, os que ainda tem algum senso de responsabilidade, responsabilidade ambiental” (Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

“Há um processo harmônico, em que eles vivem, que eu acho que precisa ser matéria de estudo, uma riqueza muito grande na área da sociologia, sei lá, antropologia, né que na questão ambiental se pudesse, quem sabe servir até de algum referencial em alguma área do conhecimento, pra gente, quem sabe ser aproveitado, uma outra forma de desenvolvimento ou uma forma que pudesse conviver com o desenvolvimento, de uma maneira mais equilibrada” (ADAP/SEAF)

“é o próprio indígena que tá lá dentro, ele sabe que o que tem ali dentro é pra ele e não é pra ele destruir e sim pra ele preservar mais” (APITU)

Com relação à temática da presença de populações dentro e no entorno do parque como, por exemplo, populações tradicionais, assentamento agrícolas,

garimpeiros e grupos indígenas brasileiros e franco-guianenses, os depoimentos reafirmam o conhecimento da grande diversidade cultural da área.

“nós temos uma diversidade bastante grande de comunidades, temos assentamentos agrícolas no entorno que normalmente abrigam pessoas que não são necessariamente da região, não são amapaenses, eles podem ter vindo de outras regiões. Um exemplo muito claro são comunidades compostas basicamente de pessoas vindas do Maranhão, no eixo da perimetral norte, um exemplo é a Tucano 2, basicamente composta de Maranhenses. Tem populações indígenas, porque o Parque faz limite com duas terras indígenas, então também são nossos vizinhos. E existem também do outro lado das fronteiras populações no caso francesas, franco-guianenses, também indígenas franco-guianenses. E as pessoas da comunidade Vila Brasil, essa é a única que está inserida no Parque”
(IBAMA/PNMT)

Além disso, é interessante perceber a importância e a valorização que os atores institucionais atribuem às populações que vivem no interior e no entorno do parque. Segundo Tomanik & Paiola (2002) as populações tradicionais, via de regra, são portadores de profundos conhecimentos sobre a natureza e sua dinâmica e os utilizam como suportes para as estratégias, que adotam, de uso e de manejo dos recursos naturais. As noções de território e de espaço, construídas por eles, traduzem-se no apego ao local em que habitam”. Dessa forma, os atores institucionais reforçam a necessidade de se considerar na gestão as demandas desses grupos.

“temos que escutar eles, porque eles conhecem o território, eles vivem desde muitas gerações neste território, eles tem prática que sempre respeitaram o meio ambiente e é importante escutar e definir com eles como gerir esse Parque e também é necessário que se comprometam e digam que desenvolvimento que eles querem, que atividades eles querem desenvolver”
(MEDS)

“toda essa gama de pessoas, de status sociais, de modo de vida, de frações culturais, ela compõe esse elemento antropico que acaba tendo interferência na própria gestão do Parque ou no Parque como todo”
(IBAMA/PNMT)

“eu vejo, eu vejo um lado bom deles tarem ali e preservar, né, e ajudar a preservar, os órgãos competentes tentar formalizar uma parceria com eles e tentar preservar” (ACT)

“a comunidade tradicional que já vive a centenas de anos, já não é de hoje que essa comunidade vive lá, tá, ela tem uma consciência muito grande em relação a conservação, por que a dificuldade que a gente tem são com as pessoas que vem de fora (do sul) pra usufruir ou usar da matéria-prima” (SETUR)

“são populações que embora, assim, poucas do ponto de vista, em termos de números, mas mais dispersas e que são tradicionais, que convivem a muitos anos, harmoniosamente com a natureza” (ADAP/SEAF)

“eu defendo como uma das questões que devem ser olhada com muito carinho no sentido de que até hoje representa a única presença brasileira, verdadeira, com exceção dos índios, né, de dentro do Parque” (IEPA)

Os atores institucionais demonstram ainda uma preocupação com o futuro destas populações, em função da instabilidade a que estão sujeita, pelo fato de estarem em uma área de proteção integral. Segundo Milano, (2000), a existência de populações no interior de Parques Nacionais é fonte permanente de conflitos com a administração, cuja orientação, em geral, permanece essencialmente preservacionista.

“acho que as pessoas do entorno elas tem uma boa vontade de contribuir com a preservação e cuidar do entorno até do próprio Parque. O problema é que as próprias políticas públicas que tão hoje em dia não contribuem a isso, né, as pessoas tão lá meio que abandonadas, não tem perspectivas futuras” (GTZ)

“a questão da população que vive em torno e dentro do Parque é uma situação complicada assim, por que a partir do momento que foi criado ali, né, uma área de preservação, ta aquela polêmica de tira ou não tira” (ACT)

“eu vejo que a gente tem que fazer levantamentos, não tirar quem esta dentro, já estava lá. Então o Parque foi criado, sabendo que a população estava lá. Eu não acho justo chegar agora e dizer: “você vai ter que sair” (Prefeitura de Serra de Navio)

Cabe aqui uma reflexão quanto à própria categoria de manejo “Parque” segundo a legislação vigente e a realidade nacional. Pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) no Parágrafo 1º do Artigo 11: “*O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei*”. No entanto, no caso brasileiro a maioria dos Parques Nacionais, possui população em seu interior. Mas no discurso dos atores institucionais da pesquisa não se pode negligenciar a importância dessas populações como parceiras potenciais para a gestão do Parque.

“Hoje o IBAMA ele pode ter duas formas de trabalhar com essas pessoas: primeiro é a conscientização do Parque, né, tem que educar, informar o quê que é o Parque. Segundo, ele vai ter que tomar... na verdade a administração do Parque vai ter que tomar uma linha ou de entender eles como parceiros ou entender como invasores do Parque, né” (INCRA)

“eu vejo que a comunidade de vila Brasil, pelo tamanho, pela extensão, pela grandiosidade do parque, eu acho que no futuro nós poderemos discutir uma estratégia que hoje não é amparada legalmente no sentido de que essa comunidade permaneça, e a partir de um grande trabalho de educação ambiental, de conscientização, de formação sobre os objetivos do parque e da importância, inclusive, que o parque tem pra aquela própria comunidade, eu acredito, que, eu, não é uma posição oficial, é uma posição individual, de que seria melhor a permanência, desde que estejam configurados uma série de procedimentos de controle em relação ao crescimento daquela comunidade” (IBAMA-AP)

O controle do crescimento dessas populações que vivem dentro do parque é citado por alguns atores entrevistados, como estratégia necessária para a sua permanência no interior do parque, a partir de parcerias. Esta percepção tende a representar uma mudança de foco nos processos de negociação, em Políticas Públicas de proteção da natureza.

“acho que, no caso particular de Vila Brasil, limitando ao número de famílias que hoje existe em Vila Brasil, poderia deixar que continuasse, até por que é mais um ponto que nós temos pra fazer a fiscalização, mais interiorizado do Parque” (Ministério da Defesa / Exército –Comando de Fronteira do Macapá)

“Eu acho que trabalhar, eles que estão lá dentro já, para dizer: “Não pode mais isso, você vai nos ajudar a conservar isso”. E eles com certeza vão ter outra atividade ali, vai ter que ter um ganho. E aqueles que estão no entorno, nós vamos ter que buscar alternativas, muitos deles trabalham para as sementes, para as folhas ou vai servir de guarda do Parque, vai ser guia turístico, vai transformar a sociedade deles numa pousada de Parada para quem vai visitar”(Prefeitura de Serra do Navio)

“tentar usá-los como um instrumento de trabalho e conscientizar eles para que eles possam proteger aquela área” (ACT)

O tema da retirada das populações do parque não parece ser consenso entre os atores institucionais entrevistados. Algumas alternativas, em termos de políticas públicas, são sugeridas em relação às populações que vivem no interior ou no entorno do parque.

“Não creio que devam ser retiradas, mas é necessário pensar políticas que permitam o desenvolvimento da região e absorvam essas pessoas, sem descaracterizar a função essencial do Parna” (UNIFAP)

Neste contexto, a pressão exercida pelas populações do entorno, citada por alguns atores institucionais, indica também a necessidade de um enfoque estratégico de gestão para a área.

“nós temos essa preocupação com as áreas de entorno desses Parques, por que secularmente a gente tem observado de que a pressão que se exerce sobre as unidades de conservação está relacionada muitas vezes pela falta de políticas públicas pra as populações que vivem de entorno dessas localidades. Então, se você não tem alternativa, você acaba invadindo o Parque seja pra caçar, pra tirar madeira, pra tirar minério, pra tirar outras coisas. Então, você tem que ter programas, políticas públicas que se voltem para a melhoria da qualidade de vida das populações ribeirinhas que vivem no entorno dos Parques, projetos bem elaborados pra que essas pessoas passem a se sentir inseridas na sociedade, tirar o seu sustento e passem até a ser os principais defensores da existência de uma unidade de conservação como essa” (SEMA)

“penso que o Estado poderia intervir nesse processo como a gente tem feito através de alguns Planos Diretores nas áreas ao entorno pra que essa população de entorno dos Parques, aí eu falo dos dois, pudessem servir de guardiões da floresta, né. É eles mesmos poderiam ser aquele agente

florestal, agente ambiental pra não permitir que as pessoas acabassem com a floresta, com a biodiversidade de uma forma geral” (SEDE)

No entanto, Diegues (1994) afirma que o rigor do modelo de implantação de parques fez com que todas as atenções se voltassem para as áreas do entorno dos parques, no pressuposto de que elas seriam a solução para as populações sujeitas à desapropriação em áreas protegidas.

Em relação a esta questão, o reassentamento não é mencionado pelos atores institucionais como uma alternativa para as populações do interior do parque, talvez pelo custo político e financeiro muito alto.

Além da preocupação com o entorno, uma outra questão relatada pelos interlocutores institucionais, se relaciona aos conflitos com garimpeiros, madeireiros e “biopiratas”, citados como temas que preocupam, uma vez que estes são considerados riscos evidentes na produção de diversas ameaças como doenças, alcoolismo e prostituição.

“temos algumas comunidades garimpeiras dispersas pelo Parque Nacional, por exemplo, na região sul, né, na região do Jarí e mesmo na região do Oiapoque” (IBAMA-AP)

“algumas populações de garimpeiros, então essa acho que é a parte mais preocupante com relação a conservação de toda essa região”(SETEC)

“com relação a comunidade garimpeira, não há nenhuma possibilidade de acordo. Essas comunidades que estão lá estão de forma ilegal, e trazem doenças através da prostituição, nós temos informações, já fizemos incursões e sem dúvida, em algum momento o IBAMA vai tá agindo legalmente com outras organizações, para que... como já fizemos isso, em várias outras unidades de conservação aqui no estado do Amapá”(IBAMA-AP)

“hoje nós temos que evidentemente nos preocupar, principalmente, com a invasão de garimpeiros, de pessoas que possam ir lá e causar algum tipo de degradação ambiental atrás de alguma suposta riqueza” (SEMA)

“vem uma outra questão que é inibir a biopirataria, né, então, tem o próprio contexto que já é, que diz que é uma área de grande potencial de essências florestais, de recursos madeireiro, de fauna, flora, de recursos minerais” (DNPM)

Todos os atores institucionais entrevistados ressaltam as ameaças externas, provenientes das populações do entorno, que na sua maioria são imigrantes provenientes do Maranhão e Pará, como as questões centrais à gestão do parque e não aquelas causadas pelas populações que vivem em seu interior. Esta percepção pode indicar um início de mudança de paradigma na percepção institucional sobre a importância e papel das comunidades locais, já que como afirma Diegues (2001, pg 20): *“Um dos problemas é que as autoridades das unidades de conservação percebem as populações tradicionais como destruidoras, desprezando oportunidades reais de aproveitá-las no projeto e não concebem a natureza enquanto ambiência”*.

“nós temos essa preocupação as áreas de entorno desses Parques, por que o que é que ocorre? Secularmente a gente tem observado de que **a pressão que se exerce sobre as unidades de conservação está relacionada muitas vezes pela falta de políticas públicas pra as populações** que vivem de entorno dessas localidades” (SEMA)

A questão de Vila Brasil e a dinâmica de garimpo na fronteira é também identificada nos depoimentos, reafirmando a percepção do que Irving (2004, pg 27) denomina de *“cenário mutante de fronteira, nesse território em transe”*.

Alguns dos depoimentos dos atores institucionais ilustram a tensão de fronteira.

“Vila Brasil é uma bomba relógio, que está pronta para estourar.... as pessoas que vivem lá dentro tem sua economia diretamente relacionada com a atividade garimpeira, ou com a exploração das populações indígenas que vivem em Camopi. A partir do momento que este cenário mudar na Guiana Francesa ou mudar o cenário de garimpo na Guiana Francesa, o parque vai necessariamente sofrer com essas mudanças” (CI -Brasil)

“tem hoje uma população de garimpeiros de aproximadamente dez mil pessoas e, essa população se abastece no lado brasileiro e garimpa no lado francês. Esses são devastadores, por que eles vão é... a onde tem o ouro, metal que eles tão fazendo lá a prospecção, a retirada e eles vão jogando mercúrio no Rio, e vão... eles são completamente devastadores, irresponsáveis, completos irresponsáveis, trazendo outros problemas como doença, etc., etc., prostituição, narcotráfico, uma série de coisas que vem junto com o garimpo. Então, esses aí, essa população deveria ser removida

do Parque”.(Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

Nesse sentido, Irving (2006) ressalta que o conflito emerge em um discurso velado, que transcende a perspectiva geopolítica, mas cria também a possibilidade de um novo olhar dirigido à construção de um novo modelo de gestão da biodiversidade em parques nacionais de fronteira.

- **O Processo de Criação do parque**

Para a interpretação do processo de criação do parque, foram consideradas duas questões centrais: a interpretação do processo de criação do parque e motivação para criação do parque.

No caso do PN Montanhas do Tumucumaque, o processo de criação pós SNUC desconsiderou as bases do compromisso previsto no Art. 5º que define: O SNUC será regido por diretrizes que “assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação...”

O desconforto dos interlocutores em relação à limitada participação social e o autoritarismo do Estado no processo de criação do parque é evidente nos depoimentos obtidos:

“a criação de Parques, ela já vem de cima pra baixo através de Decreto.... a gente teve que aceitar” (SETUR)

“foi uma luta muito grande, por que você sabe que as pessoas muitas vezes em Brasília, dentro dos gabinetes, pensam em fazer determinadas coisas e esquecem que nós vivemos numa região, é, distante, numa região densa em termos de floresta, entende, mas muito pouco densa em termos de habitação e isso primeiro causou um mal estar muito grande” (SEMA)

“o processo de criação foi altamente conturbado, e eu acredito que apesar da lei ambiental prescrever uma serie de procedimentos, para que seja criada uma unidade de conservação, eu penso que apesar disso existe uma boa parcela de ditadura na criação de um Parque Nacional....Então no linguajar popular, a gente esta acostumado a escutar, que o Parque foi **engolido goela a baixo**, que foi criado de cima para baixo” (IBAMA/PNMT)

A posição de alguns interlocutores da pesquisa, representantes das populações locais, com relação à criação do parque, demonstra ainda que sua rejeição ao mesmo resulta da forma como o processo foi conduzido.

“foi muito tumultuado, muito questionado, o método utilizado, do ponto de vista federal, não foi o mais adequado, por que todos nós esperávamos que a sociedade local, a sociedade amapaense estivesse se fazendo presente desde as origens do pensamento e, embora a gente reconheça o acerto da ação, há um questionamento forte da maneira como nas suas origens elas foram feitas, né”(IEPA)

“não que a gente fosse contrário a criação do Parque, isso em nenhum momento o Amapá, o amapaense, nem o governo, as instituições foram contra a criação do Parque do Tumucumaque, mas foram contra da forma com que foi feito a criação do Parque do Tumucumaque” (SEMA)⁷⁰

Outro ponto citado por alguns interlocutores da pesquisa, foi a desconsideração das peculiaridades locais e das demandas dos atores sociais no processo, o que é evidenciado pelo tom de indignação nos depoimentos:

“...resolveu mandar fazer os estudos lá por Brasília, sem dar satisfação ninguém, **acabou fazendo um absurdo de colocar na Internet na forma de Consulta Pública**, como se nós vivêssemos na Suíça ou na Alemanha ou na França, entende, em que cada cidadão pudesse ter um computador, sabe, pra acessar e dar sua opinião”(SEMA)

“não houve uma discussão, né, com essas comunidades. Com certeza **elas não participaram de nenhum momento da discussão da criação**, de realmente opinar sobre os limites do Parque, sobre o tipo de Unidade de Conservação... então, é, acredito que os focos de conflito que podem existir ou que já existem eles tão muito relacionados com isso. Então, como não houve essa discussão, evidentemente que os conflitos eles viram, né” (INCRA)

⁷⁰ Na época o entrevistado, representante da SEMA era o Secretário do Meio Ambiente do Estado e foi designado pelo governo da época para ser o responsável, o interlocutor do Estado junto ao governo federal para a criação do Parque do Tumucumaque.

Desta forma, parece haver consenso entre todos os interlocutores (mesmo instituições governamentais), que a criação do parque foi uma imposição arbitrária do Governo Federal.

“foi pouco discutido com a sociedade, né, inclusive com as esferas administrativas, o poder público, até mesmo com INCRA.... na época em que foi criado o Parque chegou lá o Decreto, pronto, né, e para autorizar por que as terras elas tinham sido arrecadadas pra, pro INCRA, pra fins de Reforma Agrária. Então, parte da área em que foi criado o Parque ela saiu, ela deixou de ser destinada pra Reforma Agrária e passou pro viés ambiental” (INCRA)

“foi um processo de cima pra baixo, onde a legislação que se aplica a criação de unidades de conservação não foi respeitada. A população do Amapá não foi ouvida. E isso gerou fortes protestos da sociedade local, dos prefeitos onde o Parque está localizado, da comunidade desses municípios e da própria comunidade de Macapá” (IBAMA-AP)

“Episódio em que ficou clara a falta de importância dada para a opinião da população local e a manipulação que o poder público exerce em nome a aplicação do SNUC” (IESA)

Um outro ponto relevante nesta análise refere-se também à qualidade do discurso político em um processo desta natureza.

Orlandi (2003) define discurso político como o discurso que, afetado pelo poder, refere-se às relações de forças e de sentidos que relacionam sujeitos sociais na história em função do seu poder. O discurso político fundamenta-se numa decisão sobre o futuro de uma população. Assim, é evidente a gravidade de um discurso político inadequado na geração de resistência e conflitos em relação ao parque, como mencionado pela Prefeitura de Serra do Navio:

“infelizmente o cidadão que veio representar o Presidente da Republica na época, disse que ele estava ali por uma questão de cortesia. Porque as terras eram da União e o Presidente fazia das terras o que quisesse, nós não tínhamos nada para apitar, nem poder...uma falta de respeito, na fala também do Presidente da Republica da época, uma vez eu escutei o pronunciamento dele, dizendo que estava criando o Parque e era uma área totalmente despovoada. Eu ate fiquei:” ele esta dizendo que não tem povo aqui?, não tem população?”. Não tem uma população como se fosse uma cidade dentro do Parque, mas nós temos aqui na beirada do Rio, no

entorno, nós temos sim. E temos a Vila Brasil, e esta ai um local dentro do parque (Prefeitura de Serra do Navio)

Mas o processo de criação não é a única razão de resistência ao parque, segundo a Conservation International (CI-Brasil):

“existem setores da sociedade amapaense que foram e continuam sendo contrárias à criação do parque com base no argumento de que Parques Nacionais representam o “engessamento” da economia e impedem o crescimento do Estado, além de desalojar a população local”

Apesar disso, alguns setores (Prefeituras) foram favoráveis à criação do parque, mas esperavam as medidas compensatórias que não foram cumpridas pelo Governo Federal.

De alguma forma **as prefeituras esperavam algum tipo de compensação pela criação do parque**, e essa compensação até o momento, não se concretizou” (CI-Brasil)

“não foi discutido com ninguém, foi feito as quatro porradas.... **as medidas compensatórias, não chegaram aos municípios**” (Prefeitura de Laranjal do Jarí)

As restrições de uso dos recursos naturais impostas por essa categoria de Unidade de Conservação constituem também foco de conflitos:

“a gente não tem o domínio das nossas terras.... quando disseram que se iria construir o Parque, começaram aquelas historias: de que não podia mais entrar, **ninguém podia mais passar de canoa para lá, não pode mais pescar, caçar, coletar frutas**” (Prefeitura de Serra do navio)

Segundo a interpretação dos atores institucionais, o processo de criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque é entendido como uma imposição arbitrária do Governo Federal, traduzida em limitada participação social e autoritarismo do Estado, por não considerar as peculiaridades locais e as demandas dos atores sociais. Esta rejeição resultou da forma como o processo foi conduzido, aliada a um discurso político inadequado, o que gerou resistência e conflitos em relação ao parque.

Com relação à motivação para a criação do parque, duas temáticas parecem ser prioritariamente reconhecidas pelos atores institucionais entrevistados: momento político favorável e preservação da biodiversidade.

O momento político favorável parece ter representado, sob a ótica dos atores institucionais a motivação central para a criação do parque, como uma “prestação de contas ao mundo”, em relação aos compromissos assumidos internacionalmente com relação à Convenção da Diversidade Biológica. Os depoimentos a seguir ilustram claramente esta percepção dos atores institucionais:

“na época foi uma motivação muito mais política pra... do antigo governo pra ser promover no Encontro na África, né” (GTZ)

“Deve ter havido algum compromisso, acredito que foi mais uma decisão de um grupo, do que do povo brasileiro. O presidente da época se comprometeu numa reunião anterior, na África a criar a maior área preservada” (Prefeitura de Serra do Navio)

“O FHC aceitou a indicação e criou o parque, que óbvio havia uma intenção política, pois em 2002 completava 10 anos da Eco-92. O Brasil como signatário de um acordo que previa a conservação de 10% do bioma Amazônico, então houve uma conotação política, uma intenção política que se juntou a uma oportunidade” (CI-Brasil)

“a criação do Parque foi um ato Político, num momento bastante oportuno do ponto de vista político” (IBAMA/PNMT)

“Uma motivação política para que fosse criado ainda num determinado governo, num determinado presidente, o maior Parque do mundo” (Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

“naquele momento estava-se num momento de transição política, quer dizer, um presidente se afastando, encerrando um mandato, né, e, a criação do Parque, sem dúvida, lhe deu cacifes políticos, inclusive internacionais, né, junto a organizações internacionais, como a ONU, por exemplo” (IBAMA-AP)

“A motivação foi a busca de inserção internacional, tanto do governo federal quanto do estadual. A venda de uma imagem positiva ecologicamente para conseguir retorno político em outras áreas. O interesse ecológico, se é que existiu, veio como segundo plano....”

“...Política ambiental ... e necessidade de dar uma resposta aos questionamentos estrangeiros de que o Brasil tava deixando a Amazônia ser destruída” (FUNAI)

“foi uma motivação muito mais política, na época, do que preocupada exatamente com a questão da proteção amazônica” (IEPA)

É interessante notar um certo consenso nessa percepção, o que tende a reforçar a idéia de que a preocupação com as questões sócio econômicas e ambientais não constituiu a base de motivação do Governo Federal no processo, uma vez que a criação do parque resultou principalmente de um contexto externo à dinâmica local.

“o governo na época, fez um acordo internacional, ele tinha que cumprir esse acordo internacional, ele precisava cumprir metas estabelecidas nesse acordo pra criação de unidades de conservação de uso restrito, entende, e, ele precisava criar essas unidades pra que ele provasse à comunidade internacional de que o governo federal estava agindo daquela forma para que ele então tivesse o aceite dos países que estavam colocando dinheiro dentro do Programa ARPA e ele escolheu o Parque do Tumucumaque, essa região aqui do Amapá pra criar” (SEMA)

“nem foi uma das propostas do Governo Federal do nosso país, mas sim de outros Países para a criação do parque, como medida de empréstimo, de dinheiro para conservar o interesse da parte de lá” (Prefeitura de Laranjal do Jarí)

Algumas instituições entrevistadas mencionam ainda a criação do parque, associada a uma propaganda ambientalista vinculada ao momento político internacional:

“um lobby do governo da época pro movimento ambientalista mundial, né, ou seja, o governo quis fazer uma propaganda de... o maior Parque de floresta tropical do mundo, né, então o discurso era bonito pra ser dito, né, final de governo..... um Parque pro mundo, né, pros gringos verem, né, e assim, por governo posar de ambientalista” (INCRA)

“na época quando eu participei inclusive dessa discussão, foi muito mais pra ser um motivo de... não sei bem se essa seria a palavra, mas talvez especulação ou de curiosidade ambiental pra que se pudesse fazer parte de

que alguém olhasse pro Estado, né, de que alguém olhasse pro Brasil, de que nessas relações diplomáticas de gestão que acontece que isso pudesse ser visto. Então, na verdade, acho que a intenção maior também foi que nessa gestão presidencial a idéia talvez fosse de dizer “olha nós temos realmente um Estado que é bem conservado, que é bem preservado e taí exemplos que estão avançando” (SEDE)

“foi interesse nacional pra se garantir uma reserva que é, dá um, de certa forma, um poder de reconhecimento internacional com relação a preservação da Amazônia. Não se preocuparam com o Estado do Amapá, mas do ponto de vista da Amazônia, do ponto de vista ambiental isso é um... foi um cacife muito grande que o governo brasileiro, é, mostrou pro mundo a necessidade de ter ou interesse de ter uma reserva, demonstração prática de se ter uma preservação ambiental numa área que inclusive considerando que ela é basicamente quase toda fronteira com Guiana” (ADAP/SEAF)

Importante ressaltar que o momento político ao qual os atores institucionais se referem foi a “Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10)⁷¹, realizada em Johannesburgo, na África do Sul, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 2002”.

Um dos compromissos firmados nesta Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável (WSSD) foi, no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica, o comprometimento dos países membros de, até 2010 (principalmente os detentores de grande parte da biodiversidade mundial), assegurarem a redução significativa da taxa anual da perda da biodiversidade, incluindo ações para se prover recursos financeiros e recursos técnicos aos países em desenvolvimento.

Este contexto se expressa na fala de um dos entrevistados:

“na época do Fernando Henrique Cardoso tava indo para Joanesburgo, na África do Sul, e, tava no final de mandato, havia um questionamento lá com relação, é, foi uma das reuniões posteriores à Eco-92, havia a necessidade que o Brasil demonstrasse alguma decisão, é, de que tava realmente fazendo alguma coisa pelo meio ambiente”(FUNAI)

71

World Summit Sustainable Development (WSSD)

Um outro motivo mencionado para a criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, segundo as instituições entrevistadas foi a própria necessidade da preservação da biodiversidade regional.

“a criação foi oportuna do ponto de vista da preservação da biodiversidade. Nós presenciamos altas taxas de desmatamento na Amazônia, normalmente taxas crescentes” (IBAMA/PNMT)

“a motivação pra criação do Parque eu acredito que foi a questão da preservação da área, né, e à o estudo, a biodiversidade, toda essa questão, então tentar formar um conceito e tentar proteger essa área” (ACT)

A questão da preocupação com a fronteira, como motivação para a criação do parque, aparece também sutilmente no discurso dos entrevistados:

“uma área de fronteira muito grande que poderia ser preservada e principalmente pelo nascedouro de grandes rios como é a questão do Araguari, tem do Amapari, que nascem... o Oiapoque, o Jarí, são quatro rios enormes que nascem nas terras das Montanhas do Tumucumaque. E, a quantidade e a diversidade de... acho que... eu acredito que o governo federal já teve até um estudo dessa área, né, e pela preservação mesmo, ela tava intacta na época que foi criado e ainda continua assim, principalmente a grande diversidade de terra” (SETUR)

“tem a ver com o apontamento da indicação de estudos que transfere para essa região uma grande concentração de biodiversidade na Amazônia, por que é uma região fronteiriça, né, pela perspectiva de criação do Parque Nacional da Guiana” (IBAMA-AP)

No contexto regional da fronteira, Barbault (Apud Irving, 2006) sugere que o então proposto Parque Nacional do Sul da Guiana (hoje o já criado Parc Amazonien de Guyane) funcione como inspiração para uma futura Reserva de Biosfera, o que viabilizaria a proteção da biodiversidade na fronteira e o uso sustentável dos recursos naturais com base em um exercício de cooperação binacional.

- **Função do parque**

Na percepção da pesquisa sobre a função do parque, três temas emergem a partir das entrevistas com os atores institucionais: conservação da biodiversidade, potencial de desenvolvimento regional e anteparo para ações antrópicas.

A conservação/preservação da biodiversidade é reconhecida como a principal função do parque

“Tem diversas funções, a principal é a **conservação da biodiversidade**”
(WWF-Brasil)

“Sua função é atuar na **conservação da biodiversidade** e, portanto na manutenção de patrimônio genético” (UNIFAP)

“a função do parque é garantir a **conservação da biodiversidade**” (CI-Brasil)

“Olha, função do Parque: **preservar**.... um Parque ele é intocado, não pode fazer nada, nem tirar uma folha.... manutenção das riquezas existentes”
(Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

“A função seria muito mais de... como ele tá como Parque, como **área de preservação**, ele tem que ser como diz a lei, tem que ser um santuário tem que ser algo pra você admirar e estudar pra poder entender aquele espaço”

“O parque tem muitas funções, uma delas é a **preservação ambiental**”(SEMA)

A função do parque também é reconhecida por alguns interlocutores, pelo seu entendimento como vetor potencial para o desenvolvimento local.

“a função do Parque é de encontrar o equilíbrio **entre proteção e desenvolvimento**.... quando todo mundo encontra este equilíbrio, todos aceitam o parque. É por isso que é importante discutir com a população, de proteger e de desenvolver, mas dentro do respeito ao meio ambiente”
(MEDS)

“**Trazer desenvolvimento para as cidades do entorno**, para que as pessoas não precisem mais derrubar, desmatar, extrair, caçar” (Prefeitura de Laranjal do Jarí)

“o **desenvolvimento da região**, agregando as relações sociais, relações políticas e relações de conservação” (WWF-Brasil)

“Ele deve ser visto como um veículo, **um vetor do próprio desenvolvimento da região** na medida que possa dinamizá-lo com modelos que agregue valores na economia, no desenvolvimento social do Estado. O parque não deve ser apenas aquela unidade física, territorial destinado a uma finalidade isolada” (IEPA)

“A função primeira é defender e proteger o Patrimônio Ambiental do Amapá, mas, eu vejo também que **essas unidades elas podem servir pra desenvolvimento**...há necessidade de debater com mais rigor as contradições e convergências entre desenvolvimento e conservação, caso contrário, no futuro nós podemos ter conflitos realmente irreparáveis, né, aqui no Amapá em função da pressão da população pelo uso de recursos naturais” (IBAMA-AP)

A função de anteparo para ações antrópicas fica evidenciada na fala de um dos interlocutores:

“estabelecer nessa região Norte um anteparo para o processo de devastação vindas do Suriname e do Estado do Pará. Anteparo também para as ações antrópicas como exploração de madeira, de essências florestais e substâncias mineral” (DNPM)

As funções do parque para a pesquisa e o turismo são também reconhecidas para o progresso da região, mas com menor ênfase.

“A função dele é mais científica, turismo e não exploração” (GTZ)

“dar oportunidade para ter bancos de estudos, áreas ricas em pesquisa, descoberta de fontes importantes de conhecimento....nós não estamos estruturado como sociedade, talvez, pra aproveitar essas regiões, essas unidades pra ter grandes áreas de estudo,e apreensão de conhecimento pra geração de riqueza” (ADAP/SEAF)

“Os parques são considerados áreas muito restritas podendo desenvolver o turismo e a realização de pesquisas científicas para descoberta de potencial como remédios para curar males da humanidade” (SEMA)

“essas unidades elas podem servir de base pra desenvolvimento de pesquisas, certo, e essa é uma carência do Estado hoje, você ter uma capacidade técnica e científica local, instalada” (IBAMA-AP)

“Sua função é implementar a base do turismo ecológico, financiar pesquisa básica (levantamento de espécies) e pesquisa aplicada (desenvolvimento sustentável) e implementar núcleos de pesquisa de ponta sobre bioprospecção e biotecnologia” (UNIFAP)

A partir da análise das interpretações dos atores institucionais, a conservação da biodiversidade aparece como a principal função atribuída ao Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Porém é interessante notar que o parque também é reconhecido como vetor potencial para o desenvolvimento regional, a partir de uma associação entre conservação da biodiversidade, pesquisa e turismo.

- **Papel reconhecido em relação à gestão do Parque**

O papel dos atores institucionais entrevistados com relação à gestão do parque é entendido de várias formas. Os atores institucionais federais, com atribuição direta na gestão (como a Chefia do Parque Nacional do Tumucumaque e o IBAMA-AP) reconhecem o seu papel direto na gestão e administração do parque, com o apoio do Conselho Gestor.

“o IBAMA, ele é responsável pela gestão de um Parque Nacional, como sendo uma unidade de conservação da esfera federal. O IBAMA não age sozinho, existem instrumentos, como por exemplo o conselho consultivo, que visa compartilhar as decisões, mesmo que seja consultivo” (IBAMA/PNMT)

“a Superintendência é a gestora maior da unidade, né. Acima as Superintendência está o IBAMA Brasília. Então, o nosso papel é de coordenação, de administração, né, de identificação junto com a equipe gestora de planejamento estratégico, né, de fornecer, é, recursos materiais e humanos que possam dar capacidade técnica instalada pro gerenciamento da unidade de conservação” (IBAMA-AP)

Alguns interlocutores reconhecem o seu papel na gestão participativa, através da participação no Conselho Gestor do parque.

“na questão do Conselho Consultivo, né, que nós tamos tendo uma vaga como representante.... da gestão da unidade de entorno que a gente tem tentado, é, participar ativamente, né, isso com a questão com... como verdadeiros parceiros do IBAMA” (INCRA)

“fazemos parte do Conselho Gestor” (SEMA)

“A UNIFAP foi inserida no conselho porque, em razão da instituição que é, se vislumbrava sua contribuição com cursos, extensão e pesquisa em áreas que envolvam o Parna. Penso que a UNIFAP deve ser, ainda, um elo de envolvimento do Parna com a população” (UNIFAP)

O conceito de gestão participativa, que, em síntese, significa fazer parte na administração pública, no processo que considera diferentes atores sociais por mecanismos participativos segundo Sathler (2005), é entendida por alguns atores institucionais de maneira ainda pouco clara. Alguns atores institucionais parecem até mesmo não reconhecer o caráter consultivo do Conselho Gestor.

“participamos como membros do **Conselho Deliberativo**, é esse o nosso papel, e lá são tomadas todas as decisões e deliberadas as decisões também” (SETUR)

Para alguns atores institucionais, o compromisso com o parque, vai além do apoio à gestão. Estes se reconhecem como parceiros em diversas atividades com o IBAMA.

“Então, a nossa responsabilidade ambiental ela é muito grande também, por isso **nós somos muito parceiros do IBAMA**, estamos juntos, trabalhamos em parceria dentro dessa unidade de conservação” (SEMA)

“**Somos um dos maiores parceiros** do Tumucumaque juntamente com outras instituições” (WWF-Brasil).

“desde 2005, **o DNPM ele vem atuando com outros órgãos em parceria**, principalmente com o IBAMA, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, né, no sentido que a gente possa, vamos dizer, compatibilizar, né, a exploração racional dos recursos minerais, né, com o equilíbrio ou a diminuição de impacto ambiental dessa exploração” (DNPM)

Em geral, a missão reconhecida por cada instituição está de acordo com o papel que cada entrevistado se atribuiu, segundo a pesquisa.

Na identificação de papel para a gestão, os atores institucionais que mencionam a sua participação no Conselho Gestor e/ou na elaboração do Plano de Manejo, são aqueles ligados de forma direta à Gestão do parque.

O quadro a seguir foi elaborado para comparar o papel reconhecido e as atividades desenvolvidas por cada ator institucional considerado na pesquisa.

Quadro 4 – Papel reconhecido e as atividades desenvolvidas em relação à gestão do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque por cada ator institucional.

Instituição	Papel Reconhecido	Atividades-chave
IBAMA/PNMT	Gestão e administração do parque	1. Operacionalizar os Programas de Gestão; 2. Efetivar o funcionamento do parque (manutenção da biodiversidade, administração pública, Educação Ambiental, Pesquisa Científica); 3. Elaborar o Plano de Manejo.
IBAMA-AP		1. Realizar o Plano de Proteção e Monitoramento; 2. Estabelecer Projeto de Cooperação Bilateral entre Brasil e França; 3. Realizar Inventários Biológicos; 4. Elaborar do Plano de Manejo.
INCRA	Gestão participativa, através do Conselho Gestor do parque.	1. Gerir o espaço agrário.
SEMA		1. Fiscalizar; 2. Monitorar; 3. Oferecer Educação Ambiental.
UNIFAP		1. Participação no Conselho
GTZ	Apoio ao parque	1. Capacitar o pessoal do entorno; 2. Fomentar a preservação
SETEC		1. Não tem nenhuma ação direta.
Ministério da Defesa Exército – Comando de Fronteira do Amapá		1. Reconhecer fronteiras; 2. Fiscalizar os rios Oiapoque e Jarí; 3. Proteger o parque.
Funai		1. Fiscalizar 2. Garantir a manutenção e a preservação do parque; 3. Gerar informações sobre ações dentro do parque.
CI-Brasil		1. Fornecer infra-estrutura, fiscalização, realização de inventários biológicos para execução do Plano de Manejo e financiamento de expedições.
SEMA		1. Fiscalizar; 2. Monitorar; 3. Oferecer Educação Ambiental.
WWF-Brasil	Parceria com a administração do parque	Antes da criação: 1. Dar apoio aos estudos de levantamentos, georeferenciamentos, elaboração de mapas, proposição do tamanho da área, abrangência da rede hidrográfica.
		Depois da criação: 2. Trabalhar o desenvolvimento das relações do entorno para chegar a conservação da biodiversidade e participar do Conselho.
DNPM		1. Fiscalizar; 2. Monitorar; 3. Analisar os processos homologados pela instituição.

Com relação ao papel de “apoio ao parque” as atividades mencionadas envolvem desde conscientização das comunidades locais e fiscalização até fornecimento de infra-estrutura.

Quando indagados sobre se a instituição atua na gestão do parque, de que maneira, e qual a responsabilidade da instituição com relação ao processo, alguns atores institucionais reconhecem sua atuação na gestão através da participação no Conselho Gestor, de forma direta ou indireta.

“Nós atuamos enquanto representante do conselho consultivo. Não diretamente fazendo uma ação dentro do Parque” (Prefeitura de Laranjal do Jarí)

“A gente atua, de uma certa forma, como Conselheira, buscando o desdobramento nas políticas ambientais voltado ao entorno do Parque, dentro e em torno....o trabalho da FETAGRI é de elencar economicamente as famílias, buscando a integração das políticas transversais para melhorar o conjunto da família, em todos os aspectos: habitacional, cultural, econômico...hoje a FETAGRI busca o modelo de desenvolver a agricultura familiar a partir do modelo permacultura⁷², observando a realidade local” (FETAGRI)

“diretamente não, agora indiretamente, quando nós estamos em reuniões de planejamento, quando nós estamos tentando dirimir algum problema ou facilitar a execução de alguma ação do Plano de Trabalho da equipe do Parque, efetivamente a gente tá trabalhando na gestão” (WWF-Brasil)

“a gente administra também o Parque né, a gente vê, para que possamos passar informações para o IBAMA né, a gente sempre vê o Parque. Não deixamos o Parque de lado, a gente vê ele sempre.... a gente vê sempre, a gente entra no Parque e vê se não acontece alguma coisa dentro do Parque.” (APINA)

“agora não, porque a gestão é só aqui do IBAMA. Agora no conselho sim, nós participamos do conselho. E estamos começando a discutir agora a questão do manejo, a questão do que fazer, a questão da guarda do Parque.... e a gestão vai ficar por nossa conta no conselho. Com certeza, ainda não esta efetivamente, mas por exemplo: as ações já do grupo gestor, já passam por nós, as deliberações....e de certa forma nós estamos já na gestão não direta, mas indiretamente.(Prefeitura de Serra do Navio)

⁷² É uma síntese das práticas agrícolas tradicionais, proporcionando o desenvolvimento integrado da propriedade rural de forma viável e segura para o agricultor familiar. Disponível em <http://www.agrorede.org.br> (Acesso em 26/02/2007)

No entanto, alguns atores institucionais não identificam com clareza a sua participação na Gestão do parque, apesar de serem membros do Conselho Gestor.

“Não atua”.(Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

“A gente tem participado apenas dentro do Parque como Conselho Consultivo, né, como Conselheiro apenas” (INCRA)

“não sei se a gente atua na gestão do Parque, mas sim a gente apóia algumas ações do próprio pessoal do Parque quando a gente tem condições e apóia as comunidades que tão ali na... na... que fazem parte do Conselho Gestor do Parque, na realidade” (GTZ)

“Não atua” (ADAP/SEAF)

“Não atua. A gente atua em reuniões, em encontros, trocas de informações, mas, é, legalmente nós não fazemos parte da diretoria ou da fiscalização do Parque” (FUNAI)

“Não, nós atuamos indiretamente por que nós fazemos parte do Conselho Gestor do Parque” (SEMA)

A participação no Conselho Gestor não é sempre bem entendida como função clara na gestão. Alguns entrevistados da pesquisa reconhecem a sua participação na gestão, apenas de forma indireta.

“de maneira indireta, né, ela tá fazendo parte dessa discussão de resultados da pesquisa como instrumento do futuro Plano de Manejo do Parque” (IEPA)

“Sim, mas de maneira burocrática, mandando um representante. (UNIFAP)”.

“nós não temos assim o assento no Comitê de Gestão, mas nós participamos de qualquer discussão, é, de política pra dentro do Parque de Montanhas do Tumucumaque” (DNPM)

Cabe aqui uma reflexão acerca da gestão do parque. Alguns atores institucionais entrevistados parecem não entender, a princípio, a função do Conselho Gestor. Mas os conselhos são, na opinião de Gohn (2003, pg 07), “uma forma

específica de participação sociopolítica”. Loureiro, Azaziel & Franca (2003) ressaltam o seu papel como: “uma espécie de espaço público jurídico-institucional por excelência de intervenção social planejada na formulação e implantação de políticas públicas”. Os Conselhos são, no entender de Carvalho M. & Teixeira A. (2000): “espaços de controle social, de democratização de decisões e garantia de acesso universal às políticas e serviços públicos”.

Nesta pesquisa, o Conselho Gestor (Consultivo) de Parques Nacionais, é reconhecido como instância potencial, permanente e sistemática de debate, prevista em lei, são constituídos formalmente através de decreto ou portaria, com caráter consultivo, reunindo conselheiros (pessoas per se ou representando entidades privadas e órgãos públicos), com claros objetivos, atribuições, competência e organização específica, orientados e organizados por um Regimento Interno para funcionar na gestão, mediação e fiscalização diante do que é público. Assim, o não entendimento com relação à responsabilidade assumida na participação do Conselho do PN Montanhas do Tumucumaque parece ser um ponto essencial a ser discutido e equacionado pelos gestores.

É importante ressaltar que, apesar de alguns interlocutores entrevistados não identificarem com clareza o seu papel na gestão do parque, estes participam no Conselho Gestor, e esta participação é vista como a maior responsabilidade das instituições.

“nós na verdade fazemos parte apenas assim de coordenadores assim de intermediadores, né, a cada momento que a Instituição, o IBAMA eles convocam pra uma reunião do Conselho é por que provavelmente alguma das nossa Secretarias tem se mantido ausente ou na verdade não tá correspondendo a altura, então, ao sermos alocados para essas reuniões, **nós vamos ter o papel apenas de cobrar mais energicamente dos Secretários**, né, dos gestores que estão submetidos a nossa Coordenação pra que **as ações caminhem, essa é a nossa maior responsabilidade**”
(SEDE)

A responsabilidade na gestão, através de “apoio ao parque”, é vista de duas formas diferentes pelos interlocutores institucionais. A primeira se relaciona ao envolvimento direto da instituição no processo de gestão do parque e a segunda, na percepção de que não há atuação direta com relação ao envolvimento da instituição no processo de gestão:

“Nós nos sentimos tão responsáveis na gestão quanto os próprios responsáveis que é o IBAMA. Ou seja, se nós nos propusemos a auxiliar o governo brasileiro a criar, se nós nos propusemos a criar a Unidade de Conservação, o Tumucumaque, se nós nos propusemos a conservar essa parcela significativa da Amazônia, se nós nos propusemos a tá fazendo um desenvolvimento a partir dessa criação, nós nos sentimos responsáveis em tá auxiliando, em tá apoiando tecnicamente no que nós temos competência pra que a gestão funcione, não só diretamente aqui na ponta, mas numa articulação política, numa articulação financeira, numa articulação técnica também”(WWF)

Alguns interlocutores não reconhecem sua atuação direta, mas apenas como apoio aos órgãos gestores:

“a questão da responsabilidade é muito do próprio IBAMA, do pessoal do Parque, mesmo, da diretoria. A gente, como Instituição acho que a gente pode apóia-los, né, de certa forma, é, tentar fazer com que as comunidades também tentem apóia-los nesta gestão, né”(GTZ)

“a gestão ela nesse momento ela é específica do IBAMA, da maneira como está é um lócus que faz parte da Instituição mantenedora, no caso o IBAMA, né, onde o IEPA faz parte contribuindo com os seus resultados de pesquisa por que lá na frente possa pensar em Plano de Manejo que significa um instrumento de gestão, né, nós não temos na verdade uma função específica” (IEPA)

“Nenhuma. É diretamente com o IBAMA isso. O que nós temos participado é de algumas reuniões, de alguns debates no sentido de levar uma contribuição, é de participar do processo, mas como coadjuvante, né, não tem responsabilidade primeira, é tudo com o IBAMA” (ADAP/SEAF)

“nós não temos, nenhuma ingerência. Entretanto, pelo bom relacionamento que nós temos com o IBAMA, a gente sempre faz as coisas de forma conjunta, de forma compartilhada, participativa, nessas questões todas. Embora nós não tenhamos nenhuma ingerência direta, mas nós estamos sempre em parceria, realizando atividades com interesses comuns” (SEMA)

Esta percepção de atuação ou não na gestão do parque, parece reforçar o que já foi discutido anteriormente que alguns atores institucionais entrevistados parecem não entender, a priori, a função do Conselho Gestor.

A fiscalização do parque é responsabilidade reconhecida somente por instituições que tem claramente este perfil ou se auto atribuem esta função, como por exemplo, o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais e a FUNAI.

“inibir atividades através da fiscalização né, que já vem sendo desenvolvidas antes da criação do Parque sob contexto mineral” (DNPM)

“Ser um agente corporativista e na relação institucional junto ao IBAMA que é o maior responsável na fiscalização e manutenção.... e fazer sempre esse trabalho de acompanhamento, fiscalização e trocas de experiências”(FUNAI)

Segundo Gomes (2000) os conselhos possuem um caráter interinstitucional e se fortalecem na medida em que incorporam uma grande pluralidade de atores (individuais e coletivos), agregados em torno de diferentes interesses, disponibilizando para a sociedade uma ferramenta mediadora nas relações da sociedade civil com o Estado, priorizando-se como um espaço de debate.

Sobre a relação entre a instituição e a administração do parque, alguns atores institucionais interpretam esta relação como ainda incipiente, sem conflitos evidentes, mas todos reconhecem a necessidade de ampliação de parceria.

“Olha, eu diria que é bastante incipiente, né, por que isso a nível de Estado ela teria... ela está mais ligada com o governo federal através do IBAMA, e, no caso do Estado a Secretaria de Meio Ambiente ela trata das unidades de responsabilidade do Estado. Então, acredito que isso ainda está sendo desenvolvido de maneira isolada e precisa ser ampliada essa discussão e essa integração.... Eu acho que essa relação ela precisa ser, é, mais motivada pra que se integre mais e que a gente veja essas unidades como uma grande unidade, não seja tratada de forma isolada, né, só assim a gente vai poder realmente preservar os vários ecossistemas que existem no nosso território.. (SETEC)

“É, temos uma boa relação com o IBAMA, né. Todas as vezes que precisa ou todas as vezes que tem algum evento ou alguma atividade nós estamos interagidos, nós estamos participando e isso é bem costumeira, é amistosa

essa relação, não tem nenhum problema de relacionamento....a relação precisa ser intensificada” (ADAP/SEAF)

“A relação com a administração é boa, mas ela poderia ser melhor....acho que é uma relação positiva, é uma relação que pode gerar mais frutos ainda, ta” (CI-Brasil)

A parceria é vista também como uma necessidade, pelas dificuldades que a administração do parque enfrenta na resolução de conflitos com as comunidades locais e pela falta de infra-estrutura no local. Esta parceria parece ser delineada com base em uma relação de confiança:

“É boa. Nós estamos lutando desde 2001, para fazer parceria com o IBAMA né. Ai nós fizemos reunião, será que o IBAMA não pode ajudar?. Ai viemos lutando, até conseguir parceria com o IBAMA. Depois, nós descobrimos o trabalho do IBAMA e ficamos sabendo do trabalho, ficamos juntos” (APINA),

“Bom, a relação é boa, né, ela não... não temo, mas quando acontece qualquer coisa, né, tudo que acontece de problemas assim, o Parque, né, tem que ter o conhecimento, o que tá acontecendo, por que tá acontecendo....é junto com eles, trabalhando junto com eles, né”(APITU)

“Olha, nós procuramos ter uma relação com todos os chefes de forma transversal. Então, não existe, por exemplo, burocracia para os chefes das unidades chegarem até o Gabinete, discutirem qualquer assunto com o Gabinete da Superintendência. Nós temos inclusive um Conselho Gestor, instaurado na Superintendência que participam todos os tomadores da... todos os tomadores de decisão, inclusive os chefes das unidades de conservação e vez por outra o tema das unidades de conservação é submetido a esse Conselho Gestor...., eu considero que é uma relação boa. Não sei a visão deles, mas da parte do Gabinete, a gente procura fazer com que essa relação seja transparente, respeitosa, com muito dialogo, procurando realmente solucionar os problemas que surgem dentro dessas unidades”(IBAMA-AP)

“Ah! Nós fazemos uma ótima parceria entre o... o responsável por lá, né, e... a gente trabalha legal, através de informações, eles prestam informações pra nós, nós prestamos informações pra eles, e a relação são boa” (ACT)

A relação positiva com o IBAMA é reconhecida também por algumas instituições nem sempre envolvidas nesse tipo de diálogo:

“Acho que é de cordialidade, parceria, né, a gente tem sempre procurado atuar evitando sobreposição de ações, né, tem procurado dar um apoio pro IBAMA dentro da área que nos compete, né, no caso a gestão agrária, e acredito que até o momento não tem nenhum conflito...é uma relação até o presente momento, harmoniosa, né, harmoniosa e como te falei de parceiros institucionais, numa relação bastante formal.(INCRA)

Segundo alguns atores institucionais, as parcerias são positivas e, em alguns casos, contribuem até para o equacionamento de alguns problemas locais, em termos de infra-estrutura e logística, para a ação comum:

“Olha a nossa relação ela vem se constituindo de uma forma bastante amigável. e cada momento, como eu volto a frisar que precisa de alguma infra-estrutura, como da última vez que eles precisaram fazer um sobre-vôo, que precisaram do avião do governo, né, então, nós cedemos,né, não só o avião, quando teve também é... quando há necessidade que vai ter alguma atividade, alguma ação, né, e que eles vão precisar, digamos que pra área de pesquisa fazer um sobre-vôo aí nós nos colocamos a disposição pra ceder o transporte de governo, tá, pra poder verificar que... é... pra poder contribuir, colaborar com a Instituição” (SEDE)

É muito boa. A gente tem uma boa relação com a diretoria do Parque e tanto quanto com o pessoal do IBAMA local, né, que fica aqui no Estado. Então, a gente tem... sempre mantém um diálogo, procura conversar... quando a gente tem atividades que podem envolver eles a gente convida, quando eles tem atividades que possam... nós podemos ser envolvidos eles também nos convidam, né, então, é uma recíproca assim muito boa.” (GTZ)

Com relação aos principais conflitos na relação com a administração do parque, alguns atores não mencionam claramente conflitos na relação institucional, e mencionam que a parceria em curso contribui para resolver eventuais diferenças que possam surgir.

“Nós não temos conflitos, nós temos problemas comuns que são discutidos e a gente procura resolvê-los de forma bastante... parceiros. Não temos assim nenhuma... nenhum conflito: “Ah! A Secretaria tá fazendo isso e o IBAMA aquilo, aquilo outro.” Não. Não fazemos isso aqui” (SEMA)

“Nós não temos conflitos com eles por que a nossa visão de execução das etapas e do passo a passo desde a criação até a consolidação do Parque, a nossa visão é igual a deles, ou existe uma metodologia implícita do que deve ser feito, então, por exemplo, se tá na época da elaboração do Plano de Manejo, eles acham que está e nós achamos que está também. Então, nesse sentido, a gente acaba tendo a mesma visão” (WWF-Brasil)

“acho que não existe conflito, não existe conflito nenhum nessa relação, é uma relação, é, como eu posso te dizer, proveitosa, no sentido de informações, de diálogo, de tudo. O esforço é muito grande de relação do IBAMA pra que dê certo o Parque Tumucumaque”(SETUR)

Quando mencionados problemas relativos à gestão, estes são relacionados não diretamente à administração do parque, mas a pontos de tensão na dinâmica local, em função das pressões sofridas pelo parque.

“Não vejo assim propriamente um conflito, né, problemas, eu diria, é só um estágio que nós temos e que eu acho que precisaria ser mais dinâmico ou abrir frentes de ações ou de trabalhos ou de projetos que pudessem ter uma interação mais intensa, né. Conflitos, não, eu diria tensões” (ADAP/SEAF)

Quatro pontos de tensões foram reconhecidos com relação à dinâmica sócio econômica local: modelo de gestão do parque, presença de populações no parque, risco de “biopirataria” por estrangeiros e garimpo.

O modelo de gestão adotado pelo parque é qualificado por alguns atores institucionais como “pouco claro”, o que torna, segundo os relatos, a participação destas instituições limitada no processo.

“Por muitas vezes se caracterizou que os encaminhamentos estavam previamente definidos e que as reuniões eram nada mais nada menos que um palco onde se passava a impressão de democracia. Mais de uma vez esta questão foi levantada nas reuniões” (UNIFAP)

“Pode ter conflito de concepções ainda, né, mas talvez não especificamente com a administração local do Parque, mas com a administração mais geral em termos de modelos de gestão, quer dizer, a certeza de que a Instituição pode contribuir bem mais ainda, tá, a fazer com que o futuro projeto de gestão do Parque, projetos bem claros, bem inteligentes do ponto de vista de clareza”(IEPA)

Porém, alguns atores institucionais consideram que este modelo de gestão, está sofrendo adaptações, o que faz com que as parcerias no processo de gestão se tornem mais efetivas.

“Hoje já tá bem melhor, mas quando nós assumimos a três anos atrás, né, e que nós fomos convidados, foi bem complicado até que as coisas começaram a se sintonizar, hoje eu percebo que nós já estamos um pouco mais sintonizados, mas poderíamos estar mais, né, pelo que eu percebo é que... é aquilo que eu te falo, como está sob a gestão federal, então, acaba que se tendo um papel maior de sobreposição, né, na questão da gestão e aí o Estado fica em segundo plano quando na verdade eu acho que deveria encaminhar paralelos um ao outro pra que as ações pudessem realmente serem efetivadas” (SEDE)

Outro ponto citado pelos interlocutores da pesquisa em relação ao modelo de gestão do parque se refere à limitação de recursos humanos, em termos de efetivo e perfil.

“ um problema que eu considero relevante foi o processo de remoção de analistas ambientais do IBAMA, que alguns analistas dessas unidades saíram do Amapá e isso representou um prejuízo por que os novos que entraram tiveram que passar por todo um processo de formação e até se interarem totalmente da missão, conhecer a realidade, levou um tempo e acabou gerando um prejuízo pra gestão das unidades de conservação. Mas, é claro que tudo isso foi feito dentro de um processo legal, a remoção desses analistas, né, mas evidenciaria também esse aspecto como um conflito relevante” (IBAMA-AP)

“Olha, não existe assim muitos conflitos. Os problemas talvez sejam ou falta de experiência de alguns técnicos que são contratados ou pessoas que tem mais experiência, mas fica pouco tempo no trabalho depois que mata a sua curiosidade, muda de Estado e não demonstra querer ter um envolvimento maior, assim como a gente também tem técnicos nossos na instituição FUNAI que depois que mata a curiosidade dos índios, tira

umas fotografias e fica conhecendo um pouco da cultura, se manda, vai embora, deixa a escola, deixa a saúde à Deus dar. É, num primeiro conflito de solidão, de tédio, de angústia, ele larga tudo e deixa, talvez seja só por esse lado. Com relação a preocupação do IBAMA sempre ela troca esse técnico que sai ou que não tem essa experiência adequada, ela sempre tem procurado trocar, mas isso vai ser um problema permanente” (FUNAI)

Neste contexto, percebe-se através do discurso de alguns interlocutores que a falta de recursos humanos aliada aos processos administrativos demorados na esfera pública e a distancia dos centros decisórios, contribuem para que as relações institucionais não sejam ainda efetivas como poderiam ser.

“conflitos de natureza interna mesmo, né, quer dizer, a administração pública por ter procedimentos administrativos estabelecidos e a própria ação da biodiversidade ela não espera pelo cumprimento desses procedimentos e as vezes a unidade fica sem poder atender a uma determinada demanda em função de um processo que ainda tá tramitando pra compra de um combustível, pra compra do gás, mas é da natureza da administração pública e infelizmente nós temos procurado dar maior celeridade pra que a ponta seja sempre atendida de forma célere, cert” (IBAMA-AP).

“Inicialmente houve um conflito em relação à emissão de licenças de coleta dentro do parque. Pelo tamanho do parque, precisa ter uma equipe maior, pois ela fica muito vulnerável e faz também com que a equipe tenha que se desdobrar bastante, às vezes não pode atender todas solicitações de todas as instituições interessadas em trabalhar dentro do parque”(CI-Brasil)

“não se pode enquadrar o Tumucumaque numa mesma situação de uma unidade de conservação qualquer, interiorana no Brasil ou talvez perto dos grandes centros, que tenham recursos e onde as distancias são pequenas, existem meios de comunicação e de locomoção, e uma situação política, social e ambiental já estabilizada. O Tumucumaque ele tem suas próprias características, e é através dos trabalhos de campo, do dia a dia, que a gente acaba desenvolvendo a sensibilidade necessária para lidar com esses aspectos....E ai a gente às vezes fica entre **a cruz e a espada**. Nós equipes gestoras, nós temos que lidar com o problema real de campo. Que pode ter uma conjuntura bastante especifica e ao mesmo tempo nós temos que convencer a administração central do IBAMA que pode ter uma outra opinião”(IBAMA/PNMT)

A presença de populações no interior do parque é percebida por alguns atores institucionais como um ponto potencial de conflito, e estes tendem a demonstrar preocupação com o futuro destas populações, pela instabilidade à qual estão sujeitas em uma Unidade de Proteção Integral, conforme ilustrado em alguns relatos:

“um exemplo bastante clássico, no Tumucumaque, seria a questão de como proceder com relação a (vila) Brasil. Eu tenho uma opinião pessoal, bastante pessoal, eu queria enfatizar isso, não traria benefício que a vila Brasil fosse removida ou fosse translocada para fora do Parque, por dois motivos talvez: o primeiro motivo é que uma população que é translocada de um lugar para o outro, nesse caso de dentro do Parque Nacional para fora dele, ela além dos conflitos sociais que pode estar causando, você não minimiza o impacto sobre o meio ambiente.

Porque essa população vai continuar existindo. Ela vai impactar no meio ambiente de um jeito ou de outro, seja dentro ou fora do Parque. Então eu acredito que nós temos que olhar essa questão com outros olhos. O segundo motivo é que do outro lado do rio, ou seja, na Guiana Francesa, existe uma comunidade. Uma comunidade que está em equilíbrio social e financeiro com a comunidade do lado brasileiro, com vila Brasil. De modo que praticamente essas duas comunidades, a Coamopi na Guiana Francesa e a Vila Brasil no lado brasileiro, podem ser vistas como uma só. Uma comunidade só, cuja as pessoas têm laços um pouco mais com natureza e vivem num equilíbrio artificial até, eu diria artificial, por que o governo Francês injeta muito dinheiro para a população Francesa, através de programas de assistência social. E esse dinheiro acaba sendo utilizado para consumir dívidas, matérias e alimentos no lado Brasileiro. Então criou-se esse equilíbrio artificial, mas que continua sendo estável enquanto essa situação perdurar. Eu temo por um impacto forte, inclusive sobre o meio ambiente, a partir do momento que se tenta retirar as pessoas da vila Brasil, para coloca-las fora do Parque. Eu vejo que a população de (Camopin) não teria mais onde comprar os seus alimentos, então eles teriam que mudar os seus hábitos de vida, por exemplo: na instalação de rochas, na prática da agricultura ou da pecuária extensiva, seja de grande ou pequena escala. E certamente eles não se restringiriam ao lado Francês para exercer as suas atividades, muito bem podem atravessar o rio e começar a pressionar, e colocar pressão sobre o próprio Parque Nacional. Então aquilo que a gente tentou evitar pode sair pela culatra, que é o dano ambiental, e pode ser muito maior, do que a gente congelasse a situação vila Brasil, do modo que seria hoje. Então esse seria um conflito, do qual a gente teria que lidar

inclusive com a administração central. Porque muitas pessoas não são familiarizadas com esses detalhes locais. E certo que a legislação ambiental nós obriga a trabalhar no sentido da remoção de vila Brasil. Só que nesse caso específico, a legislação ambiental ela pode oferecer um grande perigo se for aplicada lá. Então necessitasse todo um trabalho de convencimento ou até talvez iniciar um processo de mudança de legislação, por que a lei ela tem que ser dinâmica também, ela tem que se adaptar a realidade local, a realidade de campo. Então através desse tipo de exemplos, você pode tentar causar uma mudança de pensamentos” (IBAMA/PNMT)

“as causas que podem levar os conflitos, vindo a partir da administração do Parque, eu diria que seria em relação às famílias que moram dentro ou em torno do ponto de vista de alternativas para elas. Para que elas possam de fato serem tratada como sujeito ao processo” (FETAGRI)

Em relação ao risco de “biopirataria” por estrangeiros, o Ministério da Defesa através do Exército Brasileiro é enfático em sua preocupação com a participação de internacionais na gestão do parque:

“ pessoas que não são brasileiras e que estão lá dentro, que são conhecidas, obviamente que eu não tenho como provar, como biopiratas. Estão dentro da administração do Parque, não são brasileiros, estão dentro do Parque, e eu não sei o que fazem lá dentro. Assim como as Organizações Não-Governamentais, que não são nacionais, que o capital não é nacional, que elas tão lá dentro. Então, essas... esse pessoal... não é nada particularmente contra o presidente, o diretor do Parque, que é um alemão naturalizado brasileiro, mas não é nada contra ele, mas, existem pessoas que tem... que são conhecidas aqui no Estado como biopiratas e que tão lá dentro, lá dentro do parque”(Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

Esta preocupação deixa clara a necessidade de uma gestão que considere os aspectos de fronteira, uma vez que se manifesta a desconfiança com relação a interesses externos, o que implicaria inclusive a normatização para acordos de parceria e pesquisa, no futuro.

Dowie (2006) ressalta que milhões de povos nativos no mundo inteiro foram expulsos de suas terras devido à preservação da natureza. Segundo este autor, hoje a

lista de instituições destruidoras de culturas em quase todos os continentes inclui instituições de grande porte e alcance internacional⁷³.

Nessa mesma direção Farias (2004) afirma que: “

“é particularmente preocupante o fato, largamente reconhecido entre autoridades e pesquisadores da Amazônia, de estrangeiros – desde estudiosos pagos por convênios internacionais a militantes de ONGs, passando pelos departamentos de pesquisa de poderosas indústrias de medicamentos e de cosméticos dos países centrais – acumularem atualmente informações sobre a região e suas riquezas desconhecidas até mesmo por brasileiros. O problema da biopirataria assume nos dias atuais uma dimensão importante. São as plantas, animais e espécies raras de fauna e da flora cobiçados pelos laboratórios e multinacionais das indústrias farmacêuticas e de cosméticos interessadas em controlar matérias-primas do banco biogenético da região”.

Evidentemente que a gestão de parques nacionais de fronteira na Amazônia se constitui em tema polemico, diretamente relacionado às questões de soberania nacional, conservação da biodiversidade e acesso aos recursos genéticos que devem ainda ser internalizadas na gestão, segundo uma concepção geoestratégica.

A questão da pressão pelo garimpo também é mencionada pelos entrevistados da pesquisa como foco potencial de conflito para a gestão.

“Bom, eu não indico conflitos, né, por que a questão do Parque ele tem uma concepção, pelo que eu já venho apontando, que é uma área de proteção da biodiversidade, né. Então, a questão mineral, o garimpo é uma questão que tem que ser discutida por que já existia, né, anteriormente à criação do Parque, né, então, faz com que, é, o DNPM e a gestoria lá do Parque, né, ela esteja constantemente em discussão de permitir ou não tais atividades”(DNPM)

“É existem realmente conflitos externos, né, a partir da pressão, por exemplo, exercida por garimpeiros sobre essa unidade....e nós temos que, por exemplo, procurar auxílio de outras instituições, DNPM, Exército, Polícia Federal, pra cumprir a nossa missão institucional” (IBAMA-AP)

⁷³ O autor menciona a Conservation International (CI), a Nature Conservancy (TNC), o Fundo Mundial para Vida Selvagem (WWF).

Além dos conflitos tradicionalmente observados quando ocorre este tipo de atividade em Terras Indígenas ou unidades de conservação, são mencionados também os problemas decorrentes da introdução do mercúrio utilizado pelos garimpeiros no processo, com alto teor poluente.

“tem hoje uma população de garimpeiros de aproximadamente dez mil pessoas e, essa população se abastece no lado brasileiro e garimpa no lado francês. Esses são devastadores, por que eles vão é... a onde tem o ouro, metal que eles tão fazendo lá a prospecção, a retirada e eles vão jogando mercúrio no Rio, e vão... eles são completamente devastadores”.(Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

Neste contexto, o intercambio do IBAMA com outras instituições, como por exemplo, DNPM, Ministério da Defesa / Exército, Polícia Federal, para se efetivar parcerias para a gestão tende a ser um caminho importante.

O quadro 5 a seguir sistematiza as parcerias propostas pelos atores institucionais entrevistados.

Quadro 5 – Instituições parceiras e responsabilidade atribuída para a gestão do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

Ator Institucional	Instituição citada	Responsabilidade Atribuída para a gestão
IBAMA/PNMT	IBAMA	Administração
IBAMA-AP	Instituições Federais: DNPM, Exército, Polícia Federal, Ministério Público Federal, UNIFAP, INPA, UFPA, Emílio Goeldi.	Ações de fiscalização e monitoramento. e Participação no Conselho Gestor
	Estaduais: SEMA, IEPA, Secretaria de Agricultura do Estado (tem uma importância bastante grande), Secretarias Extraordinárias dos Povos Indígenas.	
	Municipais: Prefeituras dos 6 municípios que o parque abrange, Secretarias municipais de Meio Ambiente destes municípios.	
	ONG's: WWF, C.I	
	Povos Indígenas que estão no entorno do Tumucumaque e em Oiapoque.	
	Comunidades de Agricultores Ministério de Meio Ambiente da França.	
MEDS	IBAMA	Não soube responder
APINA	FUNAI e IBAMA	Não soube responder
Prefeitura Serra do Navio	Todos os municípios, duas entidades indígenas, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, de pescadores, IEPA, Universidades, Exército, Ministérios, Sociedade Civil Organizada, Prefeitura e IBAMA.	Contribuição com conhecimentos específicos.
Prefeitura Laranjal do Jari	IBAMA, ONG's, instituições que compõem o Conselho.	Prestação contas à sociedade
WWF-Brasil	Diretamente o próprio IBAMA-AP (Equipe do parque, Núcleo de UC's, Gerencia Executiva do IBAMA).	Gestão
	IBAMA – Brasília (Ministério do Meio Ambiente e Governo Brasileiro).	Administração
	Instituições que compõem o Conselho	Apoio
	As instituições que fazem parte do Conselho	Gestão
ACT	IBAMA, SEMA, WWF	Não soube responder
Ministério da Defesa Exército - Comando de Fronteira do AP	IBAMA e IEPA	Fiscalização e Pesquisa
DNPM	IBAMA	Gestor
	SEMA, Batalhão Ambiental, Ministério, Público Federal, Procuradoria Est. do Meio Ambiente, Exército, Polícia Federal através da Delegacia do Meio Ambiente e Mineração, Polícia Rodoviária Federal que hoje se aproximou do DNPM e de todas essas instituições que estão fiscalizando as atividades minerais, a exploração de madeira, de peixes e de produtos.	Participação no Conselho
INCRA	IEPA, UNIFAP, SEMA, Batalhão Ambiental, Exército Brasileiro, Sociedade civil, Entidades representativas de trabalhadores.	Apoio às decisões do Conselho Consultivo
	IBAMA	Não soube responder

SETUR	Prefeituras do entorno: Jarí, Pedra Branca do Amapará, Serra do Navio, Calçoene, Amapá, Oiapoque; Órgãos Estaduais: Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Turismo, Instituto de Pesquisa, Batalhão Ambiental. Comunidades tradicionais, Organizações Não Governamentais, Associação de Mulheres, Associação de Agricultores, Associações que fazem parte e foram fundadoras da criação do Conselho.	Participação no Conselho
GTZ	IBAMA e instituições que compõem o Conselho Gestor	Gestão
IEPA	IBAMA	Gestão
	IEPA	Pesquisa
	Prefeituras Municipais	Não respondeu
	EMBRAPA	Pesquisa
SEDE	INCRA	Políticas Territoriais
	SEMA	Educação Ambiental, Monitoramento e Fiscalização
	RURAP	Apoio Institucional
	SETEC	Impressão de Materiais de Divulgação
	PESCAP	Apoio Institucional
	INCRA	Não respondeu.
ADAP/SEAF	Prefeituras Locais	Apoio Institucional
	IBAMA	Gestão
ADAP/SEAF	SEMA, IEPA, SETEC, RURAP, Secretaria de Agricultura	Construção de propostas de ações na gestão
SEMA	IBAMA	Gestão
	Instituições que compõem o Conselho Gestor	Análise de toda e qualquer ação, atividade que será desenvolvida dentro do parque. Fiscalização das ações realizadas
FUNAI	IBAMA, SEMA, ACT, C.I, Governo do Estado do Amapá.	Realização de Pesquisas e Projetos de Manejo Ambiental
IESA	IBAMA	Gestão
	Poderes Públicos Estaduais e Municipais e UNIFAP	Participação no Conselho Consultivo
UNIFAP	Instituições que compõem o Conselho	Representação da sociedade que atende.
CI-Brasil	IBAMA	Gestão

A maioria dos atores institucionais entrevistados reconhece o IBAMA como o principal gestor do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. As Organizações Não-Governamentais são citadas por alguns atores como responsáveis por captação e aporte financeiro, além de assistência técnica. Segundo a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP):

“Cada instituição destas deve trazer os interesses da parcela da sociedade que atende, bem como, no caso dos órgãos públicos, a competência que lhes é inerente e colocar à disposição da gestão do Parque”.

O representante da Missão do Parque Nacional Amazônico da Guiana entende a relação com o IBAMA como diplomática entre os dois países.

“Diplomática. Entre os ministros, há uma cooperação diplomática”
(MEDS)

A relação entre os atores institucionais ligados à gestão do parque é mencionada pela maioria dos interlocutores entrevistados como positiva e potencial para trabalhos em parceria, o que favorece um clima positivo para gestão do parque. Assim a partir do questionamento de como cada instituição poderia participar mais ativamente na gestão do parque, alguns pontos foram mencionados, como por exemplo, o “apoio ao parque” de acordo com a competência de cada instituição:

“Olha, a nossa relação ela é muito amigável, ela é mesmo de apoio e parceria que se dá de forma em que se encaixa no perfil de cada instituição e no que pode colaborar” (SEDE)

Alguns atores institucionais propõem também a sua participação mais ativa na gestão, a partir da elaboração do Plano de Manejo, sendo este entendido como norteador para o delineamento de estratégias e parcerias futuras.

“Nós trabalhamos de forma correta, sempre que há interesse por parte do Governo Federal de que haja alguma interferência do Estado, alguma participação do Estado, nós participamos. Não vemos, neste momento, a necessidade de termos um diretor do Estado junto com o diretor do PNMT, trabalhando. Depois que nós tivermos um Plano de Manejo elaborado, onde nós vamos saber qual são as atividades que podem ser desenvolvidas e aonde elas poderão ser desenvolvidas, aí acho que agente deve estreitar mais essa relação, Estado, União, Município, Sociedade Civil, para que possamos realmente formar uma equipe que possa compartilhar não só as coisas boas, como as coisas ruins” (SEMA)

Cada interlocutor da pesquisa faz nesse sentido, uma auto-análise para identificar em que melhor poderia contribuir para a gestão do parque.

“Poderia ajudar em algumas áreas, desde inventários biológicos, até políticas públicas, Turismo e negócios ambientais. Para que haja qualquer tipo de colaboração nesse sentido, tem que ficar muito claro por parte do

IBAMA se e como ele quer, gostaria de ter este tipo de parceria” (CI-Brasil)

“Acredito que com a segunda fase do projeto de Ecoturismo (PROECOTUR), que vai ser assinado a partir de agosto, encerra a primeira fase, nós vamos agora começar a segunda fase do projeto e vai entrar a questão de infra-estrutura, então, nós vamos precisar de verba e essa verba tem pra ser usada, principalmente na questão da conservação de pássaros, você precisa de mirantes, você precisa de melhor infra-estrutura até para o turista se deslocar, a questão do porto fluvial acessível ao turista de meia idade que não tenha aquela questão de descer em barrancos, subir ladeiras enormes, sabe, principalmente na assinatura da segunda fase do PROECOTUR vai ser importante pra gente por que a gente vai ter verba pra infra-estrutura pro parque” (SETUR)

O potencial para a atuação futura, mencionado por alguns atores entrevistados, se refere a um maior esforço para o envolvimento das populações locais no processo.

“agora, começando a fazer oficina, como vai ser o manejo do Parque, onde nós vamos, quais são os profissionais que nós vamos atingir primeiro, vamos chamar os professores, desse entorno, todo mundo, vamos chamar os políticos, vereadores, os sindicatos, as entidades, os religiosos, os jovens, mulheres, vamos fazer esse tipo de oficina e trabalho. Que na verdade, nós temos que primeiro preparar esse pessoal, nós não vamos ajudar a gerenciar uma coisa sem esse pessoal ter esse conhecimento. Acho que nesse momento, a ajuda que a gente pode estar dando, participando da gestão e ajudando a fazer esse trabalho, para ter uma gestão melhor no futuro”(prefeitura de serra do Navio)

“Como nós somos uma rede, o que nós vamos estar fortalecendo cada vez mais é os nossos sindicatos em cada município, em especial no entorno do Parque. Ou seja, de Laranjal ao Oiapoque” (FETAGRI)

“promovendo discussões constantes sobre o tema e envolvendo a sociedade de forma a apresentar propostas mais consistentes e com respaldo social” (UNIFAP)

A preocupação dos atores institucionais da pesquisa parece sintonizada com as importantes demandas do SNUC e do PNAP, já que a participação social na gestão

de parques nacionais está prevista nos principais documentos que regulamentam e orientam a implantação de áreas protegidas. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Art. 5º, epígrafe III: este deve ser “regido por diretrizes que assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Da mesma forma o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) tem em seus princípios e diretrizes a: “promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno das áreas protegidas”

A gestão participativa ou gestão ambiental participativa é entendida como o “gerenciamento de todas as atividades humanas que tenham significativo impacto sobre o meio ambiente” (Cabral *et al*, 2000). Segundo este mesmo autor não é tarefa pacífica a gestão ambiental participativa, pois incita discussões e conflitos, a partir do momento em que ela se defronta com o desafio crucial de integrar os diversos interesses e inserir a dimensão ambiental em processos decisórios privados e nas políticas de governo. No caso específico da gestão de Unidades de Conservação, o funcionamento efetivo de um sistema de gestão deve ser o resultado de um processo de negociação conduzido pelo Conselho Gestor.

Desta forma, é importante que haja uma negociação permanente entre os diferentes atores envolvidos na gestão do parque. Alguns atores reconhecem ter ainda a sua participação limitada na gestão, em função do modelo de administração do parque.

“Dentro do que se propõe a administração do parque, dentro das liberdades que ela tem dado, que é pequena na gestão do parque, pros parceiros ou mesmo pros membros do Conselho Consultivo, a gente tem participado de maneira ativa. Não enxergamos hoje como participar de maneira mais efetiva dentro do modelo que foi construído de gestão do parque” (INCRA)

No discurso de alguns atores institucionais, parece não haver conhecimento pleno sobre a Portaria de criação do Conselho Gestor, assim como suas funções conforme estabelecido no SNUC.

“Fazendo parte... que o IBAMA fizesse uma portaria conjunta a onde técnicos de diversas instituições, é, pudessem participar de reuniões permanentes, fosse uma vez por mês ou a cada dois meses a onde levassem

em consideração experiências de técnicos de outras instituições...não existe legalmente um comprometimento através de uma portaria ou alguma coisa assim que fale “a responsabilidade é sua, a reunião é tal dia, esteje presente, a pauta da discussão da reunião vai ser essa, essa e essa, alguma idéia que você tiver pra levar com relação a alguns assuntos que tá na pauta, teje preparado e tal” (FUNAI)

O apoio à fiscalização e a difusão do parque são mencionados por alguns atores institucionais como importantes para a gestão do parque, no futuro.

“o IBAMA pode fazer mais fiscalização, junto com o Wanjpi. E levar mais pessoas para conhecer o Parque, dizer onde não pode entrar, isso nós pode fazer” (APINA)

“Mais ativamente na gestão do Parque...acho que nós poderíamos fazer mais patrulhas de fiscalização, nós poderíamos aumentar o efetivo nosso lá em Vila Brasil, pra ter mais do que um Pelotão. Seria interessante criar mais um Pelotão de fronteira, particularmente, no ri Jarí. O rio Jarí é uma área que é muito difícil, então, seria interessante que mais a montante do rio tivesse um pelotão de fronteira pra que junto Vila Brasil e mais um pelotão de fronteira que existe e se nós tivéssemos condição... com pista de pouso, de fazer evacuações, fiscalizações, tudo partindo desse dois pontos de apoio. Isso aí é um sonho, né, mais a conclusão da BR 210, seria aquele projeto inicial da perimetral norte. Se a perimetral norte chegasse até aí, então aí ia ficar muito mais fácil pra gente. Então, eu acho que, essas seriam as duas inclusões e aumento da nossa fiscalização, uma forma de ajudar na gestão do Parque” (Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

No relato do representante da Associação dos Povos Indígenas Wajapis (APINA), é mencionada também a possibilidade de fiscalização conjunta com o IBAMA, pois esta população indígena tem a preocupação em manter os locais sagrados conservados. Durante as conversas informais, realizadas durante a pesquisa de campo, foi possível também perceber que o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque é considerado pelos Wajapis como um “cinturão” de proteção para a aldeia.

Essa percepção parece ter um valor simbólico importante que poderá ser potencializado em futuras alianças, entre a administração do parque e as lideranças indígenas regionais.

4.3 PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE

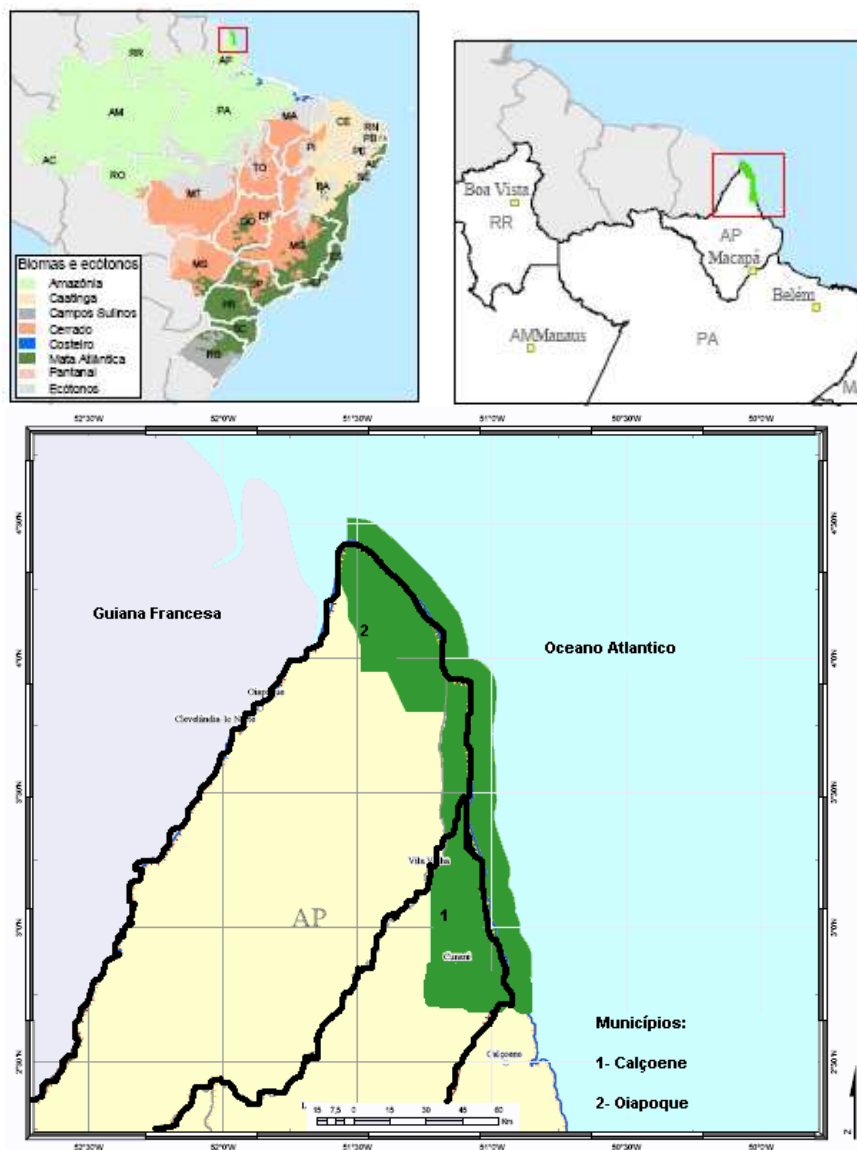
O Parque Nacional do Cabo Orange localiza-se no extremo Norte do Estado do Amapá, ao longo da fronteira internacional do Brasil com a Guiana Francesa. Abrange parte dos municípios de Calçoene e Oiapoque, no Estado do Amapá (Figura 3). O parque protege uma grande extensão de mangue (uma faixa marítima a 10 Km de largura da costa) e ecossistemas terrestres.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
FEDERAIS DO BRASIL

Parque Nacional do Cabo Orange



- Localização no Brasil -



Fonte (IBAMA, 2006).

Figura 3 – Localização do Parque Nacional do Cabo Orange

Os dados a seguir foram obtidos a partir do Relatório Parcial Técnico-Científico – Área Pesca, Diagnóstico visando a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Cabo Orange – 2005.

Atualmente, o Parque Nacional do Cabo Orange encontra-se com 90% de sua área preservada. Dois fatores determinam os seus elevados estados de preservação: a distância até os principais centros populacionais do estado e a dificuldade de acesso.

O parque possui situação fundiária quase totalmente equacionada, sendo 92% de sua área regularizada. No entanto, dois grupos populacionais estão situados no interior do parque: Taperebá, no Município de Oiapoque, dentro dos limites do Parque Nacional do Cabo Orange, na margem esquerda do Rio Cassiporé, na parte central do parque, (onde está instalada a sede do IBAMA), e Cunani, também localizada dentro dos limites do parque, no município de Calçoene, na margem esquerda do Rio Cunani, na extremidade sul do Parque.

A partir da Comunidade de Taperebá, subindo o rio Cassiporé, também na margem esquerda do município de Oiapoque, encontra-se a comunidade Vila Velha do Cassiporé, já no entorno do parque.

Alguns dos problemas fundiários da região estão relacionados à demarcação dos limites, que foram descritos no Decreto nº 84.913, de 15 de julho de 1980 que cria o Parque Nacional do Cabo Orange, pois existe uma sobreposição com a Terra Indígena Uaçá, (Projeção UTM - zona 22 – Datum SAD-69)⁷⁴.

Os limites norte e oeste do Parque Nacional do Cabo Orange foram baseados na primeira definição dos limites da Terra Indígena Uaçá, e posteriormente com a mudança dos limites da Terra Indígena, ocorreu uma pequena sobreposição de áreas. Esta sobreposição não acarreta conflitos, sendo uma proposta do IBAMA e FUNAI, a solução negociada para resolver este problema. O parque faz fronteira com o Parc Naturel Régionaux de Guyane, em território francês.

⁷⁴ Informações obtidos a partir do Relatório Parcial Técnico-Científico – Área Pesca, Diagnóstico visando a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Cabo Orange – 2005.

4.3.1 Contexto e Histórico de Criação

O Parque Nacional do Cabo Orange foi criado através de decreto nº 84.913, publicado no Diário Oficial no dia 15 de julho de 1980, com 619.000 há (seiscentos e dezenove mil hectares) e uma extensa faixa litorânea que chega a 200 km e ainda ocupa mais 10 km mar adentro (Anexo 5). Antes da criação do parque já existia uma reserva indígena que o limitava, o que favoreceu a sua proteção.⁷⁵

O parque está situado num ponto estratégico da América do Sul, que tem um histórico de muitas disputas. Esta região esteve sob domínio de espanhóis, ingleses, franceses, portugueses e holandeses. Somente no século XIX, numa corte internacional na Suíça, ficou estabelecido o limite de fronteira do Brasil⁷⁶. Os dados sobre o processo de criação não estão disponíveis para consulta.

4.3.2 Caracterização

As informações sobre os aspectos físicos e bióticos do o Parque Nacional do Cabo Orange estão ainda dispersos e foram obtidos nas mesmas fontes utilizadas para o PN Montanhas de Tumucumaque^{77/78}.

No Estado do Amapá, o parque abrange terras dos Municípios de Calçoene e Oiapoque. O difícil acesso é feito a partir de Macapá, através da BR-156 até o Rio Caciporé, por 450km. Neste trecho, o percurso é feito de barco até a Comunidade de Tapereba, já dentro do parque.

O parque está localizado no extremo norte do litoral do Amapá. Tem como limites a Guiana Francesa, ao norte; as Terras Indígenas Uaçá e Juminã e, num pequeno trecho, o assentamento de Vila Velha, a oeste, e o Oceano Atlântico, a leste

⁷⁵ Dados obtidos em <http://www.amapa.net/informacoes> (Acesso em 12/03/2006)

⁷⁶ A primeira denominação deste acidente geográfico foi cabo de São Vicente, nome atribuído pelo navegador espanhol Vicente Pinzón, durante uma expedição em janeiro de 1500. Mais tarde, o nome foi mudado para cabo Cecil e ainda para cabo de la Corda. Sendo que em 1625, o batavo Johannes de Laet, em homenagem à casa Real Holandesa, denominou-o de Cabo Orange, como até hoje é conhecido. Desde 1815, quando a Holanda se transformou em um Reino, o título de “Príncipe de Orange”, ficou reservado ao filho mais velho do chefe do Estado. Atualmente, este título cabe ao herdeiro do trono, Sua Alteza Real, o Príncipe Wille-Alexander. (Informações obtidos a partir do Relatório Parcial Técnico-Científico – Área Pesca, Diagnóstico visando a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Cabo Orange – 2005.)

⁷⁷ Dados obtidos em <http://www.mma.gov.br> (Acesso em 12/03/2006)

⁷⁸ Dados obtidos em <http://www.Ibama.gov.br/> (Acesso em 12/03/2006)

O parque está totalmente inserido no Setor Atlântico da Planície Costeira do Estado do Amapá, no litoral norte brasileiro. Pertence à unidade de relevo Planície Fluvio-Marinha Macapá-Oiapoque, que se constitui de áreas planas, na faixa de terrenos quaternários, formados por sedimentos argilosos, siltosos e arenosos de origem mista, fluvial e marinha⁷⁹. Por ser composta por áreas úmidas e alagadas, esta unidade de conservação enquadra-se dentro do Programa Mundial de Conservação de Áreas Úmidas (Ramsar)⁸⁰.

Nos municípios de Calçoene e Oiapoque encontram-se jazidas de ouro, manganês, cromo, estanho, e tântalo.

A vegetação predominante no Parque Nacional do Cabo Orange é de manguezais e campos periodicamente inundáveis. O parque protege uma grande extensão de manguezais⁸¹ (uma faixa marítima a 10 Km de largura da costa) e ecossistemas terrestres.

Os manguezais ocupam a região costeira da foz do Jarí até a foz do Araguari, a partir da foz do Amazonas, ocupando 370 quilômetros de estuário amazônico. Da foz do Araguari até a foz do Cabo Orange, há mais 430 quilômetros de litoral atlântico. Desses 430 quilômetros de litoral atlântico, apenas 100 quilômetros não são cobertos por manguezais (Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, 2005).

Já os campos da planície do Amapá têm a cobertura vegetal abundante de gramíneas ciperáceas⁸². A fauna apresenta-se bastante rica e diversificada, ocorrendo várias espécies de répteis, mamíferos e aves, que merece destaque por ser o litoral amapaense o último reduto de várias espécies encontradas em todo o litoral brasileiro⁸³.

Nos igarapés do Genipapo e Valentim, afluente do rio Cassiporé, o domínio é de floresta de várzea.⁸⁴ A pesca industrial no litoral amapaense é também bastante rica^{85/86}.

⁷⁹ O Cabo Orange é conhecido nacionalmente como ponto extremo marítimo do território Brasileiro.

⁸⁰ Promulgada pelo Decreto N° 1.905 de 16 de maio de 1996, a convenção sobre Zonas Úmidas de importância internacional ficou conhecida como Convenção de Ramsar, de 02 de fevereiro de 1971 e se caracteriza principalmente por abranger áreas úmidas e alagadas. (Informação obtida a partir do Encarte 1 do Plano de Manejo do Parque Nacional do Cabo Orange (informação cedida pelo chefe do parque).

⁸¹ As espécies mais significativas do manguezal são a siriúba (*Avicenia nitida*), o mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*) e o mangue-amarelo (*Laguncularia sp.*).

⁸² São encontrados os buritis (*Mauritha flexuosa*), mururés (*Eichornia sp.*), canaranas (*Echinoa sp.*) e o capim-arroz.

⁸³ Entre elas o guará (*Eudocimus ruber*) e o flamingo (*Phoenicopterus ruber*).

⁸⁴ Composta por anani (*Symphonia globulifera*), mututi (*Pterocarpus santalinoides*), taperebá (*Spondias mombin*), assacu (*Hura creptans*), açai (*Euterpe oleracea*).

Apresentando uma flora bastante rica e diversificada, o parque se destaca por agregar espécies pouco conhecidas e exóticas, o que reforça ainda mais a necessidade de sua preservação.

As informações sobre o contexto sócio econômico local, apresentadas a seguir, foram levantadas, principalmente, no site amapa.net e encontram-se sistematizados em Morais (2000).

Com relação ao acesso, o parque pode ser alcançado pela foz do rio Oiapoque, a partir da cidade de Oiapoque, ou ao norte e a leste pelo Oceano Atlântico. Ao sul, o Parque encosta-se à Terra Indígena do Uaçá, que abriga índios aculturados de três etnias – Palikur, Galibi e Karipuna.

O Parque Nacional do Cabo Orange é dividido pelo rio Cassiporé em dois segmentos que abrigam, em suas margens, Cunani e Taperebá. Não existem dados em relação ao número de pessoas que vivem no interior do Parque⁸⁷.

A região entre o rio Oiapoque e o rio Cassiporé, ainda é muito pouco explorada e segundo os responsáveis pelo parque, é possível que pela grande diversidade destas florestas, algumas espécies ainda sejam desconhecidas e não tenham registros científicos.⁸⁸

Os habitantes da Comunidade de Taperebá, estão isolados pela complicada geografia local e vivem de pequenas roças de banana e mandioca, além da pesca de tucunarés e piranhas. Os ovos de tracajá, uma tartaruga amazônica que prolifera na região, têm um alto valor nutritivo e complementam a alimentação das populações locais.

A casa de apoio ao parque localiza-se na Comunidade de Taperebá e serve também como base para pescadores e suas embarcações que vêm em grande parte, do norte do Pará e também do próprio Amapá e passam a noite nas casas da comunidade.

Atualmente há uma grande preocupação para que estas comunidades possam desenvolver projetos sustentáveis, em parceria com o IBAMA, apoiados por algumas ONG's, para que o parque seja preservado e não sofra com a ação destes

⁸⁵ As espécies de maior ocorrência nas capturas da pesca industrial são o camarão rosa (*Penaeus subtilis*), o camarão branco (*Penaeus schmitti*), camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), gurijuba (*Arius parkeri*), bagre (*Arius sp*), uritinga (*Arius proops*), pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), cação (*Carcharhinus sp*) e camurim (*Centropomus sp*)

⁸⁶ Informações obtidos a partir do Relatório Parcial Técnico-Científico – Área Pesca, Diagnóstico visando a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Cabo Orange – 2005.

⁸⁷ Comunicação pessoal de Gustavo Mendes de Melo.

⁸⁸ Dados obtidos em <http://www.amapa.net/informacoes> (Acesso em 12/03/2006)

moradores. Em algumas áreas, dezenas de búfalos são facilmente avistadas pastando na área do parque. Pequenas roças que só tendem a crescer também contribuem para esta degradação⁸⁹.

Os principais aspectos socioeconômicos e culturais dos municípios abrangidos pelo parque (Calçoene e Oiapoque) estão descritos no Apêndice F, de forma sucinta, por município⁹⁰.

4.3.3 Interpretação Institucional sobre a gestão

O Conselho Gestor do parque foi criado em 09 de março de 2006, pela Portaria N° 21⁹¹ (Anexo 6), e este atualmente passa por um processo de capacitação para poder atuar na gestão na Unidade, envolvendo 12 instituições governamentais e 17 instituições não-governamentais, totalizando 29 Instituições.

As principais ações gerenciais da equipe gestora do parque atualmente, visam proteger e consolidar a unidade de conservação. Após o termino dos estudos e elaboração do Plano de Manejo previsto para 2007, o parque disporá de um instrumento para nortear as ações de manejo e gestão. A principal dificuldade da equipe do IBAMA local se deve ao reduzido quadro de pessoal e às dificuldades financeiras enfrentadas pelo órgão.⁹²

Para a elaboração do Plano de Manejo, sob responsabilidade da equipe do IBAMA e algumas instituições envolvidas (IEPA e UNIFAP), estas participaram de duas etapas de treinamento, uma na cidade de Serra do Navio e a outra em Macapá⁹³. O desenvolvimento deste trabalho está resumido no Apêndice G⁹⁴.

⁸⁹ Informações obtidos a partir do Relatório Parcial Técnico-Científico – Área Pesca, Diagnóstico visando a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Cabo Orange – 2005.

⁹⁰ Dados obtidos em <http://www.amapanet> (Acesso em 13/03/2006)

⁹¹ Diário Oficial da União Seção 1, N°48 de 10 de março de 2006.

⁹² Informação obtida no relatório Final Parque Nacional do Cabo Orange -Termo de Referência N°001/2005.

⁹³ A coordenadora do curso, Margarene Maria Lima Beserra, apoiada pelo funcionário Roberto Antonelli Filho, desenvolveram a metodologia (AER) e planejaram as etapas em cada unidade de conservação do Estado do Amapá, visando que todas as unidades do Estado implantassem o seu Plano de Manejo. A coordenadora da DIREC designada para acompanhar a elaboração do Plano de Manejo no Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) foi a servidora do IBAMA Denise Arantes de Carvalho sendo acompanhada na etapa final pela servidora do IBAMA Rosa Lia Gondim de Castro. Devido à dificuldade na liberação dos recursos pelo IBAMA, o Núcleo de Unidades de Conservação (NUC/IBAMA/AP) e o PNCO buscaram apoio na ONG Fundo Mundial para a Natureza (WWF) que ofereceu apoio financeiro para iniciar a elaboração do Plano de Manejo. Após a elaboração de um projeto de cooperação entre as instituições envolvidas, houve liberação dos recursos necessários ao início do trabalho no referido PARNA. Após as fases iniciais, houve também a liberação dos recursos do projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), o que deu maior agilidade aos trabalhos.

Para interpretar o processo de gestão do PN do Cabo Orange sob a ótica institucional, a seguir são discutidos os resultados da pesquisa com relação aos dois principais temas investigados: Interpretação de patrimônio natural e papel atribuído para a gestão.

- **Significado do parque**

O principal significado do Parque Nacional do Cabo Orange, reconhecido pelos atores institucionais, se refere à sua importância para a preservação de patrimônio natural.

“Tem um papel importante na preservação ambiental, na fauna e na flora”
(APIO)

“Preservação do meio ambiente como (ecossistemas, flora, fauna e pesca)”
(Polícia Federal)

“preservação da cobertura vegetal, recursos hídricos, flora, fauna. Patrimônio que não é só do Amapá, é do Brasil” (IEPA)

“Forma consistente de preservação, importância muito significativa por ser um grande berçário, criadouro de espécies oceânicas” (SEMA)

Além da fauna e da flora, alguns interlocutores citam a manutenção das populações humanas locais, como um dos objetivos de criação do parque⁹⁵.

“como um bom vizinho. Por que, por que é uma área de preservação, né, preservação natural e, certamente, as pessoas que moram ali dentro, são pessoas antigas, né, que já estavam lá antes de criarem o Parque” (FUNAI)

“Espaço de preservação ambiental, das pessoas, dos índios. Meio ambiente cuidado” (RURAP)

Alguns outros aspectos são também considerados na interpretação de significado do Parque Nacional do Cabo Orange.

⁹⁴ Todas as informações a seguir fazem parte do Encarte 1 do Plano de Manejo (em elaboração) do Parque Nacional do Cabo Orange.

⁹⁵ Como para o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, o termo preservação é usado como sinônimo de conservação.

“**Desafio** para transformar o parque em uma entidade com uma boa imagem perante a sociedade” (IBAMA/PNCO)

“**Parceria** no sentido do cuidado da área de entorno, onde tem assentados” (INCRA)

“orgulho por ser bastante cobiçada por estudiosos de flora e fauna de todo o mundo. De extrema importância para o **desenvolvimento** daquela região” (SETEC)

“**Desenvolvimento econômico** por estar na parte litorânea” (SEDE)

A idéia de desafio está associada à transformação da imagem do parque, devido ao fato de que, apesar deste ter sido criado há 26 anos, não foi ainda efetivamente implantado. Além disso, o parque tem uma história problemática com relação a tensões entre as populações e administrações anteriores.⁹⁶

Nas associações de palavras-chave vinculadas ao parque, preservação de biodiversidade e turismo, são as principais menções.

Preservação de biodiversidade é o principal significado dessa associação. Mas a temática da pesca vem frequentemente associada nos discursos, diferentemente do que ocorre no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque⁹⁷.

“Preservação e Biodiversidade” (INCRA)

“é uma área sob a questão da biodiversidade riquíssima” (DNPM)

“Preservação, fauna e dentro da fauna a pesca” (Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

“É a própria preservação, né. É uma grande fonte de riqueza no setor pesqueiro” (SEAP)

Com relação ao turismo, alguns depoimentos ilustram o reconhecimento de sua potencialidade para a região.

“potencial turístico, né, riquíssimo” (DNPM)

⁹⁶ Informação relatada por analistas do IBAMA em conversa informal.

⁹⁷ O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque está sob ação da fronteira com atividades de garimpo e o Parque Nacional do Cabo Orange sob ação da pesca externa exploratória.

“aspecto turístico de lá e, no caso da Secretaria, um projeto que a gente possa fazer viável pro Parque” (SETUR)

Na percepção dos atores institucionais vinculados à gestão do parque, o turismo parece assim emergir como potencialidade futura, como afirma Irving (2006): *“numa nova perspectiva de integração regional com base na valorização de patrimônio natural e cultural, e como mecanismo possível de construção de cidadania global”*

Quando examinada a valoração (importância do parque) para a gestão da biodiversidade regional, alguns pontos importantes foram destacados pelos entrevistados da pesquisa, como a elevada diversidade biológica ainda desconhecida, a existência de espécies em processo de extinção, a presença das espécies endêmicas e, o parque como símbolo da relação natureza e cultura na Amazônia.

“É um foco de resguardo da biodiversidade” (DNPM)

“A grande quantidade de plantas e animais que se tem e que não conhecemos. Podemos ter espécies que pensa-se que está extinta e que ainda pode existir lá ou espécies que podem estar entrando em extinção e que lá podem ser conservadas. É uma riqueza muito grande” (SETUR)

“Como em toda Amazônia, nós não conhecemos praticamente nada do potencial da biodiversidade, dos recursos hídricos e minerais nessa área, os parques são muito importantes” (SETEC)

“É manter as espécies existentes, pois lá tem espécies de animais e vegetais que já são consideradas em extinção em outros locais” (SEDE)

“A importância para proteção da biodiversidade e para comunidades tradicionais que estão no entorno é muito grande, porque a relação natureza e cultura são muito fortes na Amazônia” (IBAMA-AP)

A relevância da faixa costeira na região amazônica é também mencionada nos depoimentos:

“Em função do mosaico que ele é, tem alta diversidade e essa conexão entre o setor costeiro e o setor continental, que só existe no PNCO, é muito importante”.(IEPA)

“Ele é fundamental porque a diversidade lá é muito grande, tem vários tipos de pescado (cada período do ano se pesca um tipo de peixe diferente) e tem camarão” (SEAP)

“É importante por ser um parque litorâneo, possui poucas espécies vegetais, mas conformações pioneiras pelos mangues. Outra característica importante é o ponto de vista da conservação da biodiversidade, pois existem espécies endêmicas, espécies que só se reproduzem ali” (SEMA)

Vale ressaltar que o Parque Nacional do Cabo Orange está totalmente inserido no setor atlântico da planície costeira⁹⁸ do Estado do Amapá, no litoral norte Brasileiro.⁹⁹

O fato do parque abranger a maior extensão de manguezais da Costa Brasileira, em bom estado de preservação e ter uma grande importância para a pesca, é também mencionado por vários interlocutores entrevistados.

“Os últimos resquícios de mangues totalmente íntegros estão nessa região. O parque permite recuperar os mangues que estão sofrendo ação humana e erosão natural e desenvolver pesquisas em uma área que quase não tem informações” (IBAMA/PNCO)

“Considerando ser um local próximo da Bacia Amazônica dentro de uma floresta equatorial e defronte com o Oceano Atlântico, em uma área onde existe muito mangue (complexo biológico muito sensível), é muito importante para biodiversidade” (Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

A questão da preservação do parque para gerações futuras é um outro ponto associado à sua importância:

⁹⁸ Segundo Silveira (1998), a planície costeira está inserida na bacia sedimentar da foz do rio Amazonas, representada pela plataforma do Amapá.

⁹⁹ Informação obtida no relatório Final Parque Nacional do Cabo Orange -Termo de Referência N° 001/2005.

“a preservação é **importante para garantir o futuro das espécies para os nossos filhos e netos**, para que eles possam usufruir dessas belezas naturais”(FUNAI)

“É muito expressiva, muito rica por ter uma ligação com o oceano. O parque vai dar oportunidade **para gerações futuras** de ter um banco fantástico de material genético para estudos. O parque pode ser uma área de estudo de biodiversidade, de genética e **quem sabe render algum fruto para o Amapá ou compensação para população a curto prazo**” (ADAP/SEAF)

Com relação às populações que habitam no interior e no entorno do parque, estas são reconhecidas como de origens distintas. Algumas têm sua condição tradicional reafirmada, mas são reconhecidos na área, desde assentamentos de agricultores, como grupos indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

“Existem dois assentamentos, existe as áreas indígenas que ficam no entorno do parque e deve-se levar em consideração essas pessoas do entorno e de dentro do parque. Vila Velha está ali há anos, deveria levar em consideração algum trabalho, alguma política de assistência, já que estão em uma área limitada. Antes eles trabalhavam para tirar seu sustento, faziam suas roças, suas criações e hoje já não podem” (RURAP)

“Cunani é uma população tradicional, são quilombolas, entendeu, se a gente for vê tem muito tempo e é difícil. É o tipo da situação que você não tem como tirar....” (IEPA)

“Vila Velha, Tapereba, fora as aldeias indígenas” (DNPM)

“são comunidades mais tradicionais que ali estão presentes até hoje” (SETEC)

“A comunidade tradicional que já vive a centenas de anos de forma sustentável nessa área, tem uma consciência muito grande em relação a conservação” (SETUR)

“São populações com números reduzidos, tradicionais que convivem harmoniosamente com a natureza, sem depredar. Alguns ribeirinhos que vivem há mais de 30 anos sem nenhum indício de depredação, de danoso para natureza” (ADAP/SEAF)

Em relação às populações indígenas que estão no entorno do parque, estas não são reconhecidas pelos interlocutores da pesquisa como problemas para a gestão em relação a sobreposição de áreas.

“Quanto ao entorno, as comunidades indígenas não tem problemas, pois tem pouco acesso, devido a campos alagados de difícil acesso. As populações indígenas não dão problemas para o parque” (FUNAI)

No entanto, é importante ressaltar que há uma discordância com relação a demarcação entre as Terras Indígena Uaçá e o parque, envolvendo o lago Maruani, o qual é utilizado pela população que vive dentro do parque para a obtenção de água para as atividades diárias¹⁰⁰.

Com relação à pesca, à criação de búfalos e à exploração de recursos naturais renováveis na área do parque são mencionados diversos conflitos e tensões.

“lá um problema sério é pesca.... acho que isso aí tem que ser resolvido por que senão fica assim meio contraditório, né, você querer preservar, você ter toda uma história, ter um Plano de Manejo, tem toda uma ação pra desenvolver aquela área e de repente tem uma atividade que é contramão disso tudo” (IEPA)

“por ser uma região de pesca, são pessoas que moram há séculos e precisam de tratamento especial. É complicado dizer para uma população secular: “Olha, daqui você não pode extrair nada, você não pode fazer nada”. Tem que olhar o lado social” (SEMA)

“Essa população aí é a que mais sofre com conflitos, pois sempre há fiscalização do IBAMA, da SEMA. Eles vivem na incerteza de como vai ser o amanhã, não tem uma perspectiva de vida, pois não podem viver do extrativismo, não podem fazer queimadas, não podem derrubar, não podem caçar. O que dá sustentação? O pescado, vivem basicamente da pesca, o que causa todo o transtorno”(SEAP)

“existem os especuladores que, por exemplo, tão criando gado lá, né, e a gente sabe que se a pessoa minar lá de búfalo, a gente vai ter prejuízo, né, já foi comprovado isso” (INCRA)

¹⁰⁰ Comunicação pessoal de Gustavo Melo (2007).

“É complicado, né, você lidar com esse povo pra preservar sem danificar a estrutura física do Parque, ou seja, a pesca, da madeira, né, o geral do Parque” (Polícia Federal)

“Existe um transtorno em relação ao parque, pois às vezes eles querem fazer algo e são proibido por ser área de conservação”(FUNAI)

Assim, os conflitos para a gestão são mapeados e descritos na ótica institucional.

“A população do entorno ela sempre entra em qualquer negociação, é, com o pé atrás. Ela nunca teve uma visão clara do por que o Parque está ali e, a própria presença do IBAMA ainda é incipientes, pequena, e as propostas que já foram feitas não foram cumpridas, mesmos os projetos e estudos que foram elaborados, não foram dados nenhuma continuidade” (IBAMA/PNCO)

“A preocupação daqueles que moram dentro e fora é pra onde vão levar? O que vão fazer dessas pessoas? Dessas famílias? Haja visto que terem uma vida toda dentro daquela área” (Prefeitura de Oiapoque - Secretaria Municipal de Meio Ambiente)

A questão fundiária é outro ponto que tende a causar insegurança nessas populações, o que é ilustrado em alguns depoimentos:

“Populações de dentro eu diria que precisa se resolver a questão fundiária para que se tenha realmente uma resposta... não se adianta se ter iludido por que eles não vão ter que sair, por que hoje a legislação diz que eles vão ter que ser retirado, que no caso é somente uma comunidade” (IBAMA/PNCO)

“acho complicado pela questão fundiária. Como ele foi criado, a forma como ele foi criado causou alguns problemas que até hoje, é, já deveriam ter sido resolvidas, né, que é a questão fundiária, dizer quem tá dentro, quem tem título, se indeniza e tira, né” (IEPA)

“nós estamos, em fase de regularização fundiária, de duas fazendas no entorno do Parque, que já estavam lá, é, antes de da criação daquele parque. Um processo já foi finalizado, está submetido à Brasília e o outro, infelizmente o proprietário que reivindica como titular legal daquela área

não conseguiu, é, comprovar a documentação, mas esse processo está em tramitação no IBAMA” (IBAMA-AP)

Esta questão é vista com preocupação especialmente pelo IBAMA-AP, pelo fato de existir uma comunidade remanescente de quilombola no interior do parque pleiteando a dissociação de suas terras do Parque Nacional do Cabo Orange, o que poderá levar, no futuro, à redução dos limites da Unidade de Conservação, com possíveis conseqüências políticas.

“uma comunidade remanescente de quilombo, tem uma discussão com o IBAMA, é, para que uma pequena porção da região sul do parque nacional, é, seja desencorporada do patrimônio do parque nacional e passe a incorporar o patrimônio dessa comunidade quilombola, nós concordamos com esse pleito. É claro que isso carece de uma série de procedimentos e redução de unidades de conservação nós sabemos que depende de lei específica, portanto, a ser aprovada pelo Congresso Nacional. Então, vai ser uma discussão complexa, por que nós tememos que algum movimento oportunista possa surgir é em função desse desmembramento, dessa pequena área, é, de repente é uma temeridade que nós temos, algum movimento político no sentido de reduzir muito mais a área do parque ou então pedir até a extinção daquela unidade” (IBAMA-AP)

A questão de sobreposição de Unidades de Conservação com terras quilombolas, é prevista no Decreto Nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), no Eixo Temático “Capacidade Institucional”, no qual são previstas ações relacionadas ao desenvolvimento e ao fortalecimento da capacidade institucional para gestão do SNUC e para conservação e uso sustentável da biodiversidade nas Terras Indígenas e nas terras quilombolas. O Plano prevê, como estratégia para solucionar os conflitos decorrentes desta sobreposição, a participação efetiva dos representantes das comunidades quilombolas nas reuniões dos Conselhos e a definição de critérios, em conjunto com os órgãos competentes e segmentos sociais envolvidos, para a identificação das áreas de sobreposição das unidades de conservação com terras quilombolas, para que seja possível a proposta de soluções para os conflitos decorrentes desta sobreposição.

Algumas reflexões sobre estas populações partem dos atores institucionais entrevistados, em termos de possibilidades futuras:

“é uma função também do Estado, do IBAMA e da direção do Parque de... de adequar, então, propiciar atividades econômicas que favoreçam ao Parque, que favoreçam a permanência desse pessoal lá, que não prejudique o Parque, uma vez estando assim, eles serão os principais vigias nos Parques, os índios, a população que tá ali e, a população do entorno da mesma forma, ela vai saber que qualquer coisa que eles façam aí naquele rio que tá na frente da casa dela, vai lá pra dentro do Parque e pode causar um grande prejuízo, né”

“não se deve raciocinar com o Parque como sendo uma área completamente estéril economicamente. Deve se verificar dentro do Parque atividades econômicas que não influencie no Parque, devidamente controladas, que possam dar um respaldo a essa população, pra que essa população trabalhe em prol do Parque” (Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

“é uma área cultural, são quilombolas, entendeu, ela pode servir também como um bom trabalho já que o Parque ele pode trabalhar essa questão do ecoturismo, diferente de outras Unidades que são restritas a questão de uso” (IEPA)

“Então, hoje quando se pensa em abrir ao turismo e outras atividades que possam ajudar essas comunidades, tem um enorme potencial, são pessoas que conhecem a área, mais do que ninguém, que serão futuros guias, futuros, é... futuros guardas florestais ou o que a gente precisa realmente, dali que você tira conhecimento e pessoas capacitadas pra atuar na área” (IBAMA/PNCO)

A participação efetiva das comunidades locais como parceiras da gestão do parque é mencionada como solução para a preservação da diversidade biológica e cultural.

“a gente tem que não tratar esse pessoal como um estranho ou como alguém que vai prejudicar o Parque, não, eu acho que eles são ferramentas importantes, talvez mais importantes pra que o Parque se preserve” (Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

“agora que a gente parte pra consolidação e eles estão participando um pouco mais, mas a gente espera que essa participação seja mais ativa no futuro” (IBAMA/PNCO)

- **O Processo de Criação do parque**

Os depoimentos sobre o processo de criação do parque reafirmam a percepção de que o processo ocorreu de forma autoritária e sem consulta pública.

“O processo de criação foi de cima pra baixo.... a dificuldade maior da criação foi um processo que não foi realmente de diálogo com a comunidade e isso aí realmente criou obstáculos futuros, né, com a sociedade e as comunidades dos dois municípios, né, de Calçoene e Oiapoque” (IBAMA/PNCO)

“Veio de cima para baixo. As comunidades não foram consultadas e isso causa problemas até hoje.... Os moradores querem fazer alguma coisa e são impedidos pelo IBAMA. Criou-se um transtorno em comunidades que existem a mais de 80 anos com toda uma situação cultural, tradicional, de costumes” (FUNAI)

“Como todas as áreas de proteção aqui na Amazônia, principalmente no Estado do Amapá, foram impostas” (DNPM)

“no projeto RADAM, folha NB22, esse Parque já era proposto, não só ele como o próprio Tumucumaque, na década de... acho que de 70 se eu não estou enganado. E foi uma coisa como era feito antigamente, né, de cima pra baixo, foi Brasília que chegou e determinou, tanto é que algumas... algumas... como é que se diz?... algumas localidades, né, vilas, estão dentro da Unidade, não tiveram essa preocupação em fazer um estudo antes, não teve essa preocupação com as questões é... acho que questão até fundiária, né” (IEPA)

“o processo de criação do Parque, é, dentro do que a gente já vivenciou aqui, ele não foi feito, é, com o acompanhamento entre pescadores.... como foi criado agora o Parque do Tumucumaque, só chegaram e disseram olha aqui vai ser preservado, é uma área de preservação e pronto. Não teve aquele estudo com quem realmente precisa, né, da questão de sobrevivência da área, quem tá lá dentro.... nós temos assim dificuldade muito grande, por que, é, a nossa frota pesqueira aqui ela é basicamente de barcos pequenos, de quatro a cinco toneladas, e esses barcos precisam pescar em alto mar e tá na beira ao mesmo tempo, por que eles não suportam muita maresia, muita pancada, né” (SEAP)

A limitada divulgação da proposta do parque, na época, para a população do Amapá, parece ter configurado um neomito¹⁰¹.

“Ouvia falar quando eu estudava.... pensei que fosse assim uma, digamos assim um, uma área onde não existia ninguém, existia só aquela área, né, de... preservada, onde ali onde só vivia animais, né, e algumas espécies vegetais, né.... quando eu vim trabalhar vi que tinha pessoas morando, né, e vivendo onde tirava ali seus alimentos pra saciar a sua alimentação e também, é, o sustento da sua família, né.(RURAP)

Por ser uma época em que a questão ambiental não era tão presente na mídia, os atores institucionais atribuem quatro motivações para a criação do Parque Nacional do Cabo Orange: Perspectiva Geoestratégica, Reserva presente e futura de biodiversidade, ações depredatórias na região e possibilidade de desenvolvimento regional.

A perspectiva geoestratégica tem como foco a questão da fronteira, e a garantia de soberania nacional em território amazônico:

“apesar de representar assim um... ser um pouco negativo o fato dele ter sido criado e **demorar pra ele funcionar efetivamente**, eu vejo também por um outro lado, eu acho positivo em ter sido criado a tanto tempo atrás, que era uma mentalidade antiga, onde não se cultuava tanto a preservação.... naquela época já se viu a necessidade de preservar essa área.... vejo o Parque Nacional do Cabo Orange como, dentre os Parques, um dos mais importantes por causa disso, por que muito antes de toda essa pressão, da mídia e tal já se decidiu que aqui teria que ter um Parque. Então, eu acho positivo o fato do Parque ter sido criado a muito tempo, né..... um exemplo de Parque, principalmente na área de fronteira da Amazônia” (Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

“a questão de preservar o território nacional, né. Que aqui fica bem ao extremo, né. Faz fronteira aqui com as Guiana. Então, eu acredito que foi mais de, de uma, de uma guarda assim, preservar o espaço, o espaço brasileiro, né” (RURAP)

¹⁰¹ Neomito - a visão das camadas médias urbanas sobre as áreas naturais protegidas como um “paraíso terrestre”, um espaço isolado de natureza “intocada”, formando um conjunto de representações sobre a natureza que mistura o pensamento racional com o mítico (Diegues, 2001).

“a questão da fronteira, eu creio que foi isso. Na época que foi criado o Parque eles se preocuparam até com a ocupação irregular, né, de outro país, pela proximidade geográfica e tal” (INCRA)

“por estar numa área de fronteira e num extremo isolado do Brasil.” (SETEC)

“uma área de fronteira muito grande que poderia ser preservada e principalmente pelo nascedouro de grandes rios como é a questão do Araguari, tem do Amapari, que nascem... o Oiapoque, o Jarí, são quatro rios enormes que nascem nas terras das Montanhas do Tumucumaque” (SETUR)

“o regime militar, um regime de exceção, um regime autoritário, foi quando nós tivemos vários instrumentos jurídicos de proteção do patrimônio ambiental brasileiro, né. Tivemos aí o Código Florestal, várias legislações importantes nesse período, e a criação do Parque, ela ocorreu ainda durante o processo da ditadura militar, num período de transição.... devemos observar aquele velho conflito existente sobre a Amazônia de que se tratava de um grande vazio demográfico, né, e que os militares precisavam tomar medidas pra proteger e assegurar a soberania nacional” (IBAMA-AP)

“muito mais assim por ser área litorânea, fronteira litorânea e de fronteira também com a Guiana Francesa, tá, eu vejo que ele se criou até mesmo pra ter um embate assim, tipo assim de frear as ações antrópicas que estavam acontecendo na área..... elas (**as ações antrópicas – grifo nosso**) estão acontecendo de todos os lados, assentamentos, até mesmo pelas tradições indígenas, né, e pelos fluxos marítimos que vem pelo litoral” (SEDE)

“tiveram uma visão, né, de futuro, não foi dado importância, na época, mas ao longo dos tempos, se preocupou muito acho que com a parte da fronteira, né, de preservar a parte norte do país na fronteira.... hoje a preocupação dos ambientalistas tá mais concentrada lá.... sinto que é um patrimônio nosso” (INCRA)

O segundo motivo atribuído pelos atores institucionais entrevistados para a criação do parque, se relaciona a uma visão de reserva presente e futura, em relação à preservação da biodiversidade amazônica:

“a preocupação de garantir um espaço de preservação aí, pra futuro.”
(ADAP)

“o que levou foi a maneira, né, de preservar o meio ambiente. Na verdade ele... O parque na verdade, se a gente não preservar ele o quanto antes futuramente não vai existir essa beleza que tem. No caso, é nascente de reprodução de várias espécies de animais tanto aquáticas, mamíferos, dentre outros, né” (APIO)

“Conferência de Estocolmo, né, em 1972, entende, o mundo começou a despertar pra importância de nós termos áreas preservadas, principalmente nas regiões tropicais, né. A Europa tinha sido devastada por duas guerras, o crescimento econômico e o desenvolvimento foi feito a custo muito alto para o meio ambiente, tanto nos países do Leste Europeu como nos países da Europa Ocidental, então isso foi muito traumático para eles lá, então todo o mundo começou a despertar para as dificuldades que nós enfrentaríamos caso nós não preservássemos áreas grandes e importantes localizadas em vários locais do mundo nós teríamos sérias dificuldades. Eu acho que naquele momento o Brasil começou a despertar pra isso e começou a criar os Parques” (SEMA)

Na visão de alguns interlocutores, as ações predatórias sobre a biodiversidade regional observadas na época são mencionadas como terceiro motivo para a criação do parque:

“pra mitigar as ações antrópicas, né, pra que não prejudicassem e levassem a continuidade da fragmentação da paisagem, né, e também manter a biodiversidade existente na área” (SEDE)

“para evitar a pesca predatória, de barcos que vem de fora” (SEAP)

O fato de o parque ser constituído por uma extensa faixa de manguezais e sua possibilidade como fator para o desenvolvimento da região, são mencionados como a quarta motivação para a sua criação:

“os manguezais que são um dos maiores e mais bonitos, né, e as áreas de campo que são ainda bem preservadas” (IEPA)

“A proteção dos manguezais, dos campos inundados, principalmente os manguezais... maior área contínua, contígua de manguezais do país... tem uma importância ecológica e econômica enorme na utilização dos recursos, não só pesqueiros como mesmo aí da fauna em geral, né, aí da própria

habitat do mangue que é vegetação, desses ecossistemas tanto os campos inundados e como os mangues” (IBAMA/PNCO)

- **Função do parque**

A preservação dos recursos naturais renováveis para o futuro, representa um dos principais temas associados à função reconhecida do parque pela pesquisa.

“É, preservar a fonte mesmo, a fonte de vida. A função do Parque é garantir a fonte de vida da sobrevivência humana” (APINA)

“É manter, né, aquela área toda como uma reserva, um patrimônio da humanidade, pros nossos ta-ta-ra-tá, ta-ta-ra-tás netos” (SETUR)

“a função do Parque, acho que é a de preservar o meio ambiente” (APIO)

“É a preservação da natureza, exclusivamente” (Polícia Federal)

“a função principal é a preservação do meio ambiente, né... aqui no nosso Estado, existe uma grande quantidade de rios, lagos, igarapés” (RURAP)

“A função dele é permanecer resguardando todo um... podemos dizer assim, todo um segmento que existe dentro deste Parque. Os animais, entendeu, a própria mata, né, e as espécies” (Prefeitura de Oiapoque - Secretaria Municipal de Meio Ambiente)

Segundo a interpretação dos atores institucionais, o parque tem o objetivo previsto pelo SNUC, que é a preservação de ecossistemas naturais. Mas é interessante notar, que alguns atores institucionais, vêem a necessidade de um olhar da gestão direcionado às populações locais, pois a preservação cultural é também reconhecida como função do parque.

“A função dele é manter tudo que está lá, né, e desenvolver as comunidades tradicionais na parte do entorno” (INCRA)

“é a preservação da flora e da fauna..... Mas, outra coisa muito importante é a questão histórica, cultural que é os sítios arqueológicos. Uma área muito rica, onde se tem excelentes áreas de sítios arqueológicos, ele acaba é incluindo várias coisas, não só a diversidade biológica, mas a diversidade cultural” (IEPA)

“pra preservar mais esse celeiro de sedimentos que são jogados no rio Amazonas e transforma a costa do Amapá numa região mais piscosa do Brasil e, também pra preservar todo um contexto cultural existente, principalmente indígena naquela área que é um sistema frágil” (DNPM)

O parque é também associado à função de desenvolvimento de pesquisas.

“ eu vejo também que essas unidades elas podem servir de base pra desenvolvimento de pesquisa” (IBAMA-AP)

“eu acho que é dar oportunidade pra ter bancos de estudos, né, áreas ricas em pesquisa, quem sabe descoberta de fontes importantes de conhecimento pra todos nós, apreensão de conhecimento pra geração de riqueza, né.(SEAP/ADAP)

A preocupação com a preservação da natureza visando o futuro e a preocupação com as populações locais parece evidenciar que na perspectiva dos atores institucionais envolvidos na gestão do Parque Nacional do Cabo Orange, os aspectos sócioambientais devem também compor as estratégias de conservação de biodiversidade e, portanto de, gestão desta área protegida.

- **Papel reconhecido em relação à gestão do Parque**

O papel para a gestão é interpretado de diferentes formas pelos atores institucionais considerados na pesquisa. Os atores federais, com atribuição direta na gestão como a Chefia do Parque Nacional do Cabo Orange e o IBAMA-AP reconhecem este papel, com o apoio do Conselho Gestor.

“o IBAMA ele tem um papel essencial, é claro, nessa gestão e o Parque Nacional do Cabo Orange” (IBAMA/PNCO)

““a Superintendência é a gestora maior da unidade, né. Acima as Superintendência está o IBAMA Brasília. Então, o nosso papel é de coordenação, de administração, né, de identificação junto com a equipe gestora de planejamento estratégico, né, de fornecer, é, recursos materiais e humanos que possam dar capacidade técnica instalada pro gerenciamento da unidade de conservação” (IBAMA-AP)

Alguns atores institucionais reconhecem o seu papel na gestão participativa, através do Conselho Gestor do parque.

“a gente participa das discussões, né, no caso das ações que estão sendo executadas como esta reunião que está acontecendo agora (**Reunião do Conselho Gestor, grifo nosso**), né”(APIO)

“a gente tá trabalhando no Plano de Manejo, a questão da pesquisa, do levantamento. Mas, eu acho que no momento que a gente montar o Plano de Manejo, né, participar efetivamente do Conselho, a gente pode sugerir alternativas, né” (IEPA)

Outros atores institucionais entrevistados reconhecem o seu papel indireto através do apoio às diversas atividades desenvolvidas no processo. A fiscalização é mencionada por alguns destes interlocutores vinculados a instituições com esta missão direta.

“quando a gente tá fazendo algum trabalho de fiscalização a gente também ajuda a conscientizar que ali é uma área de conservação, de preservação, as pessoas não invadirem, não... acho que isso é o nosso papel também” (FUNAI)

“monitorar as atividades dentro do Parque, tentar controlar a exploração e manter o equilíbrio dos recursos ambiental” (DNPM)

“Segurança, mesmo do Parque, basicamente somos nós que fazemos, né, através de monitoramento, policiamento e in locu mesmo, combatendo diretamente o mesmo tráfico de animais, de flora, fauna e a pesca. É o combate propriamente dito” (Polícia Federal)

“são dois papéis, né, um é de conhecer todo o território nosso de atuação e a segundo é de ter um controle sobre uma relação entre duas nações, uma vez que nós somos responsáveis pela fronteira aqui nessa área.... pra que não se fira a soberania, pra que se tenha um certo controle da fronteira” (Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque).

O papel na capacitação das populações do interior e entorno, também é reconhecido por alguns interlocutores:

“o RURAP hoje ele pode fazer esse papel, né, tem pessoas que são capacitadas pra fazer algum treinamento, dá curso, né, nessa área aí de preservação, enfim, fazer um treinamento, capacitar o agricultor” (RURAP)

“Na realidade, é, como tem algumas pequenas comunidades ligada ao Parque, todos os nossos trabalhos tá se voltado também pra vê como é que a gente levanta alguma luz do ponto de vista de dizer que eles também tem alternativas, de capacitá-los e temos que buscar alternativas junto com eles” (ADAP/SEAF)

Observa-se que, em alguns relatos, o apoio ao desenvolvimento de pesquisas, é também papel reconhecido de alguns entrevistados, como alternativas possíveis e capazes de assegurar o sustento das populações locais.

“O nosso papel é fortalecer o desenvolvimento de estudos e pesquisa nessas regiões para que eles tenham o maior conhecimento de toda a biodiversidade e as riquezas que existem nessas áreas e como nós podemos continuar preservando e também aproveitando, é, através dos estudos e pesquisas, é, produtos originários das fontes naturais dessas regiões” (SETEC)

“o IEPA não é só um Instituto de Pesquisa, ele tem algumas outras áreas como o Centro de Plantas Mediciniais e Produtos Naturais, né, que trabalha com espécies oleaginosas e tudo mais e a gente ainda tem uma Incubadora de Empresas que poder ser uma forma de... de repente de levar uma tecnologia pra essas comunidades, pra extração de andiroba, qualidade de mel” (IEPA)

O papel no estabelecimento de parcerias para a construção de alternativas para as populações locais, são mencionadas por alguns interlocutores da pesquisa:

“Com o projeto de assentamento a gente tenta viabilizar alguns benefícios no Parque, pra área de entorno e, com isso, chega ao Parque, né, as comunidades do Parque” (INCRA)

O nosso papel da Prefeitura em relação ao Parque é cooperar, é está ombreado a este trabalho que é de grande envergadura para o nosso país. Então, a Prefeitura ela está unida de mãos dadas fazendo uma parceria para que seja consolidada tudo aquilo que é necessário ao bem-estar da nossa

população do entorno” (Prefeitura de Oiapoque - Secretaria Municipal de Meio Ambiente)

Nesse sentido, Freitas (2006), afirma que: o desenvolvimento de atividades pode agregar benefícios para as comunidades do entorno e para a economia local, proporcionando um incremento na renda das populações que são, na maioria das vezes, desprovidas de uma devida atenção do poder público.

O quadro abaixo foi elaborado para comparar o papel reconhecido e as atividades desenvolvidas por cada ator institucional considerado na pesquisa.

Quadro 6 – Papel reconhecido e as atividades desenvolvidas em relação à gestão do Parque Nacional do Cabo Orange por cada ator institucional.

Instituição	Papel Reconhecido	Atividades-chave
IBAMA/PNCO	Atuação na Gestão	1. Elaborar do Plano de Manejo; 2. Monitorar a regularização fundiária
IBAMA-AP		1. Realizar Plano de Proteção e Monitoramento; 2. Estabelecer Projeto de Cooperação Bilateral entre Brasil e França; 3. Realizar Inventários Biológicos; 4. Elaborar o Plano de Manejo.
APIO	Apoio ao parque	1. Participar das reuniões do Conselho Consultivo; 2. Participar das oficinas.
AGM		1. Participar nas atividades como guia.
FUNAI		1. Participar através de troca de informações junto à equipe do IBAMA
Polícia Federal		1. Combater a pesca predatória dentro do parque; 2. Combater a extração de madeira dentro do parque.
RURAP		1. Trabalhar a extensão rural, acompanhando o processo de produção dos alimentos, desde o cultivo, ao manuseio do solo corretamente.
Ministério da Defesa Exército - Comando de Fronteira do Oiapoque		1. Participar no Conselho, nas decisões do PNCO; 2. Apoio a operações de patrulhamento e de reconhecimento de áreas do parque; 3. Promover logística e segurança (mediante convênios e solicitações do IBAMA); 4. Realizar reconhecimento da região
IEPA		1. Realizar pesquisa (levantamentos); 2. Auxiliar nas questões de melhoria da qualidade de vida das comunidades
DNPM		1. Monitorar as atividades minerais dentro do parque
SETEC		Não tem nenhuma ação direta
SEDE		1. Realizar pesquisa científica; 2. Realizar estudos em Ciência e Tecnologia; 3. Trabalhar o turismo
ADAP/SEAF		Não tem nenhuma ação específica.
Prefeitura de Oiapoque (SEMMA)		Parcerias em atividades
INCRA	1. Participar das reuniões	
SEMA	1. Fiscalizar o parque; 2. Monitorar; 3. Realizar Educação Ambiental	

Com relação à atuação na gestão, os atores institucionais que citam como atividades-chave a participação no Conselho Gestor e/ou na elaboração do Plano de Manejo, são os atores ligados de forma direta à Gestão do parque. A Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque (APIO) é a única instituição da Sociedade Civil que menciona sua participação no Conselho Gestor como atividade-chave:

“Agente participa na verdade, no caso assim das reuniões”(APIO)

Com relação ao apoio ao parque, este é reconhecido de várias formas, como por exemplo, fiscalização, capacitação das populações do entorno, desenvolvimento de pesquisas, apoio em infra-estrutura ou apoio logístico.

“É ajudar no sentido da **fiscalização**. Orientar. E, ela então trabalha dentro deste sentido. Então, fiscalizando, orientando, entendeu, a cada um”(Prefeitura de Oiapoque - Secretaria Municipal de Meio Ambiente)

“o RURAP ele trabalha, como eu te falei, ele trabalha na parte de extensão rural... a **gente ensina ao manuseio do solo corretamente... um ensinamento, uma técnica diferenciada do colono aqui fora**, né, que já estão em áreas limitadas para o cultivo, né, também não pode desmatar uma grande área” (RURAP)

“num primeiro instante **seria a parte da pesquisa**, levantamento e depois auxiliar nessas questões de melhoria pra qualidade de vida das comunidades e também eu acho que auxiliar o... continuar ajudando o órgão gestor, no caso o IBAMA” (IEPA)

“nós apoiamos algumas operações, algumas atividades de patrulhamento e de reconhecimento das equipes do IBAMA dentro da área do Parque, né, **logística**” (Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

A participação na gestão do parque é mencionada, por alguns atores institucionais, através de sua participação no Conselho Gestor.

“A APIO atua sim. Na participação, no caso, das discussões das reuniões, ela tem uma participação assim... muito é... nem uma reunião ela ainda não faltou ainda né. Ela tá sempre aqui.”(APIO)

“ nós participamos com uma cadeira dentro do Conselho, né, a gente presta opiniões e dá informações, apoio, até mesmo apoio físico, né, com aparelho, com, é, no caso, helicópteros, embarcações, motores de polpa, veículos, essas coisas todas, e, principalmente material humano” (Polícia Federal de Oiapoque)

“ então é mais como Conselheiro. Essa é a nossa participação” (RURAP)

A maioria dos atores entrevistados reconhece não atuar diretamente na gestão do parque, embora participe do Conselho Gestor. Para estes, a gestão é interpretada como função direta do IBAMA.

“Não. Não atuamos” (SETEC)

“na realidade nós não atuamos.... É diretamente com o IBAMA isso”
(ADAP/SEAF)

“Não. Não. No momento não atuamos” (SEAP)

“Não, nós fazemos parte do Conselho Gestor do Parque.... Embora nós não tenhamos nenhuma ingerência direta, mas nós estamos sempre em parceria, realizando atividades com interesses comuns.”(SEMA)

“Não. No momento não atua não” (FUNAI)

Mais uma vez, não parece claro para estes atores institucionais o papel do Conselho Gestor, talvez por este ser ainda recente e não estar suficientemente internalizado por seus membros como espaço de participação para a gestão¹⁰².

Outro ponto que aparece no discurso dos interlocutores institucionais se refere ao apoio ao parque pelas instituições que representam as comunidades locais (indígenas e assentamentos) do interior ou do entorno do parque. Segundo alguns, este apoio simboliza a sintonia de interesses entre as instituições e a possibilidade de troca de conhecimentos.

“É contribuir na execução de todo o trabalho aqui que é possível, de toda a contribuição, se um dia é, eles precisarem, o IBAMA precisar do nosso apoio, quer seja material ou equipamento ou então material humano mesmo, então nós vamos estarmos lá pra contribuir com eles, pra ajudar, pra participar lá dentro, pois é onde nós conhecemos, onde a gente... a gente mora na aldeia, a gente sabe todo, é, assim, andar no mato, ir atrás de buscar algum material que for preciso, andar no barco de noite, então, a gente tem todo esse conhecimento, então, é essa a importância da participação, do envolvimento da Instituição com o Parque” (AGM)

¹⁰² É interessante notar que os atores institucionais relacionados ao Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque citam a participação no Conselho como a primeira responsabilidade, e o apoio ao parque aparece como segunda responsabilidade. Em relação ao Parque Nacional do Cabo Orange, o apoio ao parque é a responsabilidade que a maioria se atribui.

“cada macaco no seu galho, mas não custa nada também a gente dá a nossa participação, na medida que a equipe nos solicitar, nos pedir um apoio e assim como a FUNAI também junto as comunidades vizinhas que dê um apoio deles, mas eu penso assim basta a gente tá bem sintonizado, as duas Instituições, né” (FUNAI)

“A gente mantém o compromisso com eles. É muitas coisas que a gente tá tentando melhorar dentro da área de assentamento, a gente conversa muito com o gestor do Parque. Então, por isso que eu digo, a gente tem um compromisso com eles, né, pra melhorar o trabalho das instituições dentro do Parque” (INCRA)

É interessante notar que as instituições com funções diretamente vinculadas às atividades de fiscalização não mencionam a fiscalização propriamente dita, mas a participação no Conselho Gestor como compromisso em relação ao parque.

“Nós temos uma cadeira cativa lá, né, no Conselho e nós participamos dessas reuniões e damos também nossos conselhos” (Polícia Federal de Oiapoque)

“ A responsabilidade prevista em Diário Oficial da União é de participar como membro do Conselho do Parque, né” (Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

A maioria dos entrevistados menciona uma relação de parceria com os demais atores institucionais, especificamente as Associações indígenas e a Funai, pela proximidade entre as Reservas Indígenas e o parque.

“É, muito boa. Muito boa por que, é, assim que foi implantado no município a instituição IBAMA, então buscaram logo as organizações indígenas por que o Parque ele é, ele é ligado, ele é ligado às terras indígenas. Então, nós temos uma relação assim de participação, é, muito restrito neste sentido. Então, a nossa, o nosso relacionamento é muito boa. Quando eles precisam de uma informação, eles vêm com a FUNAI, vem com as organizações e, a mesma coisa, quando nós também precisamos de alguma informação, dentro da terra indígena aí sempre tem essa relação muito assim, legal mesmo” (AGM)

“É, a avaliação é que a gente tá sempre em sintonia, né. Em sintonia, um procurando é, apoio do outro, às vezes tem certa dificuldade, é, no caso, como terra indígena faz uma divisa, né, no entorno aí com o Parque, às vezes, a gente tem algum problema, no caso do Lago Maruani., então lá foi bastante invadido, aí as vezes a equipe do IBAMA vem até a gente, pra gente vê alguma maneira da gente coibir essas invasões, e, também assim, a FUNAI, nós vamos até eles pra ver como é que a gente... até mesmo apoio institucional por parte de equipamentos, eles cedem pra gente e nós cedemos pra eles, é um ajudando o outro” (FUNAI)

A relação positiva em parcerias para a troca de conhecimentos e experiências e apoio mútuo, é também mencionada.

“É excelente e bem próxima, bem próxima, bem próxima mesmo. O presidente do Parque, é o seu Marcos, é uma pessoa muito boa, tem lutado bastante por esse Parque, ele é uma pessoa que luta bastante por ele e nós mantemos um relacionamento muito bom com ele, de excelente... acima de excelente se tiver” (Polícia Federal de Oiapoque)

“A relação nossa aqui é... até agora tem sido boa, uma relação boa mesmo, né, não tem... a gente tem assim uma amizade, uma união com o pessoal que trabalha aí no Parque, que gerencia o Parque,né. Então, até agora a gente tem uma relação muito boa” (RURAP)

“Olha, nós procuramos ter uma relação com todos os chefes de forma transversal. Então, não existe, por exemplo, burocracia para os chefes das unidades chegarem até o Gabinete, discutirem qualquer assunto com o Gabinete da Superintendência. Nós temos inclusive um Conselho Gestor, instaurado na Superintendência que participam todos os tomadores da... todos os tomadores de decisão, inclusive os chefes das unidades de conservação e vez por outra o tema das unidades de conservação é submetido a esse Conselho Gesto..., eu considero que é uma relação boa. Não sei a visão deles, mas da parte do Gabinete, a gente procura fazer com que essa relação seja transparente, respeitosa, com muito dialogo, procurando realmente solucionar os problemas que surgem dentro dessas unidades”(IBAMA-AP)

Os representantes do Ministério da Defesa mencionam a segurança da equipe do IBAMA como uma questão a ser considerada para a gestão, por esta trabalhar em uma área, que, por muito tempo, permaneceu sem a presença do Governo Federal. A

confiança entre as instituições é também relatada de forma a favorecer um clima de apoio mútuo.

“ é muito boa, muito boa, a... até pelas dificuldades estruturais que nós temos aqui na nossa região, no nosso município, o... IBAMA acabou é... tendo um relacionamento muito próximo com o Exército, uma vez que também pelo grande tempo, é, sem presença do IBAMA aqui contínua no Parque, quando o IBAMA começou a chegar mais vezes, pra começar a efetivar o Parque de maneira mais intensa, houve alguns choques, então, isso causou um certo problema com relação a segurança dos funcionários do IBAMA e isso fez com que eles viessem... alguns deles moram aqui dentro da área do quartel, então, é um relacionamento muito bom em todos os sentidos...o que eu quero dizer que o principal dessa relação, uma vez que eu já tive oportunidade de servir em outras regiões da Amazônia, com outros Parques e atuar junto com o IBAMA em outros locais, ela aqui tem um diferencial, ela se baseia, principalmente, na confiança, então, aqui não há dúvidas da... não... qualquer problemas em termos de confiança entre a gerência do IBAMA e a gerência do Comando do exército aqui na área, né, coisa que em alguns locais, tendo em vista algumas pressões econômicas fica um pouco mais difícil” (Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

O Plano de Manejo, em fase de elaboração¹⁰³, é mencionado como um dos pontos possíveis de parceria, por alguns interlocutores.

“Boa, a gente tem... o Marcos tem trabalhado em conjunto com a gente, tem dado o apoio, né, se não fosse, digamos assim, os recursos, né, que tão sendo liberados através da WWF, né, que foi uma das Instituições que começou a ajudar a iniciar o Plano de Manejo e o Projeto ARPA, né, eu acho que é... foi um bom início, né, eu acho que tem algumas coisas a serem feitas, eu acho que isso aí, eu acho que a própria discussão ao longo de todo o Plano de Manejo, a gente vai participar em outras etapas, né... eu acho que é uma parceria que tá funcionando por que a gente tá conseguindo trabalhar com todas essas Instituições envolvidas, né. Então, eu acho que isso aí, só isso pra um Estado eu acho que é muito positivo, é muito bom. E, em especial o IBAMA, por que ele tá a frente, digamos assim, ele que tá na coordenação central é dele, então eu acho que isso é muito bom” (IEPA)

¹⁰³ Estão sendo realizadas expedições para levantamento de flora e fauna.

Com relação aos principais conflitos com a administração do parque, alguns atores não identificam claramente conflitos nesta relação.

“Até o momento não teve nenhum tipo de conflitos, né, na verdade, até o presente momento não ouvi falar ainda, né” (APIO)

“Não temos conflitos com ele”(Polícia Federal de Oiapoque)

“Até agora nós não tivemos conflitos” (RURAP)

Assim como para o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, as principais tensões identificadas para a gestão estão relacionadas não diretamente com a administração do parque, mas com as pressões recorrentes sobre o parque.

Destacaram-se três pontos de tensões e dificuldades envolvendo a gestão do Parque Nacional do Cabo Orange: a pesca, problemas de infra-estrutura e questão fundiária.

A questão da pesca no Parque Nacional do Cabo Orange parece ser a maior tensão para a gestão, segundo alguns atores institucionais entrevistados.

“Principal é o conflito de pesca, depois viria o garimpo no entorno e por último, é a utilização indevida dos recursos do Parque de fauna, parte de caça, que é pequeno mais é preocupante, é, por que os mecanismos de controle são frágeis nessa área” (IBAMA/PNCO)

“É existem realmente conflitos externos, né, a partir da pressão, por exemplo, exercida por pescadores sobre essa unidade....e nós temos que, por exemplo, procurar auxílio de outras instituições, Exército, Polícia Federal, pra cumprir a nossa missão institucional” (IBAMA-AP)

“O principal é..., por exemplo, agora a pouco eu recebi um telefonema do município de Oiapoque pra gente intervir, né, junto ou a IBAMA ou a administração do Parque, né, que a gente não tem o contato e a gente fica numa situação muito difícil, por que a Secretaria ela não pode... ao mesmo tempo que nós recebemos o interesse do pescador, nós temos que receber o interesse do órgão que é onde tá a lei e você dizer que tem uma lei, tem que ser obedecida e a gente não pode tomar partido e ser radical na decisão, a gente tem que sempre fazer a paz entre um e outro” (SEAP)

A pesca no Norte do Brasil é realizada por uma frota artesanal ou de pequena escala e por frota industrial.¹⁰⁴ No Parque Nacional do Cabo Orange, a atividade mais comum é a pesca artesanal, com uso de rede de espera, tarrafa, anzol e espinhel. A pescaria semi-industrial e industrial é realizada clandestinamente, por barcos vindos de outras localidades e atinge a área do entorno e do parque¹⁰⁵

As dificuldades para a gestão relacionadas à infra-estrutura estão associadas a problemas administrativos institucionais e a logística local.

“Conflitos a gente não tem, a gente tem algumas **dificuldades estruturais**, na própria estrutura do Estado, que em algumas operações, alguns apoios que nós poderíamos eventualmente dar, eles acabam não ocorrendo, tendo em vista a necessidade de uma solicitação com uma grande antecedência, guardar a aprovação, etc. Então, se for feito um convênio mais amplo, em termos da atuação operacional do Exército, em apoio ao IBAMA, isso aí resolveria esses pequenos problemas. Mas, conflitos não ocorrem, tudo é resolvido no bom tempo”(Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

“Conflitos? Olha o... nosso, nosso com o Parque não temos conflitos, né,. A gente não tem por que a gente tá planejando... tudo que a gente planejou, dos que tentou executar, a gente conseguiu executar...É óbvio que a gente tem alguns problemas, mas é **de infra-estrutura**. Mas, eu tenho uma visão em relação a isso que é a questão que, pra fazer pesquisa no Estado do Amapá, ela é muito complicada, ela é muito cara, a logística é muito difícil, a gente tem passado por dificuldades, não é só com o IBAMA, com nós mesmos. Então, esse conflitos, se tem, né, se ele existe é mais em função da questão da estrutura”(IEPA)

A questão fundiária é também fonte de tensão conforme mencionada pela FUNAI e o INCRA. Segundo estes atores institucionais, a maioria destas tensões está associada às Terras Indígenas e assentamentos.

“Olha, nós temos, eu não diria um conflito, tem uma situação que a gente tem até que rever junto a Brasília, né, que agora é a Instituição maior, com relação **a demarcação do Parque e da terra indígena Uaçá**. A equipe do

¹⁰⁴ Informações obtidos a partir do Relatório Parcial Técnico-Científico – Área Pesca, Diagnóstico visando a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Cabo Orange – 2005.

¹⁰⁵ Informação obtida no relatório Final Parque Nacional do Cabo Orange -Termo de Referência Nº 001/2005.

Parque, né, fala que em determinada área dentro da terra indígena pertence ao Parque do Cabo Orange, né, e a gente acha que não. Na nossa visão, no nosso documento, não, o Lago Maruani ele tá dentro da terra indígena, entendeu. Mas, essa é uma discussão que a gente tem que ver junto ao setor lá em cima que delimitaram isso aí e a gente tem que ver qual é o documento que está certo, né. Se é o decreto do IBAMA, se é o da FUNAI” (FUNAI)

“eles tentam, é, pedir apoio pra gente, aqui da Instituição, com **relação a projetos que eles têm de manejo das pessoas que tão lá com áreas da União** por o INCRA ser o gestor das áreas da União, aí eles tentam a forma da gente manejar as pessoas pras nossas áreas. Então, por isso que eu digo, a gente tem um compromisso com um único objetivo, né, de garantir o funcionamento do Parque, de vê o Parque funcionando muitíssimo bem” (INCRA)

Existe a questão da superposição da área do Parque Nacional do Cabo Orange com a Terra Indígena Uaçá. Os limites norte e oeste do parque foram baseados na primeira definição dos limites da Terra Indígena Uaçá. Devido à mudança dos limites da Terra Indígena no segundo Decreto¹⁰⁶, ocorreu sobreposição de partes das de áreas. Por este motivo, ocorre uma ação conjunta do IBAMA, FUNAI e INCRA para se definir esses limites o que possibilita a implementação de um plano de desenvolvimento sustentável para a área do entorno. O INCRA e o IBAMA estão em negociação para definir um reassentamento dos pequenos proprietários que estão na área do parque ao longo do rio Cassiporé.¹⁰⁷

O quadro 7 a seguir sistematiza ilustra as parcerias propostas pelos atores institucionais entrevistados.

¹⁰⁶ A mudança dos limites da Terra Indígena Uaçá ocorreu devido ao processo de regularização fundiária, homologada pelo Decreto 298 (Diário Oficial da União 30.10.91).

¹⁰⁷ Informação obtida no relatório Final Parque Nacional do Cabo Orange -Termo de Referência Nº 001/2005.

Quadro 7 – Instituições parceiras e responsabilidade atribuída para a gestão do Parque Nacional do Cabo Orange.

Ator Institucional	Instituição citada	Responsabilidade Atribuída para a gestão
IBAMA/PNCO	IEPA, UNIFAP, Museu Goeldi	Realização de pesquisa
	Polícia Federal, Exército, Batalhão Ambiental, Grupo Militar do Estado	Proteção do parque
IBAMA-AP	Instituições Federais: DNPM, Exército, Polícia Federal, Ministério Público Federal, UNIFAP, INPA, UFPA, Emílio Goeldi. Instituições Estaduais: SEMA, IEPA, Secretaria de Agricultura do Estado (tem uma importância bastante grande), Secretarias Extraordinárias dos Povos Indígenas. Instituições Municipais: Prefeituras dos 6 municípios que o parque abrange, Secretarias Municipais de Meio Ambiente destes municípios. ONG's: WWF, C.I, IESA, Povos Indígenas no entorno do Tumucumaque e em Oiapoque. Comunidades de Agricultores, Ministério de Meio Ambiente da França.	Participação no Conselho
AGM	IBAMA	Gestão
FUNAI	Instituições que compõem o Conselho	Participação na Gestão
APIO	Associação Comercial de Oiapoque, Colônia de Pescadores Z-9 de Calçoene, Colônia de Pescadores Z-3 de Oiapoque, Associação de Mulheres do Município de Oiapoque, FUNAI, Associação Pegadas de Oiapoque, Associação dos Feirantes Autônomos de Taperebá e de Carnot, UNIFAP, IESA, IEPA, SEMA	Participação nas ações através do Conselho.
Polícia Federal de Oiapoque	IBAMA, Exército Associação dos Taxistas de Oiapoque, Associação dos Agricultores do Caciporé, Polícia Ambiental FUNAI, INCRA, Associação de pescadores Z-3 e Z-9.	Participação no Conselho
RURAP	INCRA, FUNAI, APIO, AGM, Prefeituras, SEMA, ONG Pegadas do Oiapoque.	Não soube responder
Prefeitura de Oiapoque - SEMMA	Associações, Sindicatos, Pescadores, Agricultores, Associação de Idosos	Participação no Conselho
Ministério da Defesa Exército - Comando de Fronteira do Oiapoque	Governo Federal: IBAMA, Exército, FUNAI Governo Estadual: Polícia e a Secretária do Estado do Amapá. Governo Municipal: Prefeitura. Associações da área: Povos indígenas e os representantes das comunidades que vivem no interior do parque.	Participação no Conselho
INCRA	ONG's, SEMA, INCRA, Polícia Federal, SEICOM (Secretaria de Indústria e Comércio)	Preservação e manutenção do parque.
IEPA	IBAMA, WWF, IESA	Administração
DNPM	UNIFAP, Museu Goeldi, IBAMA (SEMAV –	Realização de Pesquisa
	Conselho Gestor e Batalhão Ambiental	Participação no Conselho Gestor e Elaboração do Plano de Manejo.

SETEC	SEMA, Batalhão Ambiental que é uma unidade segmentada da Polícia Militar do Estado, Ministério Público Federal, Procuradoria Est.do Meio Ambiente, Exército, Polícia Federal através da Delegacia do Meio Ambiente e Mineração, Polícia Rodoviária Federal que hoje se aproximou do DNPM e de todas essas instituições que estão fiscalizando as atividades minerais, a exploração de madeira, de peixes e de produtos.	Participação no Conselho
SETUR	IBAMA	Não soube responder
	IBAMA Instituto de Pesquisa (IEPA) Batalhão Ambiental	Gestão Realização de pesquisa Proteção e Fiscalização
	SEMA	Realização de Educação Ambiental, Monitoramento e Fiscalização
SEDE	RURAP	Participação no Conselho
	SETEC	Impressão de Materiais de Divulgação
	PESCAP	Participação no Conselho
	INCRA	Não soube responder
	Prefeituras Locais	Participação no Conselho
	IBAMA	Gestão
ADAP/SEAF	SEMA, IEPA, SETEC, RURAP, Secretaria de Agricultura.	Construção de propostas e ações para gestão do parque.
SEAP	IBAMA, SEMA	Prevenção de fogo e fiscalização.
SEMA	IBAMA	Análise de toda e qualquer ação, atividade que será desenvolvida dentro do parque.
	Instituições que compõem o Conselho Gestor	Fiscalização das ações realizadas

A maioria dos atores institucionais entrevistados aponta o IBAMA como o principal gestor e responsável pela Educação Ambiental do Parque Nacional do Cabo Orange. As instituições participantes do Conselho Gestor, segundo alguns atores institucionais, têm o compromisso de melhorar a vida de quem mora dentro do parque e no entorno, para não haver conflitos e também tomar decisões com relação a orçamento e regimento interno do parque, assim como a elaboração do Plano de Manejo do parque.

Segundo a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), o Conselho Gestor é:

“responsável por analisar toda e qualquer ação e atividade que vai ser desenvolvida dentro do parque. É ainda responsável por verificar se essas ações podem ser realizadas e de que forma serão realizadas”. Ainda segundo o Ministério da Defesa, através do Exército Brasileiro, o Conselho Gestor é responsável por “passar os reais interesses, os reais problemas que determinadas decisões dentro do parque causariam para a área de atuação ou para aqueles que estão sendo representados por essas instituições”.

Os representantes das Associações Indígenas (AGM e APIO), consideram distante a relação com as instituições que compõem o Conselho Gestor, com contatos esporádicos, que acontecem somente durante as reuniões do Conselho Gestor. Segundo a APIO, a relação com o IBAMA, é mais freqüente, devido a reuniões que ocorrem com o objetivo de resolver questões administrativas, já que esta instituição foi eleita para atuar como Secretaria Executiva do Conselho Gestor do parque.

“Quase não existe.... eles quase não tem assim, não sabe com é AGM, como ela é... onde ela existe, endereço, enfim.... a gente prefere ficar caladinho, prefere ficar envergonhado, prefere ficar acanhado, (risos) com a nossa Associação”(AGM)

“É, a gente no caso de vez em quando a gente mantém contato, no caso, antes das reuniões. Surge idéias e a gente fica trocando, no caso, como agora a gente foi eleito a pouco tempo, né, a Secretaria Executiva, né, no caso, o Presidente, o Vice-Presidente, a gente tá assim num processo de se organizar ainda melhor, no caso, a Secretaria do IBAMA tá funcionando lá na APIO por que eu fui eleito Secretário Executivo e a gente tinha assim, no caso de se reunir, no caso assim, independentemente dessas reuniões, a gente se reunir de vez em quando assim, né, e tá discutindo, né, vê quais são os processos que serão tomados” (APIO)

A maioria dos atores institucionais entrevistados considera positiva a relação com os demais membros do Conselho Gestor, já que esta foi construída sobre uma base de respeito mútuo e parcerias para trocas de informações.

Alguns atores mencionam a necessidade de serem mais atuantes na gestão do parque:

“Precisa envolver mais, ter um empenho maior, hoje a nossa participação ainda não agrada, não ta muito consistente. Agente precisa buscar, junto com o IBAMA ter esse empenho. A nossa participação é só nas reuniões do Conselho e precisa ter uma constancia maior, para poder ter um resultado melhor. Em setembro (2006), nós vamos ter uma Assembléia Geral dos Povos Indígenas que acontece de 2 em 2 anos, é uma grande reunião aberta onde é convidado várias instituições, representantes de todo Estado e onde nós vamos divulgar esse trabalho e, a partir daí traçar alguma

meta onde a nossa instituição possa estar mais envolvida, possa ser mais útil, contribuir” (AGM)

“Agente não ta muito presente devido nosso efetivo aqui dentro da Funai ser muito reduzido aqui em Oiapoque, fica até um pouco difícil pra nós. Muita das vezes agente não ta presente nessas reuniões do Conselho, nessas discussões relacionadas ao PNCO. Mas sempre quando é preciso dentro das possibilidades, agente ta junto com a equipe para discutir alguma coisa. Mas nós temos essa falha, várias atividades e pouco pessoal e esse tipo de coisa às vezes faz com que agente não esteja presente junto a equipe do Cabo Orange” (FUNAI)

“É, assim, se integrar, né, nas discussões, sempre procurar, né, se ter mais... se obter mais informações, né, do que tá sendo... dos acontecimentos” (APIO)

“acho que participando mais dessas reuniões que tem, né. Participando, levando mais... contribuindo também com opiniões, essas coisas” (RURAP)

Estes relatos parecem significar o reconhecimento de que estes atores institucionais podem ter um papel ainda mais efetivo no futuro, o que pode evidentemente ser potencializado pela equipe gestora do parque, a partir das alternativas apresentadas ou das demandas mapeadas.

Dois pontos são mencionados como centrais para o aprimoramento da gestão: infra-estrutura e apoio logístico e um maior envolvimento com a população local. Com relação à infra-estrutura, os entrevistados da pesquisa esclarecem:

“Com um melhor aparelhamento, né, era o quê, mais equipamento mesmo, helicóptero, com mais voadeiras, transportes de rio, motor de polpa que a gente não tem, veículos apropriados pra gente andar nessa região que também a gente não tem, né, nesse sentido assim” (Polícia Federal)

“nós tomamos então, uma decisão de colocar os representantes nessa Comissão aqui de Oiapoque, já uma decisão que facilita a nós participarmos mais, tamos sempre aqui próximos, né, diferente do que se fosse pessoas de Macapá. É, como eu disse, existindo um convênio entre o Exército e o IBAMA, no sentido de auxiliar na parte de segurança e logística, dentro do Parque, isso aí ia facilitar para que nós estivéssemos

sempre podendo atuar e auxiliando, né. Nessa região, algumas regiões do Parque elas não são fáceis de a gente realizar atividades militares do Exército, que seria uma forma de eu poder apoiar sem ter esse convênio, então, eu faria operações lá e já estaria de uma forma indireta apoiando o IBAMA, uma vez que muitas áreas do Parque são alagadas e essas áreas não favorecem aos principais objetivos que nós temos que fazer, né. Então, eu acredito que esse convênio sendo feito do IBAMA com Exército no sentido de realizar patrulhamento, apoio logístico às equipes do Parque Nacional do Cabo Orange sejam um fator que iria alavancar a presença do Exército, a participação do Exército no Parque” (Ministério da Defesa / Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

“Acho que mais assim se houvesse alguma forma de recurso, né, pra ajudar, acho que seria isso” (INCRA)

A necessidade do maior envolvimento com as populações locais é ilustrada pelos depoimentos a seguir:

“acho que a nossa Instituição, poderia atuar mais, eu acho que principalmente com essa questão das comunidades do entorno.” (IEPA)

“Poderíamos participar conscientizando os pescadores, fazendo reuniões ampliadas com os próprios pescadores que usam aquela área de conflito, para orientar aonde é o limite dele, aonde ele pode ir, até onde ele pode ficar próximo da beira. Às vezes ele não tem vontade de tá dentro da área, mas infelizmente quando ele percebe, está dentro e quer sair, mas é pego. A situação lá é muito séria, agente infelizmente não tem mais poderes pra agir dentro da região, mesmo porque nossa estrutura não dá condições. A única maneira seria a parceria para viabilizar algum trabalho” (SEAP).

A sensibilização com relação à importância das populações locais no processo da gestão parece representar um importante avanço de percepção no cenário clássico de Políticas Públicas de proteção da natureza, inspiradas pela visão sociedade-natureza. Segundo Cribb (2005), a gestão bem sucedida de áreas protegidas precisa basear-se na inclusão da população local, relacionando a conservação da diversidade biológica nas áreas protegidas com o desenvolvimento local (tanto econômico quanto social). A essência desta nova visão é garantir a conservação destas áreas através da promoção do desenvolvimento socioeconômico e, mais precisamente,

através da criação de fontes alternativas de renda que tornem mínimo o risco para a biodiversidade dentro da área protegida (CMMAD, 1988).

CAPÍTULO 5.

CONCLUSOES

A presente pesquisa teve caráter exploratório, no sentido de investigar as questões centrais envolvidas no processo de gestão de áreas protegidas, pela ótica dos atores institucionais, formalmente representados nos Conselhos de Parques Nacionais de Fronteira na Amazônia. Para alcançar este objetivo, a pesquisa partiu da necessidade de se compreender a leitura institucional para a gestão dos Parques Nacionais das Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange, a partir da interpretação de patrimônio natural e do reconhecimento do papel institucional para a gestão desses parques.

Embora não tenha gerado respostas a todas as perguntas formuladas sobre a gestão desses parques, esta pesquisa contribuiu para a interpretação das subjetividades institucionais para a gestão da biodiversidade regional.

Optou-se pela escolha destes dois parques nacionais situados na fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa, tendo em vista o contexto atual de políticas públicas (envolvendo principalmente o SNUC e o PNAP) e o Memorando de Entendimento assinado entre os Ministérios do Meio Ambiente do Brasil (MMA), através da Diretoria de Áreas Protegidas (DAP), e o Ministério de Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da França, em 2004.

A leitura dos atores institucionais sobre a gestão dos parques nacionais possibilitou a interpretação de como as instituições que compõem os Conselhos Gestores destes parques percebem o patrimônio natural (representado pelos parques) e o seu papel para a gestão. Os parques possuem especificidades em relação à gestão, o que possibilitou a identificação de convergências e divergências em relação a este processo.

A visão institucional sobre o patrimônio natural representado pelos parques associa-se, essencialmente, à noção de conservação da biodiversidade nesta entendidas, além da flora e da fauna, a diversidade cultural e as relações sociais. A interpretação de patrimônio vincula-se também a uma perspectiva de “reserva de natureza” para as gerações futuras. Os parques são também reconhecidos como símbolo nas relações com natureza e cultura, pela população amazônica.

O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque tem sua importância reconhecida pelo seu potencial para a pesquisa, principalmente por este estar

inserido em um mosaico de proteção da natureza, e pela recente criação do Parc Amazonien de Guyane (em território da Guiana Francesa), favorecendo ainda mais o contexto para a Cooperação Brasil-França na gestão da biodiversidade regional. O Parque Nacional do Cabo Orange tem, por sua vez, relevância reconhecida por sua especificidade em relação ao setor costeiro da região amazônica, além de abranger a maior extensão de manguezais em bom estado de preservação na costa brasileira, representando, portanto, importante potencial para a pesca.

Outra convergência na leitura dos atores institucionais sobre os parques, se relaciona ao seu processo de criação, o qual ocorreu de forma autoritária e sem consulta pública o que representou uma causa evidente de resistência aos mesmos. No caso do PN Montanhas do Tumucumaque, esta resistência parece ter sido ainda reforçada pelas ameaças de proibição do uso dos recursos naturais e o não cumprimento das medidas compensatórias prometidas pelo Governo Federal, para os municípios que cederam terras para o parque. Ainda assim, no contexto atual, o parque é interpretado como “fonte de orgulho”, por representar a maior área protegida do mundo.

A motivação para a criação dos parques é atribuída a uma visão geoestratégica, tendo como foco a questão da fronteira, na garantia de soberania nacional em território amazônico. No entanto, a interpretação dos atores institucionais em relação à motivação específica para a criação de cada parque, revela um ponto de divergência. No caso do PN Montanhas do Tumucumaque, a motivação reconhecida está também relacionada ao momento político, enquanto para a criação do PN do Cabo Orange, esta se articula à visão de reserva de futuro, em relação à preservação da biodiversidade amazônica.

É interessante notar que há convergência na interpretação dos atores institucionais, em relação às populações que vivem no interior e no entorno dos parques. Os atores institucionais interpretam positivamente a existência destas populações, pelo reconhecimento de sua importância cultural, sendo as mesmas reconhecidas também em suas diversas origens (populações tradicionais, assentamentos agrícolas, garimpeiros, grupos indígenas brasileiros e franco-guianenses, quilombolas e ribeirinhos).

O olhar institucional reafirma a importância destes grupos sociais e seu potencial de participação em parcerias para a preservação da diversidade biológica e cultural amazônica. Há uma clara manifestação com relação à preocupação com o futuro destas populações, pela instabilidade em que vivem, e pelo fato destas

estarem em uma unidade de conservação de proteção integral, que legalmente, não permite a existência de populações humanas em seu interior. Não há consenso sobre a hipótese de retirada destas das populações dos parques.

As estratégias apontadas para a questão das populações que vivem no interior dos parques, representa outro ponto de convergência de leitura dos atores institucionais, e se dirigem principalmente ao controle do crescimento populacional, estabelecimento de parcerias através do diálogo contínuo, intercambio de experiências de conservação da natureza entre os parques e desenvolvimento de iniciativas de turismo sustentável que gere renda para estas populações. A inclusão das populações que vivem no interior e no entorno dos parques no processo de gestão, tem significado estratégico e representa uma mudança de foco em Políticas Públicas.

O principal papel reconhecido para a gestão, pelos atores institucionais pesquisados, se refere ao apoio às instâncias formais, de diversas maneiras, entre as quais: capacitação das populações do entorno para a criação de alternativas de sustentabilidade econômica para as mesmas; desenvolvimento de pesquisas; apoio à fiscalização; desenvolvimento de modelos de exploração de recursos naturais de forma sustentável; controle de tráfico de animais; apoio logístico e de infraestrutura; apoio à segurança do território no sentido de assegurar a soberania nacional. Algumas estratégias são mencionadas pelos atores institucionais para um melhor desempenho destes papéis, como por exemplo, o aprimoramento das relações binacionais ou multinacionais, com base no respeito à soberania de cada país envolvido, e o fomento às parcerias com as Forças Armadas (Exército de Fronteira, Aeronáutica e Marinha) para à fiscalização da área.

Alguns atores institucionais reconhecem o seu papel como parceiros do Ibama, porém outros reconhecem ser esta relação ainda incipiente, a ser aprimorada. Não são mencionados conflitos com a administração do parque e sim pontos de tensão e dificuldades, em função das pressões sofridas pelos parques, com relação à dinâmica sócio econômica local.

As principais tensões e dificuldades identificadas em relação ao PN Montanhas do Tumucumaque estão relacionadas à operacionalidade de gestão do parque (limitação de recursos humanos, processos administrativos demorados na esfera pública e distancia dos centros decisórios), ao risco de “biopirataria” por estrangeiros (necessidade de normatização para acordos de parcerias e pesquisa) e à pressão pelo garimpo na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. Em relação ao PN

do Cabo Orange, a questão da pesca, realizada por agentes externos, vindos principalmente do Pará e Guiana Francesa, parece ser o maior ponto de tensão. No entanto, os atores institucionais identificam ainda dois desafios para a gestão deste parque no futuro, relacionados a pecuária (criação de búfalos) e exploração de demais recursos naturais renováveis na área do parque.

A função reconhecida dos parques se relaciona à conservação dos recursos naturais renováveis, assim como a conservação da cultura das populações locais. A participação no Conselho Gestor, em geral, não é reconhecida como função de gestão, sendo esta muitas vezes mencionada como atribuição específica do Ibama. Apesar disso, a relação entre os membros dos Conselhos Gestoras é avaliada positivamente, o que tende a gerar um clima favorável para a gestão dos parques e para a resolução de alguns dos problemas mencionados. Este clima positivo de articulação e colaboração representa o ponto de partida para o trabalho coletivo na gestão, reafirmando a idéia de Choay (2001) de que: “cabe a toda a coletividade local colaborar com a conservação do patrimônio natural e a sua gestão”.

Como identificado através do desenvolvimento desta pesquisa, parece evidente que os parques são reconhecidos como bens coletivos de grande importância. Como destaca Lima (2003), é a partir da formação de laços afetivos positivos que são estabelecidas as relações de afetividade do indivíduo para com o ambiente, levando a modificação dos valores atribuídos para cada lugar.

Esta pesquisa representa assim um esforço no sentido de entender a interpretação do significado de patrimônio por estes atores e o reconhecimento do seu papel na gestão, como meio de se potencializar as ações de gerenciamento de parques nacionais. Mas, como efetivar uma rede de parcerias institucionais para a gestão da biodiversidade, se os atores institucionais envolvidos na gestão destes parques ainda não internalizaram o Conselho como espaço efetivo de negociações e pactos para a gestão?

Segundo Costa & Cunha (2004), os Conselhos representam espaços potenciais de diálogo, negociação e pactos, entre a gestão pública e as diversas representações da sociedade, mas esta percepção não parece ainda ocorrer com relação aos dois parques nacionais pesquisados.

Da mesma forma, o clima favorável para as parcerias verificado nesta pesquisa, pode representar um fator positivo para a resolução das tensões e dificuldades às quais os parques estão expostos. O contexto regional ilustrado pela presente pesquisa, além de espelhar parte da complexidade em relação às

divergências e convergências do processo de gestão, reafirma a necessidade de se compreender a interpretação de patrimônio natural e o papel auto atribuído pelos atores institucionais na gestão dos parques. Da mesma forma, como afirma Camargo (2004), vários trabalhos têm demonstrado que a gestão ganha velocidade e consistência quando os diferentes setores da administração pública colaboram entre si, nas questões ambientais e sociais.

Nesse sentido, para o aprimoramento de processo de gestão são reconhecidas algumas demandas, tais como: desenvolvimento de estratégias para a obtenção de recursos para a fiscalização; aprimoramento do processo de administração; fomento a programas de Educação Ambiental; divulgação dos parques para as comunidades locais; promoção de relações mais próximas entre Ibama-Brasília e Ibama-Amapá; o fortalecimento dos Conselhos Gestores, através de reuniões mais frequentes; a promoção de concursos para o órgão gestor regional, visando ao aumento do efetivo dos parques; a resolução da questão fundiária dos parques; e a agilização do processo de elaboração dos Planos de Manejo.

Assim, através da leitura da gestão pelo olhar dos atores institucionais, esta pesquisa pôde identificar o papel dos membros dos Conselhos Consultivos no processo de gestão dos parques nacionais de fronteira na Amazônia. Como destaca Alirol (2001), os diferentes atores não vêem os problemas ambientais e de desenvolvimento da mesma maneira, uma vez que o sentimento de responsabilidade em relação aos problemas ambientais varia enormemente, conforme a categoria social ou profissional à qual se pertence.

Com esta compreensão, a presente pesquisa visou contribuir para reflexões sobre o tema, tendo em vista o contexto atual de políticas públicas (envolvendo principalmente o SNUC e o PNAP), para um novo enfoque na pesquisa acadêmica e para a formulação de políticas públicas de proteção da natureza no Brasil.

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação prevê que cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral deve dispor de um conselho consultivo paritário, constituído por representantes dos órgãos públicos dos três níveis da Federação, Sociedade Civil, organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade e população residente do entorno. Mas segundo o Ministério do Meio Ambiente (2004) a implantação dos conselhos em parques nacionais é complexa pela falta de processos participativos. Mas, nesta pesquisa, fica clara a falta de entendimento, por parte dos atores institucionais, que

os Conselhos Gestores representam efetivamente espaços de governança democrática.

Em relação às populações do entorno dos parques, as alternativas sugeridas pelos atores institucionais como contratações de pessoal local e promoção do turismo ecológico, apoio aos serviços sociais e oportunidades de capacitação destas populações, são ações que valorizam as comunidades vizinhas, ajudando a integrá-las com a unidade. Segundo Silva (2002), “promover o desenvolvimento das populações vizinhas é uma estratégia alternativa para que a médio e a longo prazos diminua a pressão antrópica sobre as Unidades de Conservação”. Essa estratégia tem por objetivo melhorar a qualidade de vida das populações, de forma que estas colaborem efetivamente para a proteção dos recursos naturais, dentro e fora da Unidade. Quando as populações percebem algum benefício pela existência próxima de áreas protegidas e sentem a preocupação, o apoio e a busca de oportunidades de trabalho conjunto por parte dos gestores, passam a colaborar efetivamente para a proteção aos recursos naturais e para a integridade da Unidade de Conservação.

Os resultados da pesquisa reforçam também a importância dos compromissos do PNAP, que prevêm o aprimoramento do planejamento e a gestão do SNUC, através do fortalecimento dos conselhos para a gestão das unidades de conservação. Neste sentido, Sathler (2005) reafirma a importância dos Conselhos de Unidades de Conservação como “espaços singulares de negociação, de envolvimento e de convencimento”.

Além disso, a produção e sistematização dos dados sobre estas duas unidades de conservação de fronteira, assim como a idéia inovadora de interpretar patrimônio natural e o papel na gestão pelos atores institucionais, são de grande relevância para a gestão da biodiversidade regional. A partir desta iniciativa os gestores podem conhecer e interpretar as diferentes posições das instituições envolvidas na gestão dos parques, potencializando o processo de construção de governança na gestão do SNUC.

Outro ponto importante ressaltado na pesquisa é a necessidade de se ter um olhar “transfronteiriço” para a gestão da biodiversidade regional, pelo fato dos dois parques estarem situados em uma região de fronteira, sob duas lógicas de gestão, institucionalidades, arcabouços legais e modelos de desenvolvimento diferentes e uma dinâmica regional que demanda um novo olhar sobre a gestão que transcende o espaço nacional. Assim, o fortalecimento de redes de cooperação entre os atores institucionais

nacionais com os países vizinhos, torna possível a gestão colaborativa das áreas protegidas contíguas, para garantir a sua conectividade, como prevê o PNAP.

Esta pesquisa deixa a inspiração para desdobramentos futuros em relação ao desafio de construção de um modelo de proteção da natureza com identidade nacional, “o que vai exigir de toda a sociedade, um grande esforço na revisão de conceitos e procedimentos e na desconstrução de mitos e preconceitos, resultantes de uma perspectiva historicamente consolidada, no qual, os parques nacionais representam o principal símbolo” (Irving, 2006). Diante dos desafios da gestão de parques nacionais de fronteira na Amazônia brasileira, é importante se ter um novo olhar, que considere a relação natureza e cultura da população amazônica, para a construção de um novo modelo de gestão da biodiversidade regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADDISON, E. E. A percepção ambiental da população do município de Florianópolis em relação à cidade. Dissertação de Mestrado. Engenharia de Produção Universidade Federal de Santa Catarina – SC, 2003.
- ADOMILLI, G. K. Interações e Representações em Relação à Apropriação Social dos Recursos Naturais: O Caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe Rs. Tese de Doutorado. Indiana University - UC, 2004.
- ALIROL, P. Como Iniciar um Processo de Integração. In: VARGAS, Heliana C., RIBEIRO, Helena (orgs.). Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana. Editora da Universidade de São Paulo-EDUSP. São Paulo-SP. p. 21-42. 2001
- ATLAS: Unidades de conservação do Estado do Amapá. IBAMA e Governo do Estado do Amapá (Secretaria de Meio Ambiente do Amapá). CD-ROM, Macapá, 2005.
- AZEVEDO, J. Turismo, cultura e patrimônio. In: CORIOLANO, N.M.T. (org.). Turismo com ética. v.1. Fortaleza: UECE, 1998.
- BARBAULT, R. Conserver et gérer la biodiversité en Guyane: Quelle stratégie pour la recherche? JATBA, Revue d' Ethnobiologie, vol. 40 (1-2): 207-217. 1998.
- BARDIN, I. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições Setenta, 1994. 226 p.
- BARRETO FILHO, H. T. Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001.
- BARRETO, M. Turismo e legado cultural. 2 ed. Campinas: Papyrus, 2001.
- BECKER, B. K. Da Preservação à utilização consciente da biodiversidade amazônica. O papel da ciência, Tecnologia e Inovação. In: GARAY, Irene & BECKER, B. (orgs.). Dimensões Humanas da Biodiversidade. – O desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Editora Vozes – Petrópolis. Rio de Janeiro -RJ. pg. 355-379. 2006
- BENSUSAN, N. Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas. Editora FGV. Rio de Janeiro-RJ. 176p. 2006.
- BONI, V. & QUARESMA, S. J.. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol.2 No 1 (3), janeiro-julho, 2005.

- BRASIL, 2000. SISTEMA NACIONAL de UNIDADES de CONSERVAÇÃO da NATUREZA – (SNUC): lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA, 2000.
- BRITO, Maria Cecília Wey de. Unidades de Conservação: Intenções e resultados. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP. São Paulo. 1995.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J. & SCHOUTHEETE, M. de. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1977.
- CABRAL, N.R. A. J.; CÔRTEZ, M. R.; SOUZA, M. P. de. Gestão ambiental em áreas de proteção ambiental. In: II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Campo Grande. Anais... V. II, p. 122 e 123. 2000.
- CAMARGO, A. B. A. desenvolvimento sustentável: um estilo de governar. In Propostas para uma gestão pública municipal efetiva. Organizadoras Sylvia Constant Vergaram & Vera Lúcia de Almeida Corrêa – 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CARVALHO, M. do C. A. A.; TEIXEIRA, A. C. C. Conselhos Gestores de políticas públicas. CARVALHO, Maria do Carmo A. A.; TEIXEIRA, Ana Claudia C. (orgs.). São Paulo: Polis. (Publicações Polis, 37).2000.
- CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.
- CMMAD (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento). *Nosso Futuro Comum*. Editora Fundação Getúlio Vargas. 1988.
- COELHO, P.M.P. Fronteiras na Amazônia: Um espaço integrado. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992.
- COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (Audiência Pública da Câmara dos Deputados do Estado do Amapá - Nº: 778/05 - data: 8/6/2005).
- CONCEIÇÃO, O. A. C. O Conceito de Instituição nas Modernas Abordagens Institucionalistas. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, 6(2): 119-146, jul./dez. 2002
- COSTA, F. L da & CUNHA, A. P. G. Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos. In *Propostas para uma gestão pública municipal*

- efetiva*. Organizadoras Sylvia Constant Vergara, Vera Lúcia de Almeida Corrêa – 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CRIBB, S. L. S. P. A importância da população local na gestão das áreas protegidas. Documentos - GIFAD, No. 2. Rio de Janeiro: GIFAD. 2005
- CUNHA, M.; BURMANN, P.; PIRES, R. & JAGER, A. Relatório Final - Termo de Referência Nº 001/ 2005 - Parque Nacional do Cabo Orange. Ministério do Meio Ambiente (MMA), Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). 28 p. 2005.
- DIEGUES, A.C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras - Universidade de São Paulo, 2001. 168p.
- DIEGUES, A.C. & NOGARA, P. J. Nosso lugar virou parque. São Paulo: Nupaub- USP, 1994.
- DOWIE, M. Conservation Refugees. Orion Magazine, 2005. Tradução: Diegues, A.C. Refugiados da Conservação (artigo 4). NUPAUB - Universidade de São Paulo. 2006.
- DUCKE, A. & BLACK, G.A.. Phytogeographical notes on the Brazilian Amazon. Anais da Academia Brasileira de Ciências. 25(1): 1-46, 1953.
- FARIAS, L. Comissão externa destinada a avaliar, in loco, a situação da demarcação em área contínua da "Reserva Indígena Raposa Serra Do Sol", no Estado de Roraima. Relatório Complementação de Parecer. 2004.
- FREITAS, R. R. de; BARROSO, G. F. Conflitos de uso dos recursos costeiros: Desafios para sustentabilidade do cultivo de moluscos. Caderno Virtual de Turismo, Brasil, v. 20, p.43-50. 2006
- GALLOIS, D. T. & GRUPIONI, D. F. Povos indígenas no Amapá e norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam. São Paulo: Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo, 2003.
- GOHN, M. da G. Conselhos Gestores e participação sóciopolítica. - 2ª ed - São Paulo: Cortez - Coleção questões da nossa época; v. 84. 2003.

- GOMES, A. L. Histórico da política de assistência social no Brasil. In: Conselhos gestores de políticas públicas. CARVALHO, M. do C. A. A; TEIXEIRA, A. C. C. (orgs.). São Paulo: Polis. (Publicações Polis, 37), p. 22 - 26. 2000.
- HORTA, C.; MELO, G. M. de ; ALEGRIA, M. F.; BUSTAMANTE, A. G.; RENTE, A. & IRVING, M. A. as unidades de conservação da região norte: um estudo sobre governança como base para políticas públicas em parques nacionais. I Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social – I SAPIS. UFRJ - Rio de Janeiro, 2005.
- IRVING, M. A. Áreas Protegidas de Fronteira e Turismo Sustentável na Amazônia: Entre o surrealismo e a invenção. Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador – BA. Ano VIII, nº 13,pg 35-49. 2006.
- _____. Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (AP- Brasil): “Ultraperiferia” ou “Laboratório” para a cooperação em gestão da biodiversidade nos espaços amazônicos de fronteira? Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador – BA. Ano VI , nº 10, pg 26 – 37, 2004.
- IUCN. Acuerdo de Durban. V Congresso Mundial de Parques de la UICN Durban..república de Sudáfrica, 2003.
- LIMA, R. T. de. Percepção ambiental e participação pública na gestão dos recursos hídricos: perfil dos moradores da cidade de São Carlos, SP (bacia hidrográfica do rio do Monjolinho). Escola de Engenharia de São Carlos (Dissertação de Mestrado). 2003.
- LOUREIRO, C. F. B; AZAZIEL, M. F. & NAHYDA (Orgs). Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação. Rio de Janeiro: IBAMA-NEA-RJ / IBASE. p. 29. 2003.
- MA-IBDF/FBCN. Plano do sistema de unidades de conservação do Brasil. I Etapa. Ministério da Agricultura (MA), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Brasília, e Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), Rio de Janeiro. 1979
- MA-IBDF/FBCN. Plano do sistema de unidades de conservação do Brasil. II Etapa. Ministério da Agricultura (MA), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Brasília, e Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), Rio de Janeiro. 1982.

- MMA, Ministério do Meio Ambiente. Memorando de Entendimento entre a Ministra do Meio Ambiente da República do Brasil e o Ministro da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da França sobre Cooperação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Caiena.2004.
- MEDEIROS, R. & GARAY, I. Singularidades do Sistema de Áreas Protegidas para a Conservação e Uso da Biodiversidade Brasileira. In: GARAY, Irene & BECKER, B. (orgs.). Dimensões Humanas da Biodiversidade. – O desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Editora Vozes – Petrópolis. Rio de Janeiro-RJ. P. 159-184. 2006
- MILANO, M. S. Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdade ameaça, in: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba: IAP/Unilivre, p. 11-25, 2000.
- MINAYO, M.C.S. Pesquisa social — teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- MORAIS, P. D.& MORAIS, J. D. O Amapá em Perspectiva: uma abordagem histórico-geográfica. Macapá, Editora Valcan. 2000. 200p
- NELSON, R. Recent evolutionary theorizing about economic change. Journal of Economic Literature, 33, mar, p. 48-90. 1995.
- OKAMOTO, J. Percepção ambiental e comportamento: Visão holística da percepção ambiental na arquitetura e comunicação. São Paulo: IPSIS gráfica. 1996.
- OLIVEIRA, R. C. de. Identidade, etnicidade e nacionalidade no Mercosul. Política Comparada – Revista de Políticas Comparadas, Brasília, v. 1, nº 2, p. 9-20. 1997.
- OLIVEIRA, I. A. Gestão de conflitos em parques: estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro - Praia da Pinheira - SC. Tese Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2005.
- ORLANDI, E. P. Os Recursos do Futuro: Um outro discurso. MultiCiencia .2003
- PÁDUA, M.T.J. Os Parques Nacionais e Reservas Biológicas do Brasil. Brasília, DF: IBDF, 1983.
- PELLEGRINI FILHO, A. Dicionário Enciclopédico de Ecologia e Turismo. São Paulo: Manole, 307 p. 2000.

- PIRES, J.M. Tipos de vegetação da Amazônia. *Brasil Florestal*, 5(17): 48-58. 1974.
- PRANCE, G.T. Phytogeographic support for the theory of Pleistocene forest refuges in the Amazon basin, based on evidence from distribution patterns in Caryocaraceae, Chrysobalanaceae, Dichapetalaceae, and Lecythidaceae. *Acta Amazonica*, 3(3): 5-28. 1973.
- PRANCE, G.T. The phytogeographic subdivisions of Amazonia and their influence on the selection of biological reserves. Em *Extinction is forever* (eds. G.T. Prance & T.S. Elias), pp.195-212. New York Botanical Garden, New York. 1977.
- QUINTÃO, Â. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. *Brasil Florestal*, Brasília: IBDF, ano XII, n. 54, p. 13- 28, 1983.
- RELATÓRIO FINAL PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE -Termo de Referência N° 008/2005 - Acordo de Cooperação Técnica N° 07/2004 (IBAMA/UNIFAP). 2005
- ROCHA, A. L. C. da. Nas trilhas de uma bioetnodiversidade: a questão do olhar do outro e seus desdobramentos na construção dialógica das ciências ambientais. Instituto Anthropos, Porto Alegre, 2000.
- RODRIGUES, M. Preservar e consumir o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P. e PINSKY J. (orgs.) *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.
- SATHLER, E. B. Conselhos de Unidades de Conservação: entre o consultivismo e o deliberalismo na gestão participativa de áreas naturais protegidas. Dissertação de Mestrado, UFF. 2005
- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Entendendo o meio ambiente. Vol. I. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. (1996a).
- SELLTIZ, C. *et al.*. Métodos de pesquisa nas relações sociais. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2a edição. São Paulo: EPU. 1987.
- SILVA, N. C. B. da & MOTA, J. A. Gestão de Parques Nacionais: O Caso do Parque Nacional da Serra da Capivara. I Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Indaiatuba – SP. 2002

- SILVEIRA, A.F.M. A planície costeira do Amapá: dinâmica de ambiente costeiro influenciado por grandes fontes fluviais quaternárias.. 215f. 1998.
- SOARES, A. P. A. Travessia: Análise de uma situação de passagem entre Oiapoque e Guiana Francesa. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 1995.
- TOMANIK, E. A. & PAIOLA, L. M. Populações tradicionais, representações sociais e preservação ambiental: um estudo sobre as perspectivas de continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do rio Paraná. Acta Scientiarum - Maringá, v. 24, n. 1, p. 175-180, 2002
- TUAN, Y. Topofilia. São Paulo. DIFEL. 289p. 1980.
- WALDEZ, A. G. da S. In: Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (Audiência Pública da Câmara dos Deputados do Estado do Amapá - N°: 778/05 - data:08/06/2005).
- WETTERBERG, G.B., PRANCE, G.T. & LOVEJOY, T.E. Conservation progress in Amazonia: a structural review. Parks, Série Técnica, 6(2): 5-10. 1981.
- WETTERBERG, G.B., PÁDUA, M.T.J., CASTRO, C.S.DE & VASCONCELLOS, J.M.C.de. Uma análise de prioridades em conservação da natureza na Amazônia. Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPEF) PNUD/FAO/IBDF/BRA-45, Série Técnica, (8): 1-63. 1976.
- WWF/CENTRAL INDEPENDENT TELEVISION. The Decade of Destruction. The story of Amazonia's rainforest during the 1980's. U.K.: WWF/CENTRA. 1991.

Sites consultados:

<http://www.agrorede.org.br>

<http://www.amazonia.com.br>

<http://www.amapa.net/informacoes>

<http://www.ambientebrasil.com.br>

<http://www.biodiversidadebrasil.com.br>

<http://www.brazilianportugues.com>

<http://www.conservation.org.br>

<http://www.educar.sc.usp.br>

<http://www.Ibama.gov.br>

<http://www.mma.gov.br>

<http://www.portal.iphan.gov.br>

<http://www.sivam.gov.br>

APENDICES

A- REGISTRO FOTOGRÁFICO

Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque - AP



(1)



(2)



(3)



(4)



(5)

Parque Nacional do Cabo Orange



(1)



(2)



(3)



(4)



(5)

Legenda:

Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

- (1) Vista aérea do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque - AP
- (2) Presidente e secretário do Conselho Gestor Consultivo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque – Macapá – AP.
- (3) Atores Institucionais em Reunião do Conselho Gestor Consultivo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque – Macapá – AP (13/07/2006)
- (4) Atores Institucionais em Reunião do Conselho Gestor Consultivo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque – Macapá – AP (14/07/2006)
- (5) Apresentação de informações pela Analista Ambiental do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque – Macapá – AP, durante reunião do Conselho Consultivo do PNMT.

Parque Nacional do Cabo Orange

- (1) Vista aérea do Parque Nacional do Cabo Orange - AP
- (2) Presidente do Conselho Gestor Consultivo do Parque Nacional do Cabo Orange – Macapá – AP.
- (3) Atores Institucionais em Reunião do Conselho Gestor Consultivo do Parque Nacional do Cabo Orange – AP (18/07/2006)
- (4) Atores Institucionais em Reunião do Conselho Gestor Consultivo do Parque Nacional do Cabo Orange – Macapá – AP (19/07/2006)
- (5) Apresentação de informações pela Analista Ambiental do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque – Macapá – AP, durante reunião do Conselho Consultivo do PNCO.

B - ATORES INSTITUCIONAIS COMPONENTES DO CONSELHO GESTOR DOS PARQUES NACIONAIS MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE E CABO ORANGE

	Instituições Governamentais	PNMT	PNCO
1	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	X	
2	Parque Nacional do Cabo Orange		X
3	IBAMA - AMAPÁ	X	X
4	Ministério da Defesa (Exército – Comando de Fronteira do Macapá)	X	
5	Ministério da Defesa (Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)		X
6	Polícia Federal de Oiapoque		X
7	Departamento Nacional de Pesquisas Minerais - DNPM	X	X
8	Inst. Nac. de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	X	X
9	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	X	X
10	Universidade Federal do Amapá - UNIFAP	X	
11	Instituto de Desenvolvimento Rural do AP - RURAP		X
12	Secretaria de Aqüicultura e Pesca - SEAP		X
13	Secretaria de Estado de Tecnologia e Ciência - SETEC	X	X
14	Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA	X	X
15	Secretaria de Estado de Turismo - SETUR	X	X
16	Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico - SEDE	X	X
17	Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca, Floresta e Abastecimento - SEAF	X	X
18	Agência de Desenvolvimento do Estado do Amapá - ADAP	X	X
19	Inst. De Estudos e Pesquisas do Estado do Amapá - IEPA	X	X
20	Prefeitura de Oiapoque – Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA		X
21	Prefeitura de Serra do Navio	X	
22	Prefeitura de Laranjal do Jari	X	
	Sociedade Civil Local Organizada	PNMT	PNCO
23	Conselho das Aldeias Wajapi - APINA	X	
24	Assoc. dos povos Indígenas do Tumucumaque - APITU	X	
25	Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque - APIO		X
26	Associação Indígena Galibi-Marworno - AGM		X
27	Federação dos Trabalhadores Agricultura do Estado do Amapá	X	
28	Instituto de Estudos Sócio-Ambientais - IESA	X	
	Órgãos Internacionais		
29	Amazônia Conservation Team – ACT	X	
30	Conservation International – CI - Brasil	X	
31	Fundação Mundial para Vida Selvagem – WWF-Brasil	X	
	Cooperação Internacional		
32	Cooperação Brasil-Alemanha - GTZ	X	
33	Ministério da Ecologia e Desenvolvimento Sustentável da Guiana Francesa	X	

São 16 instituições governamentais, 04 instituições da Sociedade Civil Local Organizada, 03 instituições internacionais e 02 representantes de Cooperações Internacionais, totalizando 25 instituições no PNMT. No caso do PNCO são 17 instituições governamentais e 02 instituições da Sociedade Civil Local Organizada, totalizando 19 instituições.

C- Perfil das Instituições Consideradas na Pesquisa

1 e 2. Chefes dos Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange¹⁰⁸

Os Parques Nacionais são dirigidos por chefes designados pela Presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, **atualmente IBAMA (grifo nosso)**, escolhidos entre pessoas de reconhecida capacidade técnico - científica no que se refere à conservação da natureza (Decreto Nº 84.017, de 21 de setembro de 1979).

Sua missão é a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, para uma melhor administração do Parque Nacional.

3. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)¹⁰⁹

Autarquia federal, criada pela Lei 7735/89, de 22 de fevereiro de 1989, atualmente se vincula ao Ministério do Meio Ambiente – MMA.

Sua missão é executar o controle e a fiscalização ambiental nos âmbitos regional e nacional.

4 e 5. Ministério da Defesa¹¹⁰ (Comando de Fronteira do Oiapoque - Base de Clevelandia e Comando de Fronteira do Amapá - Batalhão de Selva do Macapá)

O Ministério da Defesa (MD), criado em 10 de junho de 1999, é o órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica.

Sua missão é o estabelecimento de políticas ligadas à Defesa e à Segurança do País.

A Companhia Especial de Fronteira (1ª Companhia do 34º Batalhão de Infantaria de Selva), situado na Base Militar de Clevelandia do Norte – Oiapoque e

¹⁰⁸ Disponível em <http://www.ibama.gov.br> (Acesso em 11/11/2006)

¹⁰⁹ Disponível em <http://www.IBAMA.gov.br> (Acesso em 11/11/2006)

¹¹⁰ Disponível em <https://www.defesa.gov.br> (Acesso em 11/11/2006)

o Batalhão de Selva de Macapá, são responsáveis pela defesa do território brasileiro na região de fronteira internacional.

Sua missão é patrulhar as fronteiras brasileiras, proporcionar atendimento médico e dentário aos índios, ensinando-lhes noções básicas de higiene.

6.Ministério da Justiça¹¹¹ - Polícia Federal (fronteira)

A Secretaria de Estado de Negócios da Justiça foi criada por Decreto pelo Príncipe Regente D. Pedro em 03 de julho de 1822. A atual sede do Ministério da Justiça foi inaugurada em 03 de julho de 1972.

Sua missão é garantir e promover a cidadania, a justiça e a segurança pública, através de uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade.

O Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) foi criado em março de 1944, na antiga Capital da República, Rio de Janeiro. Em 1967 o DFSP trocou de nome, surgindo o Departamento de Polícia Federal - DPF, através do art. 210 do Decreto-Lei nº 200, de 25/02/67.

Sua missão é apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

7.Departamento Nacional de Produção Mineral¹¹² (DNPM)

O DNPM foi criado em 1934 pelo Decreto nº 23.979, de 08 de março de 1934. Em 1994 passa a ser uma Autarquia instituído pelo Decreto nº 1.324, de 2 de dezembro de 1994, incorporado ao Ministério de Minas e Energia.

Sua missão é assegurar as condições e ambientes favoráveis à inserção e exercício do direito de cidadania integral na dimensão econômica mineral de uma democracia ecológico-social.

¹¹¹ Disponível em <http://www.mj.gov.br> (Acesso em 11/11/2006)

¹¹² Disponível em <http://www.dnpm.gov.br> (Acesso em 11/11/2006)

8. Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹¹³

O Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é uma autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente é um órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Sua missão é realizar a Reforma Agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 29 Superintendências Nacionais.

9. Fundação Nacional do Índio (FUNAI)¹¹⁴

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) está vinculado ao Ministério da Justiça. Criada por meio da Lei no 5.371, de 5/12/1967, em substituição extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Sua missão é estabelecer as diretrizes da política indigenista e garantir o seu cumprimento.

10. Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

A UNIFAP é uma Universidade Pública de direito privado, nos termos da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Macapá, Estado do Amapá. A Universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Sua missão proporcionar ensino, pesquisa e extensão, regendo-se pelo seu Estatuto nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Regimento Geral e demais legislação em vigor.

11. Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá¹¹⁵ (RURAP)

Integrado à estrutura da Secretaria de Estado da Agricultura, Pesca, Floresta e Abastecimento (SEAF), o RURAP é uma autarquia estadual da administração

¹¹³ Disponível em <http://www.mda.gov.br> (Acesso em 11/11/2006)

¹¹⁴ Disponível em <http://www.funai.gov.br> (Acesso em 11/11/2006)

¹¹⁵ Disponível em <http://www.amapa.gov.br> (Acesso em 11/11/2006)

indireta do Estado, com autonomia administrativa e financeira, criada pelo Decreto nº 0122.

Sua missão é Apoiar tecnicamente as atividades rurais, agropecuárias, agroextrativistas e de indústria rural em todas as fases e manifestações; Gerar e adaptar as tecnologias agrícolas às pecuárias; Controlar a produção e o comércio de produtos e insumos alimentares; Promover o desenvolvimento auto-sustentável, direcionado a assistência técnica à produção de alimentos básicos em consórcio com os sistemas agroflorestais; Implementar a política de desenvolvimento rural do Estado, através de ações de assistência técnica e extensão rural; Promover as condições de sustentabilidade alimentar, social, econômica e ambiental das comunidades rurais do Estado, através de um consolidado processo de associativismo, onde os atores possam tomar consciência do valor da produção por meio da agroindustrialização, como oportunidade viável ao desenvolvimento rural.

12.Secretaria de Aqüicultura e Pesca¹¹⁶ (SEAP)

A Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República foi criada pelo atual Governo Federal por meio da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003.

Sua missão é assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aqüícola.

No estado do Amapá, normatizar e estabelecer medidas que permitam o aproveitamento sustentável dos recursos pesqueiros altamente migratórios e dos que estejam subexplorados ou inexplorados.

13.Secretaria de Estado de Tecnologia e Ciência¹¹⁷ (SETEC)

A Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia foi criada através da Lei Nº 0452, de 09 de junho de 1999, considerando o papel estratégico da ciência e tecnologia para o desenvolvimento do Estado, na melhoria do potencial de criação e difusão do conhecimento científico e tecnológico.

¹¹⁶ Disponível em http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seap (Acesso em 11/11/2006)

¹¹⁷ Disponível em <http://www.setec.ap.gov.br> (Acesso em 11/11/2006)

Sua missão é formular e implantar a Política Estadual de Ciência e Tecnologia de forma a utilizar a pesquisa científica e tecnológica como instrumento de desenvolvimento sócio-econômico e para melhoria da qualidade de vida da população amapaense.

14. Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA)

Sua missão é acompanhar e avaliar as políticas ambientais, no que se refere à preservação, conservação, recuperação e defesa do meio ambiente, passando pelo estabelecimento de normas e padrões ambientais, até à apreciação de Estudos e Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente.

15. Secretaria de Estado de Turismo (SETUR)

A Secretaria de Estado de Turismo foi criada pelo Decreto 1994/04 – art. 2º, de 15/07/2004. Sua missão Formular, Planejar, Executar e Coordenar a Política de Turismo do Estado, bem como criar oportunidades de investimentos setoriais e incrementar a expansão do Turismo no Amapá.

16. Secretaria de Desenvolvimento Econômico¹¹⁸ (SEDE)

É composto pela Secretária de Estado da Indústria Comércio e Mineração, Secretária de Estado da Agricultura, Pesca, Floresta e do Abastecimento, Secretária do Estado do Trabalho E Empreendedorismo, Secretária de Estado da Ciência e Tecnologia, Secretaria de meio Ambiente e Secretaria de Turismo.

17. Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca, Florestas e Abastecimento¹¹⁹ (SEAF)

É composto pelo Instituto de Desenvolvimento Rural, Instituto de Terras do Amapá, Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária e pela Agência de Pesca do Amapá.

¹¹⁸ Disponível em <http://www4.ap.gov.br/jsp/Default.jsp> (Acesso em 11/11/2006)

¹¹⁹ Disponível em <http://www4.ap.gov.br/jsp/Default.jsp> (Acesso em 11/11/2006)

18. Agencia de Desenvolvimento do Estado do Amapá ¹²⁰(ADAP)

Esta submetida à Secretaria Especial de Desenvolvimento da Gestão do Governo do Amapá, na Secretaria de Planejamento.

19. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá¹²¹ (IEPA)

Vinculado a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Amapá, foi criado a partir das atividades dos dois Museus, o de Plantas Medicinais Waldemiro Gomes e História Natural Ângelo Moreira da Costa Lima e posteriormente, em 1997, passou a ter uma nova estrutura organizacional e nomenclatura, Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá.

Sua missão é gerar, promover e divulgar conhecimentos científicos e tecnológicos para a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento dos recursos naturais em benefício da população amapaense.

20. Prefeitura de Oiapoque¹²² (Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA)

Município criado em 1945. O atual prefeito é Manoel Alício da Silva Sfair (PDT) e o Vice Prefeito é Nilson de Oliveira Caluf.

As principais comunidades são: Clevelândia do Norte e Vila Velha do Cassiporé.

21. Prefeitura Municipal de Serra do Navio¹²³ (Apêndice E)

Município criado em 1992. A atual prefeita é Francimar Pereira Da Silva Santos do partido dos Trabalhadores (PT) e o Vice Prefeito é Edécio Pereira De Matos (PT).

As principais comunidades são: Água Branca, Arrependido do Amapari, Cachaço do Amapari e Serra do Navio (sede).

¹²⁰ Disponível em <http://www4.ap.gov.br/jsp/Default.jsp> (Acesso em 11/11/2006)

¹²¹ Disponível em <http://www.iepa.ap.gov.br> (Acesso em 11/11/2006)

¹²² Disponível em <http://www.amapa.net> (Acesso em 11/11/2006)

¹²³ Disponível em <http://www.amapa.net/info/mostra.php?id=55> (Acesso em 11/11/2006)

22. Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari¹²⁴ (Apêndice E)

Município criado em 1987. A atual prefeita é Uricelia Melo Cardoso Lobo do (PP) e o Vice Prefeito é Elson Alves Rodrigues (PP).

23. Conselho de Aldeias Wajãpi¹²⁵ (APINA)

A APINA foi criada em 1994 pelo povo Wajapi. Ela é constituída por índios que vive em ambos os lados da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Cerca de 750 Waiãpi ocupam o curso alto do rio Oiapoque. No Amapá, são cerca de 530, distribuídos em 12 aldeias.

24. Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque¹²⁶ (APITU)

Criada em 1996, por meio de uma manobra política que articulou os interesses de uma família Aparai (etnia indígena) específica com os da administração da Funai local.

Em princípio, esta associação representa os grupos indígenas que habitam o Parque Indígena do Tumucumaque e a Terra Indígena Rio Paru D'Este: Aparai, Wayana, Tiriyo e Kaxuyana, entre outros.

A maior parte dos indivíduos desconhecem o modo de funcionamento da APITU, que é 'controlada' e disputada por uma minoria mais familiarizada com os códigos da sociedade envolvente, como novas formas de organização, representação e atuação política.

25. Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque¹²⁷ (APIO)

A APIO foi a primeira Associação Indígena a ser criada e estruturada no Município do Oiapoque, Estado do Amapá, em 1992. Ela é constituída por índios que representam as diversas etnias (Galibi, PaliKur, Karipuna e Galibi-Marworno) do Vale do Uaçá.

¹²⁴ Disponível em <http://www.amapa.net> (Acesso em 11/11/2006)

¹²⁵ Disponível em <http://www.ambientebrasil.com.br> (Acesso em 11/11/2006)

¹²⁶ Disponível em <http://www.socioambiental.org/pib/epi/aparai/org.shtm> (Acesso em 11/11/2006)

¹²⁷ Disponível em <http://www.povosindigenasdooiapoque.com.br> (Acesso em 11/11/2006)

26.Associação do Galibi-Marworno¹²⁸ (AGM)

A AGM foi fundada em 2002, para representar os interesses dos índios Galibi-Marworno das Terras Indígenas do Oiapoque. Assinou convênio com o Governo do Estado do Amapá, passando a trabalhar com a área da educação a partir de 2003. Atua em conjunto com a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO) nas questões que envolvem os interesses de todos os povos indígenas do Oiapoque bem como na defesa de seus direitos.

27.Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Amapá¹²⁹ (FETAGRI-AP)

Colaboradora como parceira do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ajuda na realização e formulação dos debates e políticas territoriais e representa os assentados nas discussões

Sua missão é o estudo, a defesa, a representação e coordenação dos interesses profissionais, individuais e coletivos dos trabalhadores rurais do Estado, bem como promover e realizar pesquisa, ensino, treinamento, qualificação e requalificação profissional e de colaborar com o desenvolvimento institucional.

28.Instituto de Estudos Sócio Ambientais¹³⁰ (IESA)

O IESA é uma entidade não-governamental, civil e sem fins lucrativos, criado em 1995. O Instituto é voltado ao planejamento e implementação de programas e projetos de desenvolvimento dirigidos aos povos amazônicos.

Sua missão é consolidar um processo de interação e interlocução entre as políticas públicas e a sociedade civil organizada.

¹²⁸ Disponível em <http://www.povosindigenasdooiapoque.com.br/cultura.php> (Acesso em 11/11/2006)

¹²⁹ Disponível em <http://www.mda.gov.br> (Acesso em 11/11/2006)

¹³⁰ Folheto Institucional do Instituto de Estudos Sócio Ambientais.

29. Amazon Conservation Team (ACT)

A Amazon Conservation Team foi criada em 1995 com o propósito incentivar uma participação ativa e significativa dos povos indígenas para a conservação das florestas tropicais.

A ACT – Brasil foi criada em maio de 2002, busca fortalecer a capacidade das comunidades indígenas do Tumucumaque para tornar efetiva a proteção biocultural, o fortalecimento da sua cultura e a preservação de seus saberes tradicionais.

A organização desenvolve o Projeto de Fortalecimento dos Povos Indígenas do Tumucumaque. Este Projeto teve sua origem no Projeto de Mapeamento Cultural das Terras Indígenas do Tumucumaque e Rio Paru D`Este.

Em junho de 2002, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI -, na qualidade de interveniente, assinou o Convênio nº 003 com a ACT Brasil, na qualidade de co-executadora, e com as Comunidades Indígenas.

Sua missão é de fortalecimento das comunidades tradicionais e conservação do meio ambiente. A visão da ACT é a de alcançar a sustentabilidade e a autonomia dos povos tradicionais, buscando harmonia entre o homem e a natureza.

30. Conservation Internacional¹³¹ (CI)

A Conservation International (CI), fundada em 1987 é uma organização privada, sem fins lucrativos, dedicados à conservação e utilização sustentada da biodiversidade.

A C.I – Brasil começou a atuar em 1988. Em 2002 apoiou a criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, negociando proposta com o Fundo Global para a Conservação (GCF) para o financiamento de projetos como o mapeamento sistemático das características mais significativas da paisagem do Parque, pesquisas biológicas em áreas críticas, implementação de infra-estrutura básica e capacitação de profissionais locais para pesquisas de biodiversidade, conservação biológica e ecoturismo. Atualmente, atua no Corredor de Biodiversidade do Amapá, fornecendo apoio técnico-científico e financeiro às instituições parceiras.

Sua missão é preservar a biodiversidade global e demonstrar que as sociedades humanas podem viver em harmonia com a natureza.

¹³¹ Disponível em <http://www.conservation.org.br> (Acesso em 11/11/2006)

31.Fundação Mundial para Vida Selvagem¹³² (WWF)

A história da WWF no Brasil começou em 1971, quando a Rede WWF iniciou o seu trabalho no país. No dia 30 de agosto de 1996, foi criado oficialmente o WWF-Brasil, organização brasileira autônoma e sem fins lucrativos de conservação da natureza que passa a integrar a Rede WWF.

A WWF – Brasil desenvolve um Programa na Amazônia que tem o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade de toda a região amazônica nacional, valorizando a sua vocação florestal e aquática.

A organização trabalha em conjunto com o IBAMA na elaboração e implementação dos planos de manejo e outras ações visando a real consolidação das unidades de conservação existentes para que elas cumpram o seu papel.

Atua junto aos parceiros do Programa Áreas Protegidas (ARPA), integrando as instâncias decisórias e de planejamento do Programa.

Sua missão é contribuir para que a sociedade brasileira conserve a natureza, harmonizando a atividade humana com a conservação da biodiversidade e com o uso racional dos recursos naturais, para o benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações.

32.Cooperação Técnica Alemã¹³³ (GTZ)

A Cooperação Técnica Alemã (Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH, ou GTZ) é empresa pública de direito privado, criada em 1974, com o objetivo de gerenciar os projetos de cooperação técnica.

A Cooperação Técnica realiza-se por meio de programas estabelecidos de comum acordo, a partir de um Convênio Intergovernamental (Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha), que define a participação de cada uma das partes.

No Amapá realiza um Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL).

¹³² Disponível em <http://www.wwf.org.br> (Acesso em 11/11/2006)

¹³³ Disponível em <http://www.gtz.org.br/brasil> (Acesso em 11/11/2006)

Sua missão é atuar junto às instituições e pessoas, visando expandir sua capacidade de ação no contexto das metas de desenvolvimento acordadas entre os Governos do Brasil e da Alemanha.

33.Ministério da Ecologia e Desenvolvimento Sustentável da Guiana Francesa

Foi criado em 1993 com a missão de pesquisar e elaborar o desenho de criação do Parc Amazonien de Guyane.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

D -ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

A) CARACTERIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Nome:

Faixa Etária:

Sexo:

Formação:

Instituição:

Função:

Tempo que ocupa a função:

Qual o seu papel profissional com o parque?

B) INTERPRETAÇÃO DE PATRIMÔNIO NATURAL, ATRAVÉS DOS PARQUES

1.O que o Parque representa (significa) para você?

2.Diga três palavras-chave sobre o parque:

3.Como você interpreta o processo de criação do parque?

4.Na sua opinião qual a motivação para criação do parque?

5.Qual a importância do parque para a conservação da biodiversidade?

6.Qual é a função do parque na sua opinião?

7.Qual sua opinião em relação às populações que vivem dentro e no entorno do parque?

C) PAPEL RECONHECIDO EM RELAÇÃO À GESTÃO DO PARQUE

1.Qual o papel de sua instituição com relação ao parque?

2.Quais são as atividades-chave de sua instituição com relação ao parque?

3.Sua instituição atua na gestão do parque? De que maneira?

4.Qual a responsabilidade de sua instituição com relação à gestão do parque?

5.Como é a relação da sua instituição com a administração do parque?

6.Como você avalia essa relação?

7.Quais os principais conflitos na relação com a administração do parque?

8.Identifique as instituições relacionadas à gestão do parque.

9.Qual a responsabilidade das instituições mencionadas com relação à gestão do parque?

10. Qual a sua relação com essas instituições?

11. Como sua instituição poderia participar mais ativamente na gestão do parque?

E - PERFIL DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO AS INSTITUIÇÕES DE ORIGEM

Parque	Governamentais	Sexo	Idade	Formação/ Função
PNMT	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	M	42	Engenheiro Ambiental Chefe
PNCO	Parque Nacional do Cabo Orange	M	38	Engenheiro Eletricista Chefe
PNMT PNCO	IBAMA - AMAPÁ	M	35	Historiador Superintendente do Ibama - AP
PNMT	Ministério da Defesa (Exército – Comando de Fronteira do AP	M	42	Estudioso Comandante
PNCO	Ministério da Defesa (Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)	M	32	Superior da Academia Militar das Agulhas Negras Comandante
PNCO	Polícia Federal de Oiapoque	M	50	Ensino Médio Chefe Substituto
PNMT PNCO	Departamento Nacional de Pesquisas Minerais - DNPM	M	43	Geógrafo Fiscal
PNCO	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	F	49	Ensino Médio Orientadora
PNMT	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	M	26	Geógrafo Geógrafo
PNCO	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	M	35	Técnico em Agropecuária Administrador
PNMT	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	M	44	Direito Técnico
PNMT	Universidade Federal do Amapá - UNIFAP	M	35	Psicólogo Docente
PNCO	Instituto de Desenvolvimento Rural do AP - RURAP	M	38	Técnico em Agropecuária Chefe
PNCO	Secretaria de Aquicultura e Pesca - SEAP	M	32	Ensino Médio Auxiliar Operacional
PNMT PNCO	Secretaria de Estado de Tecnologia e Ciência - SETEC	M	46	Geólogo Chefe da Difusão Tecnológica
PNMT PNCO	Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA	M	57	Biólogo Secretário da SEMA
PNMT PNCO	Secretaria de Estado de Turismo - SETUR	M	41	Pedagogo Gerente da PROECOTUR ¹³⁴
PNMT PNCO	Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico - SEDE	F	35	Geógrafa Assessora Especial
PNMT/PNCO PNMT/PNCO	Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca, Floresta e Abastecimento.- SEAF Agencia de Desenvolvimento do Estado do Amapá - ADAP	M	54	Administrador Rural Secretário da Agricultura Presidente
PNCO	Instituto de Estudos e Pesquisas do Estado do Amapá - IEPA	M	40	Biólogo Pesquisador
PNMT	Instituto de Estudos e Pesquisas do Estado do Amapá – IEPA	M	59	Biólogo Diretor
PNCO	Prefeitura de Oiapoque - Secretaria Municipal de Meio Ambiente SEMMA	M	48	Ensino Fundamental Fiscal Ambiental
PNMT	Prefeitura de Serra do Navio	F	50	Professora de História Prefeita
PNMT	Prefeitura de Laranjal do Jari	M	32	Ensino Médio Departamento de Turismo

¹³⁴ Projeto de Ecoturismo

Parque	Sociedade Civil Local Organizada	Sexo	Idade	Formação /Função
PNMT	Conselho das Aldeias Wajapi - APINA	M	30	Indígena
PNMT	Assoc. dos povos Indígenas do Tumucumaque - APITU	F	33	Professora Professora
PNCO	Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque - APIO	M	22	Ensino Médio Secretário
PNCO	Associação Indígena Galibi-Marworno - AGM	M	45	Técnico Agrícola
PNMT	Federação dos Trabalhadores Agricultura do Estado do AP	F	39	Ensino Fundamental Presidente CONSAD ¹³⁵
PNMT	Instituto de Estudos Sócio-Ambientais - IESA	M	41	Zootecnista Gerente de Projetos
Órgãos Internacionais				
PNMT	Amazônia Conservation Team - ACT	M	31	Supervisor
PNMT	Conservation International – CI-Brasil	M	32	Biólogo Gerente de Programas da Amazônia
PNMT	Fundação Mundial para Vida Selvagem – WWF-Brasil	M	33	Engenheiro Agrônomo
Cooperação Internacional				
PNMT	Cooperação Brasil-Alemanha - GTZ	M	36	Técnico Florestal Consultor Local
PNMT	Ministério da Ecologia e Desenvolvimento Sustentável da Guiana Francesa	M	35	Jurista/ Jornalista Responsável pela Comunicação

¹³⁵ CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

F - ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELOS PARQUES MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE (1) E CABO ORANGE (2)¹³⁶

(1) Município de Almeirim (PA) – Criado em 1930, a população total do Município era de 33.957 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000). A área do município é de 72.960 km² representando 5.8476 % do Estado, 1.8934 % da Região e 0.8587 % de todo o território brasileiro. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.745 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

É o único Município do Pará que abrange uma parte do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Em termos de estrutura socio-profissional registra-se uma entrada precoce e uma saída tardia do mercado de trabalho, bem como um peso significativo do trabalho por conta própria, sobretudo no setor hoteleiro e da agricultura. De um modo geral, o emprego é pouco qualificado nas várias atividades econômicas e refletem uma estrutura empresarial pouco desenvolvida.

O município apresenta uma taxa de analfabetismo elevada, apesar das políticas desenvolvidas nos últimos anos, de apoio e fomento à educação. Mais de 65% da população tem grau de instrução baixo. A percentagem de população residente que frequenta ou já frequentou Cursos Médios, Superiores, Mestrados ou Doutoramentos é de apenas 5% do total de população (dados fornecidos pelo Censo 1991), o que revela claramente o baixo grau de instrução daqueles que vivem em Almeirim.

No âmbito da Saúde, no município existem apenas seis estabelecimentos de saúde, cinco farmácias e 27 médicos, o que significa que cada médico atende cerca de 812 habitantes. As condições de saneamento e infra-estrutura são, também, bastante deficitárias.

(1) Município de Pedra Branca do Amapari (AP) – Criado em 1992, a população total do Município era de 4.009 de habitantes (0,42 hab/Km²), de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000). A área do município é de 9.495 km² representando 6.6485 % do Estado, 0.2464 % da Região e 0.1118 % de todo o território brasileiro. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.625 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

No setor primário pratica-se a criação de gado bovino, bufalino e suíno. A pesca de algumas espécies (trairão, tucunaré, pacu, etc.) também ajudam a crescer a

¹³⁶

Dados obtidos <http://www.cnm.org.br> (Acesso em 22/02/2007)

economia. Na agricultura são plantadas diversas culturas, destacando-se a mandioca que se destina à fabricação de farinha de mandioca, ingrediente básico na alimentação na Amazonia. No setor secundário destacam-se as serrarias, beneficiadoras de madeiras como acapu, maçaranduba, angelim, andiroba, dentre outras. Pelo setor terciário, respondem as mercearias, bares e boates. O funcionalismo público é, entretanto, de onde vem a maior contribuição para fazer circular a economia do município.

No setor de Educação, embora existam escolas estaduais de ensino fundamental e médio, a carência neste é grande.

Com relação à assistência médica, o município ainda é muito carente, dispondo de poucos centros de saúde. E as condições de saneamento e infra-estrutura são, também, bastante deficitárias, a água que a população consome é oriunda dos poços amazônicos.

A manifestação cultural do município de Pedra Branca do Amapari consiste na comemoração da criação do município (maio), evento que se junta aos festejos do mês de junho, em louvor a São Pedro, padroeiro da cidade.

(1) Município de Laranjal do Jarí (AP) - Criado em 1987, a população total do Município era de 28.515 habitantes (0,91 hab/Km²), de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000). A área do município é de 30.966 km² representando 21.6828 % do Estado, 0.8036 % da Região e 0.3645 % de todo o território brasileiro. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.732 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000)

O município de Laranjal do Jarí foi desmembrado do município de Mazagão e hoje é o maior de todos os municípios do Estado do Amapá. O município originou-se do "Beiradão", ou propriamente por causa do Projeto Jarí¹³⁷, empreendido pela Companhia Jarí Florestal e Agropecuária Ltda, com atividades voltadas à exploração de celulose, pecuária e agricultura de arroz de várzea.

No setor primário há a criação dos gados bovino e bufalino. Este último, em maior proporção. Há os cultivos de arroz, abacaxi, banana, cupuaçu, feijão, laranja, milho, melancia e mandioca. No setor secundário ocorre a extração e a fabricação de

¹³⁷ Projeto agromineral dos anos 60, criado pelo multimilionário Daniel Keith Ludwig, e vendido a empresários brasileiros, depois da aquisição federal. Tem sede na vila de Monte Dourado, ocupando uma extensão de mais de 3 milhões de hectares, cujo eixo é o rio Jarí, que desemboca na foz do Amazonas (Fonte: Garrido Filha, 1980, p. 37)

palmitos de açaí (Florida). Sobressai entre as atividades econômicas a extração da castanha do Brasil, voltada à fabricação de óleo comestível, hoje também exportada para a Europa (França); algumas padarias e fábricas de tijolo também ocorrem no município e além de atender o alto consumo interno, exportam boa parte da produção para o Estado do Pará. O município possui algumas movelarias. No setor terciário, o comércio é, fator relevante para o desenvolvimento da região. Vários bares, boates e alguns hotéis são também presentes no município.

Os eventos culturais resumem-se nos festejos em junho (dia 15/16), em louvor a Santo Antônio, padroeiro do lugar e ainda o festival da Castanha do Brasil, realizado pelas cooperativas, no mês de julho.

(1) Município de Serra do Navio (AP) - Criado em 1992, a população total do Município era de 3.293 de habitantes (0,42 hab/Km²), de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000). A área do município é de 7.757 km² representando 5.4312 % do Estado, 0.2013 % da Região e 0.0913 % de todo o território brasileiro. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.743 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

A cidade de Serra do Navio foi criada, inicialmente para abrigar os funcionários da ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios, que firmou contrato de exploração do manganês amapaense por 50 anos com a União Federal em 1953, quando o Amapá ainda era Território, ou seja, até 2003. Entretanto, em 1999, esgotou a reserva antes do tempo previsto, e a empresa deixou o local, causando a decadência da cidade.

Atualmente, o município destaca-se na agricultura, com a cultura de mandioca, arroz, milho etc. No setor secundário, algumas serrarias e padarias ocorrem no município. No setor terciário, pequenos comércios e supermercados, além dos serviços de hotel, cartório de registro civil, são também observados.

Postos de atendimento à comunidade funcionam, administrados pela Divisão Municipal da Saúde, por agentes comunitários e por uma Unidade Integrada.

A criação do município é festejada no mês de maio (dia 01 e em julho são realizados os festejos em louvor a Santa Ana, padroeira da cidade. A cidade organiza ainda o festival do cupuaçu e de alguns derivados como: sucos, tortas, geléias (principalmente polpa de frutas)).

(1 e 2) Município de Oiapoque (AP) - Criado em 1945, a população total do Município era de 12.886 de habitantes (0,56 hab/Km²), de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000). A área do município é de 22.625 km² representando

15.8422 % do Estado, 0.5872 % da Região e 0.2663 % de todo o território brasileiro. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.738 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000)

A base econômica concentra-se no setor primário, principalmente na criação do gado bovino, bufalino e suíno e na cultura da mandioca, laranja, milho, cana-de-açúcar e outros. No setor secundário, a extração de ouro representa a principal atividade. Como fonte complementar de renda, os recursos giram em torno do artesanato, incluindo-se desta forma a fabricação de luxuosas jóias em ouro. A extração de pedras preciosas também é um importante item na economia do município. No setor moveleiro, o município dispõe de algumas serrarias. As indústrias de panificação ajudam a fomentar a economia, como alternativa econômica, surge também a exportação do cacau beneficiado, através da Associação Agroextrativista do Cassiporé, para a França. Quanto ao setor terciário, o município possui pequenos estabelecimentos comerciais (mercearias), que se beneficiam do intercâmbio com Saint Georges (São Jorge - Caiena) e com a vila de Clevelândia.

Por estar na fronteira com Sant George, cidade francesa que serve de ponto de entrada para a Guiana (tanto por via aérea quanto marítima), Oiapoque está aos poucos perdendo as características de cidade provinciana. A vida social da cidade ganha progressivamente status de uma cidade mais cosmopolita. A relação comercial do Oiapoque com os outros municípios do Estado do Amapá torna-se também cada vez mais intensa.

Em Oiapoque, os contatos permanentes entre franceses e brasileiros fizeram com que se criasse uma forma de expressão lingüística própria para a fronteira.

Em relação aos eventos culturais, o município presta sua homenagem, no dia 15 de agosto, à Nossa Senhora das Graças, padroeira da cidade. A programação, como mandam os costumes, compreende o sagrado e o profano: missa, arraial e procissão. No mês de outubro, festeja-se a Padroeira de Clevelândia do Norte, Nossa Senhora de Nazaré. Ocorrem além disto, como manifestações culturais, as festas juninas, animadas com quadrilhas e desfiles de miss caipira, onde valem a criatividade e a imaginação.

(1 e 2) Município de Calçoene (AP) – Criado em 1956, a população total do Município era de 6.730 habitantes (0,47 hab/Km²), de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000). A área do município é de 14.269 km² representando 9.9915 % do Estado, 0.3703 % da Região e 0.1679 % de todo o território brasileiro.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.688 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000)

No setor primário utiliza-se da cultura da mandioca, criação de gado bovino, bufalino e suíno, bem como a pesca, o artesanato e a garimpagem. No setor terciário possui algumas mercearias, hotéis e cartório de registro. Os funcionários públicos são os que mais contribuem para a economia do município.

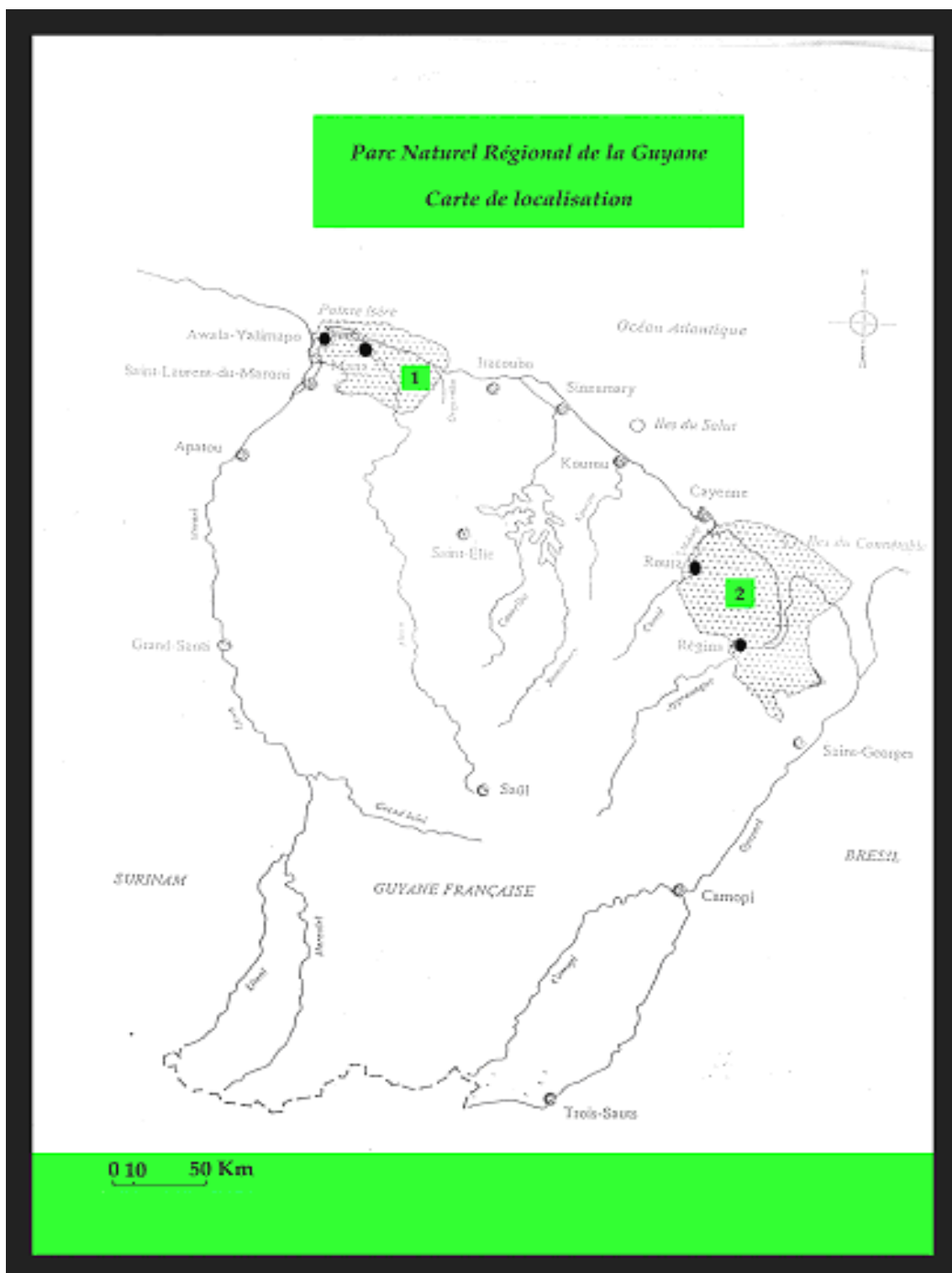
Os eventos culturais restringem-se à organização do festival do caranguejo (julho) e em dezembro, festividades em louvor à padroeira da cidade - Nossa Senhora da Conceição.

G – Etapas de desenvolvimento do Plano de Manejo do Parque Nacional do Cabo Orange

- 1ª etapa (Abril/04): Realização da 1ª reunião técnica de planejamento para estruturação do desenvolvimento do plano e definição das áreas temáticas a serem trabalhadas. Participaram desta reunião os responsáveis pelo planejamento: IBAMA/DIREC, NUC/IBAMA/AP, o chefe da UC e os analistas ambientais Albert de Jagger e Ricardo Motta Pires;
- 2ª etapa (Abril/04): Expedição à área Marinha do PNCO e região costeira, iniciando no município de Calçoene, praia do Goiabal (área do entorno) e encerrando na foz do rio Oiapoque (Cabo Orange). Participaram as seguintes instituições: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), Museu Emilio Goeldi, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Instituto Estudos Sócio Ambiental (IESA);
- 3ª etapa (Maio/05): Entrega do levantamento bibliográfico e compilação de dados do PNCO pela consultora Patrícia Burmamm, contratada pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO/ARPA);
- 4ª etapa (Junho/05): Expedição da equipe do IEPA (socioeconomia) às comunidades agrícolas, tradicionais, indígenas e quilombolas do entorno e da área do PARNA;
- 5ª etapa (Agosto/05): Realização de reunião preparatória para a segunda expedição científica a área do PNCO.
- 6ª etapa (Setembro/05): Expedição terrestre e fluvial à área sul e central do PNCO. Participaram as seguintes instituições: IEPA, Museu Emílio Goeldi, UNIFAP e IESA;
- 7ª etapa (Abril/06): Realização de seminário e oficina de planejamento com pesquisadores;
- 8ª etapa (Julho/06): Elaboração e entrega dos Encarte 1 e 2 (Contextualização da UC e Análise da Região da UC);
- 9ª etapa (Julho/06): Realização da última expedição à área do PNCO, tendo como objetivo principal percorrer toda a área costeira do PARNA, do rio Cunani ao Oiapoque.
- 10ª etapa (Agosto/06): Realização da 2ª reunião Técnica de Avaliação do Plano de Manejo.
- 11ª etapa (Setembro/06): Realização da Oficina de planejamento com as comunidades do entorno e área do PNCO;
- 12ª etapa (Setembro/06): Entrega do Encarte 3;
- 13ª etapa (Novembro/06): Entrega do Encarte 4;
- 14ª etapa (Dezembro/06): Realização da 3ª Reunião Técnica: Avaliação do plano de manejo;
- 15ª etapa (Março/07): Entrega do Plano de Manejo.

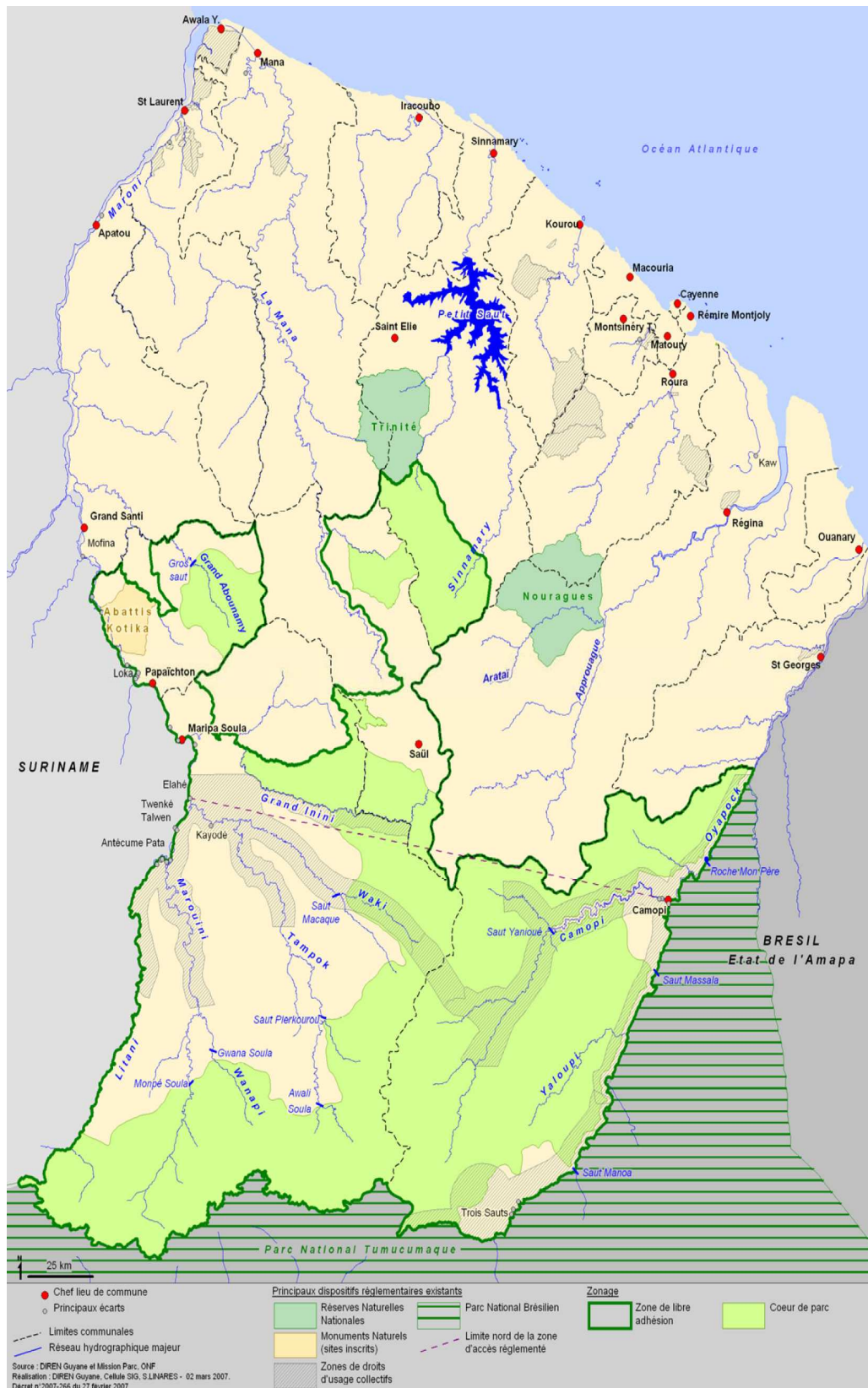
ANEXOS

ANEXO 2



ANEXO 2

Parc Amazonien de Guyane



ANEXO 3



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

DECRETO DE 22 DE AGOSTO DE 2002

Cria o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, localizado nos Estados do Amapá e do Pará, com o objetivo de assegurar a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica, bem como proporcionar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, de recreação e turismo ecológico.

Art. 2º O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque possui uma área total aproximada de 3.867.000 ha, com sua delimitação descrita a partir de plantas e memoriais descritivos das glebas de terras da União, elaborados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do Decreto de 23 de maio de 1996, que "homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Waiãpi, localizada nos Municípios de Laranjal do Jari e Amapari, Estado do Amapá" e da Carta do Estado do Amapá em escala 1:1.000.000, editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com o seguinte memorial descritivo: inicia-se na fronteira do Brasil com o Suriname, no ponto de coordenadas geográficas aproximadas 02°26'52" N e 54°47'32,11" WGr (ponto 01); segue em direção sul, acompanhado o limite da Terra Indígena Parque do Tumucumaque, conforme Decreto de 3 de novembro de 1997, que "homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Parque do Tumucumaque, localizada nos Municípios de Almeirim, Orximiná, Óbidos e Alenquer, Estado do Pará, e Laranjal do Jari, no Estado do Amapá", passando pelos pontos de coordenadas geográficas 02°12'26,55" N e 54°40'32,36" WGr (ponto 02); 02°05'00,59" N e 54°43'10,77" WGr (ponto 03); atingindo o ponto de coordenadas geográficas 01°53'57,41" N e 54°40'21,27" WGr (ponto 04); daí, segue pelo limite da Terra Indígena citada até a margem direita do Rio Jari no ponto de coordenadas geográficas aproximadas 01°51'16,6" N e 54°44'50,1" WGr (ponto 05); segue a jusante pela margem direita do Rio Jari, até a foz do Rio Mapari (ponto 06); segue a montante pela margem direita do Rio Mapari, até a confluência com o Igarapé Yakã, ponto de coordenadas geográficas 01°23'05,282" N e 53°09'13,084" WGr (ponto 07); segue a montante pela margem direita do Igarapé Yakã até sua cabeceira, ponto de coordenadas geográficas 01°43'27,275" N e 53°13'31,139" WGr (ponto 08); segue por uma linha reta até o ponto de coordenadas geográficas 01°50'36,636" N e 53°05'22,644" WGr (ponto 09), localizado na cabeceira do Rio Inipaco; segue pelo Rio Inipaco, a jusante, até o ponto de coordenadas geográficas 01°30'58,737" N e 53°02'40,808" WGr, localizado na confluência com o Igarapé Pakwar (ponto 10); segue por este igarapé, a montante, até sua cabeceira, ponto de coordenadas geográficas 01°32'01,060" N e 52°52'55,788" WGr (ponto 11); segue por linhas retas, unindo os pontos de coordenadas geográficas 01°31'15,081" N e 52°53'46,697" WGr (ponto 12), 01°29'19,942" N e 52°54'11,712" WGr (ponto 13), 01°28'08,206" N e 52°54'14,565" WGr (ponto 14), 01°26'22,277" N e 52°55'00,080" WGr (ponto 15), 01°24'58,091" N e 52°54'38,623" WGr (ponto 16), 01°23'44,089" N e 52°53'20,415" WGr (ponto 17), 01°21'55,657" N e 52°54'10,763" WGr (ponto 18), e 01°20'26,221" N e 52°55'29,379" WGr, localizado na cabeceira de um formador do Igarapé Visagem (ponto 19); segue por este a jusante até o ponto de coordenadas geográficas aproximadas 01°11'44,453" N e 52°27'41,104" WGr, localizado na sua confluência com o Rio Tucunapi (ponto 20); daí, segue a jusante pela margem direita do Rio Tucunapi até sua confluência com o Rio Amapari

(ponto 21); segue a montante, pela margem direita do Rio Amapari, até a foz do Igarapé Geladeira, ponto de coordenadas geográficas aproximadas 01°12'12" N e 52°21'24" WGr (ponto 22); segue a montante, pela margem direita deste igarapé, até sua cabeceira, no ponto de coordenadas geográficas aproximadas 01°20'10" N e 52°19'45" WGr (ponto 23); segue por linha reta até o ponto de coordenadas geográficas aproximadas 01°23'18" N e 52°19'07" WGr, situado na cabeceira do Igarapé Sucuriçu (ponto 24); continua por linha reta a partir deste ponto até o ponto de coordenadas geográficas aproximadas 01°25'30" N e 52°16'45" WGr, situado na cabeceira do Igarapé Batata (ponto 25); segue a jusante, pela margem direita deste igarapé, até sua foz no Rio Braço do Mururé, no ponto de coordenadas geográficas aproximadas 01°33'00" N e 52°10'54" WGr (ponto 26); segue a jusante pela margem direita do Rio Braço do Mururé até sua foz no Rio Mururé, ponto de coordenadas geográficas aproximadas 01°31'24" N e 52°06'24" WGr (ponto 27); segue a jusante, pela margem direita do Rio Mururé, até sua foz no Rio Araguari (ponto 28); continua a jusante pela margem direita do Rio Araguari, até a confluência com o Rio Mutum (ponto 29); segue a montante, pela margem esquerda do Rio Mutum, até sua cabeceira, ponto de coordenadas geográficas aproximadas 01°55'57" N e 51°39'03" WGr (ponto 30); segue por linhas retas unindo os pontos de coordenadas geográficas aproximadas 02°06'42" N e 51°34'18" WGr (ponto 31), 02°15'00" N e 51°40'00" WGr (ponto 32), 02°22'30" N e 51°49'00" WGr (ponto 33), atingindo a margem do Rio Anotaié, no ponto de coordenadas geográficas aproximadas 02°26'43,2" N e 51°54'45,7" WGr (ponto 34); segue a jusante pela margem direita do Rio Anotaié, até sua foz no Rio Oiapoque (ponto 35); segue em direção sudoeste, pela fronteira do território nacional brasileiro com a Guiana Francesa, posteriormente com o Suriname, até atingir o ponto inicial desta descrição, fechando o perímetro.

§ 1º Fica incluída nos limites do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque a faixa de terras de um quilômetro de largura, ao longo do Rio Jari, localizada entre os pontos 05 e 06 do memorial descritivo, constante do caput deste artigo.

§ 2º Fica o INCRA responsável pelos procedimentos necessários à cessão de uso gratuito do referido imóvel ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA.

Art. 3º As terras contidas nos limites descritos no art. 2º deste Decreto serão, nos termos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, objeto de compensação de área de Reserva Legal dos projetos agro-extrativistas, de assentamento e de colonização, criados pelo INCRA.

Parágrafo único. O IBAMA e o INCRA, em conjunto, no prazo de noventa dias, baixarão as normas para a efetiva implementação deste artigo.

Art. 4º Caberá ao IBAMA, com a colaboração do Governo do Estado do Amapá e participação dos Governos municipais locais e da sociedade civil interessada, administrar o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, adotando as medidas necessárias à sua efetiva implantação.

Art. 5º Participarão da análise e elaboração do Plano de Manejo do Parque, o Conselho de Defesa Nacional, por meio de sua Secretaria-Executiva, e o Ministério da Defesa.

Art. 6º No exercício das atribuições constitucionais e legais das Forças Armadas e da Polícia Federal no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, estão compreendidas:

I - a liberdade de trânsito e acesso, por via aquática, aérea ou terrestre, de militares e policiais para a realização de deslocamento, estacionamentos, patrulhamento e demais operações ou atividades, indispensáveis à segurança e integridade do território nacional;

II - a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, bem como das vias de acesso e demais medidas de infraestrutura e logística necessárias, compatibilizadas com o Plano de Manejo da Unidade, quando fora da faixa de fronteira;

III - a implantação de programas e projetos de controle e ocupação da fronteira.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de agosto de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Carlos Carvalho

José Abrão



- ENCARTE 4 - PLANEJAMENTO
 4.1. Visão geral do processo de planejamento
 4.2. Histórico do planejamento
 4.3. Avaliação estratégica da Reserva
 4.4. Objetivos específicos do manejo da Reserva
 4.5. Zoneamento
 4.6. Normas gerais
 4.7. Planejamento por áreas de atuação
 4.8. Estimativas de custos

PORTARIA Nº 30, DE 28 DE ABRIL DE 2005

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24, Anexo I, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 4.756, de 20 de junho de 2003, e art. 93, item VI do Regimento Interno aprovado pela Portaria GMS/MA nº 230, de 14 de maio de 2002.

Considerando o art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, bem como os arts. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamentou;

Considerando a Portaria/IBAMA nº 182-N, de 31 de dezembro de 2002, que criou o Conselho Consultivo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque;

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ecossistemas, no Processo IBAMA nº 02001.009394/2002-57, resolve:

Art. 1º Alterar a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, órgão integrante da estrutura do IBAMA, Montanhas do Tumucumaque.

Art. 2º O Conselho Consultivo do IBAMA Montanhas do Tumucumaque passa a ter a seguinte composição:

I - um representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/MA; e
 II - dois representantes do Ministério da Defesa, sendo um titular e um suplente;

III - um representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, na condição de titular e um representante da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, como suplente;

IV - dois representantes da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, sendo um titular e um suplente;

V - dois representantes do Ministério do Meio Ambiente da Guiana Francesa, sendo um titular e um suplente;

VI - dois representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável - SEMA, sendo um titular e um suplente;

VII - dois representantes da Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, sendo um titular e um suplente;

VIII - dois representantes do Instituto de Estudos e Pesquisas do Estado do Amapá - IEPA, sendo um titular e um suplente;

IX - dois representantes da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, sendo um titular e um suplente;

X - dois representantes da Prefeitura Municipal de Calçoene, sendo um titular e um suplente;

XI - dois representantes da Prefeitura Municipal de Almeirim, sendo um titular e um suplente;

XII - dois representantes da Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari, sendo um titular e um suplente;

XIII - dois representantes da Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapá, sendo um titular e um suplente;

XIV - dois representantes da Prefeitura Municipal de Serra do Navio, sendo um titular e um suplente;

XV - dois representantes da Prefeitura Municipal de Ctaçoque, sendo um titular e um suplente;

XVI - dois representantes da Cooperativa Agro-extrativista do Município de Calçoene - COAGRO, sendo um titular e um suplente;

XVII - dois representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Laranjal do Jari - SINTRULAJA, sendo um titular e um suplente;

XVIII - dois representantes da Cooperativa Mista dos Produtores Extrativistas do Rio Umuapora - COMARU, sendo um titular e um suplente;

XIX - um representante da Associação dos Povos Indígenas do Amapá - APINA, na condição de titular e um representante do Instituto de Estudos e Pesquisa em Educação Indígena - IEPE, como suplente;

XX - dois representantes da Associação dos Povos Indígenas Tumucumaque - APITU, sendo um titular e um suplente;

XXI - um representante da Associação das Mulheres Produtoras da Comunidade de Rizinho - AMPCR, na condição de titular

e um representante da Associação dos Produtores Agrícolas de São Sebastião do Cachaço - ABASSC, como suplente;

XXII - um representante da Associação das Escolas Agrícolas da Perimetral Norte de Pedra Branca do Amapá - AEPAPEN, na condição de titular e um representante da Associação dos Trabalhadores Rurais do Arrepellido - ATRA, como suplente;

XXIII - um representante da Associação de Moradores e Produtores Agroextrativistas de Água Fria - AMPAAE, na condição de titular e um representante da Associação de Produtores do Centro Novo - APCN, como suplente;

XXIV - um representante da Associação de Moradores da Vila de Serra do Navio - AMVISEN, na condição de titular e um representante do Instituto Folclórico Artístico Topografia Pella - INBATCPEL, como suplente;

XXV - um representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Serra do Navio - SINTRANAV, na condição de titular e um representante da Associação Agroextrativista dos Produtores e Moradores de Serra do Navio - ASPROMA, como suplente;

XXVI - um representante da Associação das Mulheres da Água Branca - AMUAB, na condição de titular e um representante da Associação das Mulheres do Cachaço - AMUC, como suplente;

XXVII - dois representantes da Federação dos Trabalhadores e Agricultores - FETAGRI, sendo um titular e um suplente;

XXVIII - dois representantes da Associação de Moradores de Vila Brasil - AMVBL, sendo um titular e um suplente;

XXIX - dois representantes da Associação dos Carneiros do Ctaçoque - COMPCO, sendo um titular e um suplente;

XXX - dois representantes da Associação dos Comerciantes do Ctaçoque, sendo um titular e um suplente;

Parágrafo único. O(a) Chefe do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque representará o IBAMA/MA no Conselho Consultivo e a este presidirá.

Art. 3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo do IBAMA Montanhas do Tumucumaque serão fixados em Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo deverá elaborar e aprovar o seu Regimento Interno no prazo de até noventa dias, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

PORTARIA Nº 30, DE 28 DE ABRIL DE 2005

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24, Anexo I, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 4.756, de 20 de junho de 2003, e art. 93, item VI do Regimento Interno aprovado pela Portaria GMS/MA nº 230, de 14 de maio de 2002.

Considerando o disposto no art. 21 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, no Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002 e no Decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996;

Considerando o que consta no processo nº 02015.004726/02-94, resolve:

Art.1º Criar a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em uma área de 248,45 ha (duzentos e oitenta e cinco hectares e quarenta e cinco ares), denominada "ARARA VERMELHA", localizada no Município de Anjos, Estado de Minas Gerais, de propriedade de Norema Rodrigues de Oliveira e Miguel Angelo Guelia, constituindo-se parte integrante do imóvel rural, registrado sob o nº 4 da matrícula nº 417, livro nº 2-A, ficha nº 417, de 28 de março de 2.001, registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Anjos/MG.

Art.2º A Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Rio das Lustras tem os limites descritos a partir do levantamento topográfico realizado pelo Técnico Fernando Rêgo Bernardes, CREA nº 5.060.489/133/SP.

Área da RPPN: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M-05 de coordenada N-8.293.241,806 e E-413.337.452 localizado na divisa com Joaquim Antônio Alves, deste segue confrontando com Joaquim Antônio Alves, com os seguintes azimutes e distâncias: 97°45'55" e distância de 491,39 m até o vértice M-04 de coordenada N-8.293.175.412 e E-413.324.335 situado na divisa com Orlando Martins, deste segue confrontando com Orlando Martins, com os seguintes azimutes e distâncias: 121°45'3" e distância de 72,83 m até o vértice M-03 de coordenada N-8.293.137,084 e E-413.886,268; 156°52'0" e distância de 159,02 m até o vértice M-06 de coordenada N-8.292.990,855 e E-413.948,741; 169°15'11" e distância

de 86,26 m até o vértice M-07 de coordenada N-8.292.905,975 e E-413.993,388; 230°51" e distância de 187,53 m até o vértice M-08 de coordenada N-8.292.798,479 e E-413.804,899; 219°47'24" e distância de 174,52 m até o vértice M-09 de coordenada N-8.292.653,434 e E-413.707,637; 242°30'50" e distância de 236,66 m até o vértice M-10 de coordenada N-8.292.521,105 e E-413.483,545; 239°32'28" e distância de 432,70 m até o vértice M-11 de coordenada N-8.292.289,301 e E-413.088,171; 240°28'52" e distância de 214,71 m até o vértice M-12 de coordenada N-8.292.207,070 e E-412.889,833; 289°33'50" e distância de 143,91 m até o vértice M-13 de coordenada N-8.292.256,046 e E-412.734,518; 198°15'14" e distância de 85,77 m até o vértice M-14 de coordenada N-8.292.174,614 e E-412.727,459; 179°24'59" e distância de 301,28 m até o vértice M-15 de coordenada N-8.291.874,298 e E-412.751,736; 196°8'32" e distância de 188,33 m até o vértice M-16 de coordenada N-8.291.693,302 e E-412.699,375; 220°51'17" e distância de 192,20 m até o vértice M-17 de coordenada N-8.291.546,347 e E-412.575,608; 201°9'13" e distância de 500,43 m até o vértice M-18 de coordenada N-8.291.080,828 e E-412.391,975, situada na divisa com João Crispim, deste segue confrontando com João Crispim, com os seguintes azimutes e distâncias: 288°55'37" e distância de 1.473,78 m até o vértice M-19 de coordenada N-8.291.558,864 e E-410.997,576, localizado na margem esquerda do Córrego Fagari, deste segue a montante do Córrego Fagari, com os seguintes azimutes e distâncias: 99°44'6" e distância de 1.572,22 m até o vértice M-20 de coordenada N-8.291.080,203 e E-412.187,066, deste segue confrontando com terras da própria Fazenda com os seguintes azimutes e distâncias: 148°57'39" e distância de 120,72 m até o vértice M-21 de coordenada N-8.292.786,428 e E-412.249,651; 128°36'46" e distância de 504,16 m até o vértice M-22 de coordenada N-8.292.471,466 e E-412.643,266; 79°55'46" e distância de 331,22 m até o vértice M-23 de coordenada N-8.292.520,050 e E-412.960,388; 271°9'21" e distância de 301,88 m até o vértice M-03 ponto de partida. Todas as coordenadas aqui descritas estão georeferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se referenciadas ao sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 45 WGT, sendo como datum o SAD-69 (Brasil). Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 3º A RPPN será administrada pelos proprietários do imóvel, o representante legal que será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 1.922, de 05 de junho de 1996, em especial no seu art. 8º.

Art. 4º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criará sujeitando os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.985, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 91, DE 28 DE ABRIL DE 2005

OS MINISTROS DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 12, inciso I, alíneas "a" e "v", do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, e

Considerando a necessidade de atender às despesas com despesa agropecuária especialmente a erradicação da febre aftosa, resolve:

Art. 1º Ampliar o limite de que trata o Anexo I do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Alterar o detalhamento constante do Anexo I da Portaria Interministerial MP/ME nº 51, de 11 de março de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 11 de março de 2005, na forma do Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Em decorrência do disposto no art. 2º o detalhamento dos valores associados para investimento e empenho do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que trata o Anexo I da Portaria Interministerial MP/ME nº 51, de 2005, passam a ser os constantes do Anexo III desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA
 Ministro de Estado do Planejamento,
 Orçamento e Gestão

ANTONIO BALOCCHI FILHO
 Ministro de Estado da Fazenda

ANEXO 5



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

Decreto nº 84.913, dE 15 de julho de 1980.

Cria, no Território Federal do Amapá, o Parque Nacional do Cabo Orange, com os limites que especifica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando de atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, nos termos do artigo 5º, letra "a", da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado, no Território Federal do Amapá, o Parque Nacional do Cabo Orange, com área estimada em 619.000 ha (seiscentos e dezenove mil hectares), subordinado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Agricultura.

Parágrafo único - A área de que trata este artigo é constituída de terras da União e está localizada nos Municípios de Calçoene e Oiapoque, enquadrada dentro das coordenadas geográficas latitude 4º 26' - 3º 30' Latitude Norte; longitude 51º09' - 51º35' Lat. W - Gr. e compreendida dentro do seguinte perímetro:

Principia no ponto de demarcação do Parque Indígena Uaçá (marco nº 1), segue pelo seu limite norte, até o marco nº 15 e, partindo deste, no sentido sul, passa pelos marcos nºs 14, 13, 12, 11, 10 e 8, sendo este último localizado no rio Uaçá; continua no sentido oeste-leste por uma linha seca, com um comprimento de 15 Km, até o rio Cassiporé; daí prossegue subindo o rio Cassiporé, pela sua margem direita, até a picada que liga as localidades de Vila Velha a Cunani; segue, no rumo sul, numa distância aproximada de 45,0 Km, até o rio Cunani, donde desce acompanhando a sua margem esquerda até o oceano Atlântico; desse ponto continua, através de uma linha seca, no sentido oeste-leste, até 10 Km da costa no oceano Atlântico; segue a costa, numa faixa marítima de 10 Km de largura, passando pelos locais denominados Ponta do Marrecal, Cabo Cassiporé, Ponta da Costa, até o Cabo Orange; daí sobe acompanhando a margem direita do rio Uaçá até encontrar o ponto inicial.

Art. 2º - O Parque Nacional do Cabo Orange tem por finalidade precípua a proteção da flora e da fauna e das belezas naturais existente, no local, ficando sujeito às disposições da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e do Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, aprovado pelo Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de julho de 1980; 159º da Independência e 92º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Angelo Amaury Stábile



Art. 2º A Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Rio dos Monos, tem os limites descritos a partir do levantamento topográfico realizado, conforme memorial descritivo constante no referido processo.

Área da RPPN 1: Inicia-se a descrição deste perímetro vértice M1, de coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM-Datum SAD-69, E 331.858,31m e N 8.344.518,72m; daí, confrontando com azimute de 100°00'25" e distância de 71,25m, segue até o vértice M2, de coordenadas E 331.928,52m - N 8.344.506,33m, com azimute de 105°41'35" e distância de 79,12m, segue até o vértice M3, de coordenadas E 332.004,69m - N 8.344.484,93m, com azimute de 80°57'48" e distância de 32,04m, segue até o vértice M4, de coordenadas E 332.036,34m - N 8.344.489,98m, com o azimute de 72°02'30" e distância de 39,90m, segue até o vértice M5, de coordenadas E 332.074,35m - N 8.344.502,28m, com o azimute de 133°39'51" e distância de 36,59m, segue até o vértice M6, de coordenadas E 332.103,82m - N 8.344.477,02m, com azimute de 114°21'41" e distância de 57,54m, segue até o vértice M7, de coordenadas E 332.153,24m - N 8.344.453,29m, com azimute de 127°51'54" e distância de 88,54m, segue até o vértice M8, de coordenadas E 332.223,14m - N 8.344.398,94m, com azimute de 37°21'06" e distância de 13,31m, segue até o vértice M9, de coordenadas E 332.231,21m - N 8.344.397,52m, com azimute de 150°33'05" e distância de 139,23m, segue até o vértice AII M0020, de coordenadas E 332.299,60m - N 8.344.288,23m, situado na divisa do Distrito de Barra Nova, daí confrontando com Distrito de Barra Nova, com azimute de 170°24'41" e distância de 29,81m, segue até o vértice AII M0021, de coordenadas E 332.304,56m - N 8.344.258,84m, com azimute de 01°35'46" e distância de 19,67m, segue até o vértice AII M0022, de coordenadas E 332.324,23m - N 8.344.258,29m, com azimute de 186°25'07" e distância de 150,73m, segue até o vértice AII M0023, de coordenadas E 332.306,93m - N 8.344.168,50m, com azimute de 218°53'22" e distância de 13,01m, segue até o vértice AII M0024, de coordenadas E 332.295,63m - N 8.344.094,48m, situado na divisa do Distrito de Barra Nova, José Francisco de Almeida e Fazenda Rio dos Monos, daí confrontando com Fazenda Rio dos Monos, com azimute de 344°06'40" e distância de 66,97m, segue até o vértice M10, de coordenadas E 332.277,30m - N 8.344.159,90m, com azimute de 337°50'44" e distância de 29,13m, segue até o vértice M11, de coordenadas E 332.226,31m - N 8.344.185,88m, com o azimute de 331°40'19" e distância de 121,85m, segue até o vértice M12, de coordenadas E 332.190,87m - N 8.344.291,31m, com o azimute de 332°47'49" e distância de 16,98m, segue até o vértice M13, de coordenadas E 332.181,74m - N 8.344.299,05m, com azimute de 317°15'50" e distância de 34,47m, segue até o vértice M14, de coordenadas E 332.165,13m - N 8.344.317,05m, com o azimute de 309°40'38" e distância de 28,42m, segue até o vértice M15, de coordenadas E 332.140,69m - N 8.344.331,55m, com azimute de 273°39'19" e distância de 70,04m, segue até o vértice M16, de coordenadas E 332.070,79m - N 8.344.336,01m, com azimute de 273°00'45" e distância de 103,94m, segue até o vértice M17, de coordenadas E 331.967,88m - N 8.344.350,50m, com azimute de 269°12'58" e distância de 29,67m, segue até o vértice M18, de coordenadas E 331.940,02m - N 8.344.360,75m, com o azimute de 311°51'22" e distância de 64,62m, segue até o vértice M19, de coordenadas E 331.891,27m - N 8.344.403,07m, com azimute de 311°35'08" e distância de 94,18m, segue até o vértice M20, de coordenadas E 331.820,82m - N 8.344.465,68m, com azimute de 304°08'38" e distância de 17,02m, segue até o vértice M21, de coordenadas E 331.806,73m - N 8.344.475,24m, com azimute de 49°52'04" e distância de 67,46m, segue até o vértice M1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georeferenciadas ao sistema Geodésico Brasileiro a partir do vértice 92 B.A., situado em Salvador, BA, de coordenadas E 552918,381m e N 8561899,172m, referenciadas ao Meridiano Central 39º WGR, bem como do vértice 92030, situado em Bom Jesus da Lapa, BA, de coordenadas E 671038,258m e N 8534106,082m, referindo-se estas ao Meridiano Central 45º WGR e encontram-se referenciadas ao sistema UTM, tendo como Datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Área da RPPN 2: Inicia-se a descrição deste perímetro vértice M22, de coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema U T M - Datum SAD-69, E 331.705,74m e N 8.344.861,04m; daí, confrontando com azimute de 61°33'18" e distância de 57,02m, segue até o vértice M23, de coordenadas E 331.755,87m - N 8.344.858,20m, com azimute de 80°52'58" e distância de 123,17m, segue até o vértice M24, de coordenadas E 331.877,37m - N 8.344.878,42m, com azimute de 101°03'05" e distância de 103,55m, segue até o vértice M25, de coordenadas E 331.979,00m - N 8.344.858,57m, com azimute de 130°21'00" e distância de 82,20m, segue até o vértice M26, de coordenadas E 332.041,71m - N 8.344.805,30m, com azimute de 138°24'10" e distância de 148,29m, segue até o vértice M27, de coordenadas E 332.140,16m - N 8.344.694,40m, com azimute de 127°46'11" e distância de 42,50m, segue até o vértice AII M0010, de coordenadas E 332.173,75m - N 8.344.668,37m, situado na divisa do Distrito de Barra Nova, com azimute de 147°19'09" e distância de 42,69m, segue até o vértice AII M0011, de coordenadas E 332.196,81m - N 8.344.632,44m, com azimute de 242°42'14" e distância de 15,07m, segue até o vértice AII M0012, de coordenadas E 332.183,33m - N 8.344.625,48m, com azimute de 161°49'25" e distância de 30,79m, segue até o vértice AII M0013, de coordenadas E 332.192,93m - N 8.344.596,23m, com azimute de 151°45'45" e distância de 69,20m, segue até o vértice AII M0014, de coordenadas E 332.225,72m - N 8.344.535,18m, situado no limite da área de Preservação Permanente - APP, com azimute de 326°28'11" e distância de 112,80m, segue até o vértice M28, de coordenadas E 332.163,30m - N 8.344.629,14m, com azimute de 329°50'46" e distância de 53,86m, segue até o vértice M29, de coordenadas E 332.136,24m - N

8.344.675,71m, com azimute de 317°24'18" e distância de 41,87m, segue até o vértice M30, de coordenadas E 332.107,91m - N 8.344.706,53m, com azimute de 302°27'02" e distância de 52,75m, segue até o vértice M31, de coordenadas E 332.063,39m - N 8.344.734,84m, com azimute de 328°04'03" e distância de 25,02m, segue até o vértice M32, de coordenadas E 332.050,16m - N 8.344.756,07m, com azimute de 318°32'10" e distância de 18,43m, segue até o vértice M33, de coordenadas E 332.037,96m - N 8.344.769,88m, com azimute de 293°38'19" e distância de 20,48m, segue até o vértice M34, de coordenadas E 332.019,10m - N 8.344.778,09m, com azimute de 262°54'06" e distância de 23,69m, segue até o vértice M35, de coordenadas E 331.995,69m - N 8.344.775,16m, com azimute de 327°17'09" e distância de 21,94m, segue até o vértice M36, de coordenadas E 331.983,83m - N 8.344.793,63m, com azimute de 312°27'50" e distância de 36,72m, segue até o vértice M37, de coordenadas E 331.956,74m - N 8.344.818,42m, com azimute de 295°39'19" e distância de 16,97m, segue até o vértice M38, de coordenadas E 331.941,43m - N 8.344.825,75m, com azimute de 281°06'39" e distância de 17,19m, segue até o vértice M39, de coordenadas E 331.924,57m - N 8.344.829,08m, com azimute de 265°34'41" e distância de 31,98m, segue até o vértice M40, de coordenadas E 331.892,69m - N 8.344.826,69m, com azimute de 327°01'38" e distância de 18,34m, segue até o vértice M41, de coordenadas E 331.880,91m - N 8.344.840,69m, com azimute de 310°23'50" e distância de 24,74m, segue até o vértice M42, de coordenadas E 331.862,06m - N 8.344.856,69m, com azimute de 252° 28'11" e distância de 30,36m, segue até o vértice M43, de coordenadas E 331.833,12m - N 8.344.847,55m, com azimute de 223°04'35" e distância de 39,75m, segue até o vértice M44, de coordenadas E 331.805,97m - N 8.344.818,51m, com azimute de 269°47'18" e distância de 34,97m, segue até o vértice M45, de coordenadas E 331.770,99m - N 8.344.818,38m, com azimute de 235°23'37" e distância de 75,35m, segue até o vértice M46, de coordenadas E 331.708,98m - N 8.344.775,59m, situado no limite da Área de Preservação Permanente - APP, com azimute de 358°39'22" e distância de 55,54m, segue até o vértice M22, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georeferenciadas ao sistema Geodésico Brasileiro, a partir do vértice 92 B.A., situado em Salvador, BA, de coordenadas E 552918,381m e N 8561899,172, referenciadas ao Meridiano Central 39º WGR, bem como do vértice 92030, situado em Bom Jesus da Lapa, BA, de coordenadas E 671038,258m e N 8534106,082, referindo-se estas ao Meridiano Central 45º WGR e encontram-se referenciadas ao sistema UTM, tendo como Datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 3º A RPPN será administrada pelos proprietários do imóvel ou representante legal, que será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 1.922, de 05 de junho de 1996, em especial no seu art. 8º.

Art. 4º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN, criada segundo os critérios às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.626, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALMIR GABRIEL ORTEGA

PORTARIA Nº 26, DE 9 DE MARÇO DE 2006

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 24 Anexo I, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 4.756, de 20 junho de 2003, e art. 95, item VI do Regulamento Interno aprovado pela Portaria CMMMA nº 230, de 14 de maio de 2002, Considerando o disposto no § 2º do artigo 15 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, bem como os arts. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamentou; Considerando a Portaria Ibama nº 178, de 4 de dezembro de 2001, que criou o Conselho Deliberativo da APA de Guapimirim e a Portaria Ibama nº 26, de 23 de abril de 2005, que altera a natureza do Conselho Deliberativo para Conselho Consultivo; e Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ecossistemas - DIREC, no Processo nº 02061.0080702001-31, resolve:

- Art. 1º Alterar o art. 2º da Portaria Ibama nº 178, de 4 de dezembro de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º O Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim será integrado pelos representantes dos seguintes órgãos, entidades e organizações não governamentais: I - um representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; II - dois representantes da Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEEMA, sendo um titular e um suplente; III - um representante da Batalhão Roréstal do Estado do Rio de Janeiro, na condição de titular e um representante do Corpo de Bombeiros, como suplente; IV - dois representantes da Prefeitura Municipal de Magé, sendo um titular e um suplente; V - dois representantes da Prefeitura Municipal de Guapimirim, sendo um titular e um suplente; VI - dois representantes da Prefeitura Municipal de Itaboraí, sendo um titular e um suplente; VII - dois representantes da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, sendo um titular e um suplente."

VIII - dois representantes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, sendo um titular e um suplente;

IX - dois representantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo um titular e um suplente;

X - um representante da Associação Magense de Defesa do Meio Ambiente - AMMA, na condição de titular e um representante do Instituto Nacional de Tecnologia Sustentável - INNATUS, como suplente;

XI - um representante Associação Permanente de Defesa do Meio Ambiente - APEDEMA, na condição de titular e um representante da Água Doce, como suplente;

XII - um representante do Mundo da Lama, na condição de titular e um representante do Instituto Baía de Guanabara, como suplente;

XIII - um representante da Federação Municipal de Associações de Moradores e Entidades Afins de Magé, na condição de titular e um representante da associação de Moradores e Amigos da Cadeia do Vale das Pedrinhas, como suplente;

XIV - um representante da Associação dos Trabalhadores da Pesca de Magé e Guapimirim - ATPMG, na condição de titular e um representante da Cooperativa de Pescadores Artesanais e Agricultores de Magé, como suplente;

XV - um representante da Associação de Moradores de Itambé, na condição de titular e representante da Capitania de Pescadores de Itambé, como suplente;

XVI - um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Magé, na condição de titular e um representante da Cooperativa Agropecuária de Magé, como suplente;

XVII - um representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Itaboraí, na condição de titular e um representante da Associação Comercial, Industrial, Agrícola e Adoçante de Magé, como suplente;

XVIII - dois representantes da Colônia de Pesca Z9, sendo um titular e um suplente; e

XIX - dois representantes da Colônia de Pesca Z8, sendo um titular e um suplente;

Parágrafo único. O Chefe da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim representará o IBAMA no Conselho Consultivo e o presidente."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VALMIR GABRIEL ORTEGA

PORTARIA Nº 21, DE 9 DE MARÇO DE 2006

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 24 Anexo I, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 4.756, de 20 junho de 2003, e art. 95, item VI do Regulamento Interno aprovado pela Portaria CMMMA nº 230, de 14 de maio de 2002;

Considerando o art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, bem como os arts. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamentou; e

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ecossistemas - DIREC, no Processo Ibama nº 02061.0077052002-43, resolve:

Art. 1º Criar o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Cabo Orange, com a finalidade de contribuir com a implantação e implementação de ações destinadas à consecução dos objetivos de criação da referida Unidade de Conservação;

Art. 2º O Conselho Consultivo do Parque Nacional do Cabo Orange será integrado pelos representantes dos seguintes órgãos, entidades e organizações não governamentais:

I - um representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

II - dois representantes do Comando de Fronteira e 34º Batalhão de Infantaria, sendo um titular e um suplente;

III - dois representantes do Departamento de Polícia Federal, sendo um titular e um suplente;

IV - dois representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, sendo um titular e um suplente;

V - dois representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, sendo um titular e um suplente;

VI - dois representantes da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, sendo um titular e um suplente;

VII - dois representantes do Batalhão de Polícia Militar Ambiental - BPMA, sendo um titular e um suplente;

VIII - dois representantes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, sendo um titular e um suplente;

IX - dois representantes do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá - RURAP, sendo um titular e um suplente;

X - dois representantes do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IPEA, sendo um titular e um suplente;

XI - dois representantes da Prefeitura Municipal de Calçoene, sendo um titular e um suplente;

XII - dois representantes da Prefeitura Municipal de Ciapoque, sendo um titular e um suplente;

XIII - dois representantes da Associação Ambiental Pedagas do Ciapoque - AAPC, sendo um titular e um suplente;

XIV - dois representantes da Associação Comercial de Ciapoque - ACOL, sendo um titular e um suplente;

XV - dois representantes da Associação Indígena Galibimawomo - AGM, sendo um titular e um suplente;



XVI - dois representantes da Associação Mista dos Feirantes Autônomos de Caiçara - AMFAO, sendo um titular e um suplente;

XVII - dois representantes da Associação das Mulheres do Município de Caiçara - AMO, sendo um titular e um suplente;

XVIII - dois representantes da Associação de Moradores Remanescentes do Quilombo de Curani - AMRQC, sendo um titular e um suplente;

XIX - dois representantes da Associação dos Povos Indígenas do Caiçara - APIO, sendo um titular e um suplente;

XX - dois representantes da Associação dos Produtores Rurais da BR-156 Vale do Rio Frainho do Cassiporé - ASPROVAC, sendo um titular e um suplente;

XXI - dois representantes da Associação Agroeconômica do Cassiporé, sendo um titular e um suplente;

XXII - dois representantes da Associação da Colônia do Camot, sendo um titular e um suplente;

XXIII - dois representantes da Comunidade de Vila Taperebá, sendo um titular e um suplente;

XXIV - dois representantes da Associação dos Taititas, sendo um titular e um suplente;

XXV - dois representantes da Colônia de Pescadores Z-03, sendo um titular e um suplente;

XXVI - dois representantes da Colônia de Pescadores Z-09 de Caiçara, sendo um titular e um suplente;

XXVII - dois representantes do Instituto de Estudos Socio-Ambientais - IEISA, sendo um titular e um suplente;

XXVIII - dois representantes da Paróquia Nossa Senhora das Graças/Conselho Indigenista Missionário - CIMI, sendo um titular e um suplente;

XXIX - dois representantes da Associação Comercial de Caiçara, sendo um titular e um suplente;

Parágrafo único. O Chefe do Parque Nacional do Cabo Orange representará o Ibama no Conselho Consultivo e o presidente.

Art. 3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Cabo Orange serão fixados em Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo deverá elaborar seu Regimento Interno no prazo de até noventa dias, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALMIR GABRIEL ORTEGA

PORTARIA Nº 22, DE 9 DE MARÇO DE 2006

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, ao uso das atribuições que lhe confere o art. 24 Anexo I, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 4.756, de 20 junho de 2003, e art. 95, item VI do Regimento Interno aprovado pela Portaria GCM/IBAMA nº 230, de 14 de maio de 2002,

Considerando o art. 29 da Lei nº 9.983, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, bem como os arts. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamentou, e

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ecossistemas - DIREC, no Processo Ibama nº 02001.007634/2002-89, resolve:

Art. 1º Criar o Conselho Consultivo da Reserva Biológica do Juru, com a finalidade de contribuir com a implantação e implementação de ações destinadas à consecução dos objetivos de criação da referida Unidade de Conservação.

Art. 2º O Conselho Consultivo da Reserva Biológica do Juru será integrado pelos representantes dos seguintes órgãos, entidades e organizações não governamentais:

I - um representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

II - dois representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, sendo um titular e um suplente;

III - dois representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, sendo um titular e um suplente;

IV - dois representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, sendo um titular e um suplente;

V - dois representantes da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, sendo um titular e um suplente;

VI - um representante do Batalhão de Polícia Militar Ambiental na condição de titular e um representante da Delegacia Regional de Polícia Civil, como suplente;

VII - dois representantes da Prefeitura Municipal de Machado d'Oeste, sendo um titular e um suplente;

VIII - dois representantes da Prefeitura Municipal de Vale do Anari, sendo um titular e um suplente;

IX - dois representantes da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, sendo um titular e um suplente;

X - dois representantes do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, sendo um titular e um suplente;

XI - dois representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ji-Paraná - STR, sendo um titular e um suplente;

XII - dois representantes da Associação dos Seringueiros do Vale do Anari - ASVA, sendo um titular e um suplente;

XIII - dois representantes da Mandala - Arte, Ecologia e Cidadania, sendo um titular e um suplente;

XIV - dois representantes da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, sendo um titular e um suplente;

XV - dois representantes da Organização Pastorel, sendo um titular e um suplente;

XVI - dois representantes da Colônia de Pescadores Z-9, sendo um titular e um suplente;

XVII - dois representantes da Cooperativa dos Povos da Floresta - COOPFLORA, sendo um titular e um suplente;

Parágrafo único. O Chefe da Reserva Biológica do Juru representará o Ibama no Conselho Consultivo e o presidente.

Art. 3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da Reserva Biológica do Juru serão fixados em Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo deverá elaborar seu Regimento Interno no prazo de até noventa dias, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALMIR GABRIEL ORTEGA

PORTARIA Nº 23, DE 9 DE MARÇO DE 2006

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, ao uso das atribuições que lhe confere o art. 24 Anexo I, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 4.756, de 20 junho de 2003, e art. 95, item VI do Regimento Interno aprovado pela Portaria GCM/IBAMA nº 230, de 14 de maio de 2002,

Considerando o art. 29 da Lei nº 9.983, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, bem como os arts. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamentou, e

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ecossistemas - DIREC, no Processo Ibama nº 02001.007635/2002-02, resolve:

Art. 1º Criar o Conselho Consultivo do Parque Nacional de Ubajara, com a finalidade de contribuir com a implantação e implementação de ações destinadas à consecução dos objetivos de criação da referida Unidade de Conservação.

Art. 2º O Conselho Consultivo do Parque Nacional de Ubajara será integrado pelos representantes dos seguintes órgãos, entidades e organizações não governamentais:

I - um representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

II - dois representantes da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, sendo um titular e um suplente;

III - dois representantes da Secretaria Estadual de Turismo - SETUR, sendo um titular e um suplente;

IV - dois representantes da Prefeitura Municipal de Ubajara, sendo um titular e um suplente;

V - dois representantes da Prefeitura Municipal de Tangará, sendo um titular e um suplente;

VI - dois representantes da Prefeitura Municipal de Frecheirinha, sendo um titular e um suplente;

VII - dois representantes da Prefeitura Municipal de Ibiapina, sendo um titular e um suplente;

VIII - dois representantes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará - EMATER/CE, sendo um titular e um suplente;

IX - dois representantes da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, sendo um titular e um suplente;

X - um representante do Município Público da Comarca de Tangará na condição de titular e um representante do Município Público da Comarca de Frecheirinha, como suplente;

XI - dois representantes da Associação Comunitária do Araticum, sendo um titular e um suplente;

XII - dois representantes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, sendo um titular e um suplente;

XIII - um representante da Rede Ibiapina de Turismo - RITUR na condição de titular e um representante do Grupo de Empregados de Turismo da Ibiapina - GETI, como suplente;

XIV - um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tangará na condição de titular e um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ubajara, como suplente;

XV - um representante do Sindicato Rural de Ubajara na condição de titular e um representante do Sindicato Rural de Tangará, como suplente;

XVI - dois representantes da Associação dos Trabalhadores Rurais da Chapada, sendo um titular e um suplente;

XVII - um representante da Associação Comunitária do Sítio Torre na condição de titular e um representante da Associação Comunitária do Sítio São Luiz, como suplente;

XVIII - um representante da Associação Comunitária dos Produtores Agrícolas dos Sítios Santa Luzia e Rio do Peixe na condição de titular e um representante da Associação Comunitária Macacos, como suplente;

XIX - dois representantes da Cooperativa de Trabalho, Assistência ao Turismo e Prestação de Serviços Gerês Ltda - COOPTUR, sendo um titular e um suplente;

XX - um representante da Associação Comunitária do Sítio Paraíba na condição de titular e um representante da Associação Comunitária do Sítio Baixo, como suplente;

Parágrafo único. O Chefe do Parque Nacional de Ubajara representará o Ibama no Conselho Consultivo e o presidente.

Art. 3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Ubajara serão fixados em Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo deverá elaborar seu Regimento Interno no prazo de até noventa dias, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALMIR GABRIEL ORTEGA

PORTARIA Nº 24, DE 9 DE MARÇO DE 2006

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, ao uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, inciso V, e o art. 24 da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 3.833, de 05 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente; nomeado pelo Decreto nº 03 de 03 de janeiro de 2003, publicado no Diário Oficial da União do dia 06 de janeiro de 2003, e:

Considerando disposto no art. 29 da Lei nº 9.983 de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, III e VII da Constituição Federal, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências, e;

Considerando o Decreto nº 01 de 13 de dezembro de 2002, que criou a Reserva Extrativista Mde Grande de Curuçá, ao Estado do Pará, resolve:

Art. 1º Criar o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mde Grande de Curuçá, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à sua efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos seus objetivos de criação.

Art. 2º O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Mde Grande de Curuçá é composto pelas seguintes instituições:

I - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

II - Associação dos Usurários da Reserva Extrativista Mde Grande de Curuçá - AUREMAG;

III - Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará - SECTAM;

IV - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curuçá;

V - Câmara Municipal de Curuçá;

VI - Paróquia de Nossa Senhora do Rosário;

VII - Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG;

VIII - Instituto Sócio-Ambiental e dos Recursos Hídricos - ISARH da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA;

IX - Núcleo de Meio Ambiente - NUMA da Universidade Federal do Pará - UFPA;

X - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER-PA;

XI - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curuçá - STR/Coruçá;

XII - Colônia de Pescadores Z-5 - Curuçá-PA;

XIII - Associação Movimento dos Pescadores do Pará - MOPEPA;

XIV - Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS;

XV - Mandala do Brasil/Capitania dos Povos da Amazônia Oriental;

XVI - Associação dos Seringueiros de Anapuri - Coruçá;

XVII - Associação das Matucadeiras;

XVIII - Associação Solidária Cabanos;

XIX - Associação dos Amigos do Bosque e Iupura;

XX - Associação dos Amigos do Bosque Boa Lembrança/Reserva Peixe-boi - Curuçá-PA;

XXI - Associação dos Pescadores de Caranham - Coruçá-PA;

XXII - Associação dos Pescadores Artesanais de Tucuma-eut;

XXIII - Associação Comunitária de Pedras Grandes - Curuçá-PA;

XXIV - Associação Comunitária de Boa Vista do Iririneu - Curuçá-PA;

XXV - Associação Comunitária de Lauro Sodré - Curuçá-PA;

XXVI - Associação Comunitária de Vila Ponta de Ramos - Curuçá-PA;

XXVII - Associação Comunitária de Cadeia "Boa União".

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo será presidido pelo ou Chefe do Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável - CNPT.

Art. 3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista serão fixados em regimento interno elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião.

Art. 4º Todos os atos advindos de deliberações retroativas emanadas do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista desde a sua Ata de Instalação em 23 de novembro de 2005 e, consequentemente proferidos em publicação desta Portaria, são considerados válidos.

Art. 5º Toda e qualquer alteração na composição do Conselho Deliberativo deve ser registrada em Ata de Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS